

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE E PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO
EM HISTÓRIA

FABIO FRANCISCO DOS SANTOS

OS LAÇOS DE COMPADRIO ENTRE A POPULAÇÃO
ES CRAVA DE MACAÉ (1809-1850)

Niterói
2019

FABIO FRANCISCO DOS SANTOS

**LINHA DE PESQUISA: SOCIEDADE, MOVIMENTOS
POPULACIONAIS E DE CULTURAS.**

**OS LAÇOS DE COMPADRIO ENTRE A POPULAÇÃO
ESCRAVA DE MACAÉ (1809-1850)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História do Brasil

Orientador: Prof.^a Dr.^a Vitoria Fernanda Schettini de Andrade

Niterói
2019

CIP - Catalogação na Publicação

S237 Santos, Fábio Francisco
Os laços de compadrio entre a população escrava de Macaé
(1809-1850) / Fábio Francisco Santos. -- Niterói, RJ, 2019.
114 p.: il., color, maps, tabs.
Referências: p. 103-113.

Orientadora: PhD. Vitoria Fernanda Schettini de Andrade.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado
de Oliveira, 2019.

1. Escravidão – História – Séc XIX – Macaé (RJ) - RJ. 2.
Compadrio. 3. Batismo – Macaé (RJ). I. Título.

CDD 981.53

FABIO FRANCISCO DOS SANTOS

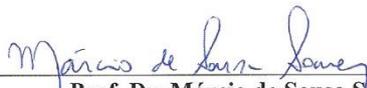
**“OS LAÇOS DE COMPADRIO ENTRE A POPULAÇÃO ESCRAVA DE
MACAÉ (1809-1850)”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 11 de julho de 2019 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Prof.ª Dr.ª Vitória Fernanda Schettini de Andrade

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Márcio de Sousa Soares

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)



Prof.ª Dr.ª Marcia Sueli Amantino

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Jorge Luiz Prata de Sousa

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Resumo

Este trabalho pretende analisar os arranjos familiares de escravizados da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, entre o período de 1809 a 1850, observando as relações estratégicas que envolveram a escolha dos padrinhos (apadrinhamento). Havia grande concentração de escravos em Macaé, nesse período, que dividiam o mesmo espaço, num contexto escravista rural, com grandes propriedades e senzalas numerosas. O extrato desses elementos possibilitou inúmeras alianças a eles. Os registros de batismos sugerem que havia padrões de escolha similares a outras regiões com o mesmo perfil econômico, porém com alguns diferenciais que caracterizaram o norte do estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chaves: batismo, compadrio, escravos, família, Macaé

Abstract

This work intends to analyze the family arrangements of slaves from the parish of Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, between 1809 and 1850, observing the strategic relationships that involved the selection of sponsors (patronage). There was a great concentration of slaves in Macaé during this period, who divided the same space, in a rural slave context, with large estates and numerous senzalas. The extract of these elements made possible numerous alliances with them. The records of baptisms suggest that there were similar patterns of choice to other regions with the same economic profile, but with some differentials that characterized the north of the state of Rio de Janeiro.

Keywords: baptism, compadrio, slaves, family, Macaé

Dedico todo o esforço que depositei neste trabalho a memória da minha mãe, Marízia, que infelizmente partiu muito cedo para o Oriente Eterno, mas que durante o seu tempo de vida forjou valores importantes a minha educação, incentivando a nunca desistir dos sonhos.

Agradecimentos

Construir um trabalho de pesquisa é uma tarefa extremamente árdua, porém motivadora e gratificante. Sem a contribuição de outras pessoas, possivelmente, não teria conseguido realizar este sonho. Agradeço a todos que, de alguma forma, estiveram presente durante os anos que me dediquei a construir este projeto.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Salgado de Oliveira, pela incansável dedicação ao curso e aos alunos, buscando sempre explorar e extrair ao máximo de cada um a capacidade de reflexão.

Agradeço especialmente a professora Dr^a. Marcia Amantino, que mesmo diante das minhas dificuldades e inseguranças iniciais, apostou na minha permanência. Procurei fazer jus ao seu voto de confiança e cá estou.

Meus sinceros agradecimentos ao professor Dr. Jorge Prata de Sousa. Suas aulas e as nossas conversas extraclasse foram essenciais para minha pesquisa, acrescentando novos conhecimentos e abordagens diferenciadas.

Fiz muitos amigos durante o curso, mas alguns lutaram mais ativamente ao meu lado e estes carregarei no meu coração: Arthur, Valdenora, Lourdes, Gisele, Gabriel e Denise. Obrigado pelas trocas de conhecimento e as boas risadas.

Agradeço especialmente a minha esposa Raquel pelo apoio incondicional nesta empreitada. Meu porto seguro para todas as horas e principal impulso motivador a continuar em busca das minhas conquistas. Agradeço também ao meu filho Davi, fonte eterna de inspiração na minha vida.

De maneira mais do que especial, agradeço a minha amiga e professora Dr^a. Vitória Fernanda Schettini. Foi um privilégio ser seu orientando e descobrir, ao seu lado, todas as potencialidades dos estudos das fontes paroquiais. Mesmo com todas as minhas dificuldades iniciais no projeto, conseguiu me direcionar até encontrar o meu caminho. Guardarei todos os seus ensinamentos e cativarei eternamente a nossa amizade.

Lista de Organograma

Organograma 1: Fragmento da rede de compadrio de Violante, Joaquim, Benedito e Micaella, escravos de Antônio José Lopes de Araújo	94
Organograma 2: Fragmento da rede de compadrio de escravos de Custódio José Teixeira Pinto.....	98
Organograma 3: Fragmento da rede de compadrio de escravos de Custódio Gomes Braga	101
Organograma 4: Fragmento da rede de compadrio de escravos de Antônio Francisco de Figueiredo	103
Organograma 5: Fragmento da rede de compadrio de escravos de Dona Ana Joaquina	105

Lista de Figura

Figura 1: CARTA da Província do Rio de Janeiro 1840	21
Figura 2: CARTA da Província do Rio de Janeiro 1840	21
Figura 3: Ministério da Marinha. Planta hydrographica dos portos de Imbitiba e Macahé. 1881	23
Figura 4: Plano de arruamento de Macaé, projetado pelo engenheiro Henrique Bellegarde – 1840	27
Figura 5: Relações entre as praças e os corpos hídricos no projeto de arruamento	28
Figura 6: VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. Carta topographica e administrativa da província de Rio de Janeiro e do município neutro: erigida sobre os documentos mais modernos. Rio de Janeiro, RJ: Garnier Irmãos, 1856	37
Figura 6: Registro e batismo de Anna (fragmento)	53
Figura 7: Registro e batismo do escravo Demétrio (fragmento)	54

Lista de Gráfico

Gráfico 1: Contagem de alforrias, considerando década e legitimidade. Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)	72
---	----

Lista de Tabela

Tabela 1: Estatística populacional de Macaé – 1844	25
Tabela 2: População: Escravo e livre Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1799-1872)	46
Tabela 3: Batizados de escravos e legitimidade em grandes unidades produtivas. Freguesia de Nossa Senhora Das Neves (1798-1809)	47
Tabela 4: Número de registros divididos por população (1809-1850) Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé	55
Tabela 5: Número de registros divididos por população em décadas (1809-1850) Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé	56
Tabela 6: Registro de batismo de escravos – Adultos e Inocentes. Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)	58
Tabela 7: Comparativo de batismo de escravos distribuído por anos. Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)	64
Tabela 8: Legitimidade da população escrava, divididos por décadas. Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)	68
Tabela 9: Batizados de escravos e legitimidade em grandes propriedades Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)	69
Tabela 10: Registros de escravos Inocentes – condição jurídica dos padrinhos Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)	78
Tabela 11: Senhores de padrinhos de escravos Inocentes – grandes propriedades Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)	82
Tabela 12: Senhores de padrinhos de escravos Adultos – grandes propriedades Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)	83
Tabela 13: Registros de escravos Adultos – condição jurídica dos padrinhos Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)	86
Tabela 14: Batizando escravo, considerando legitimidade e padrinhos Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)	88

Lista de Quadro

Quadro 1: Entrada de embarcações pelo porto do Rio de Janeiro originadas de Macaé (1827 – 1828)	35
--	----

Sumário

Introdução	13
Capítulo I – A Princesinha do Atlântico	18
1.1.Povoamento de Macaé a partir do século XIX	18
1.2.Processo de urbanização após a segunda metade do século XIX e as atividades econômicas que abastecem o mercado interno.....	26
1.3.A freguesia de Nossa Senhora das Neves	37
1.4.Uma freguesia com vida curta	45
Capítulo II – Batismo e família	49
2.1.Batismo: O primeiro registro oficial e familiar	49
2.2.A Famílias escrava	58
2.3.Uma freguesia dividida entre crioulos e africanos	62
2.4.O ciclo da legitimidade	65
2.5.O benefício da alforria de pia	72
Capítulo III – Apadrinhamento e rede de solidariedade	76
3.1.Apadrinhamento estratégico	76
3.2.Apadrinhamento de adulto	85
3.3.Preferência dos padrinhos	87
3.4.Rede de compadrio	90
a) Rede de apadrinhamento de escravos de Antônio José Lopes de Araújo	92
b) Rede de apadrinhamento de escravos de Custódio José Teixeira Pinto	95
c) Rede de apadrinhamento de escravos de Custódio Gomes Braga	99
d) Rede de apadrinhamento de escravos de Antônio Francisco de Figueiredo	102
e) Rede de apadrinhamento de escravos de Dona Ana Joaquina	104
Considerações Finais	106
Referências bibliográficas	110

Introdução

Durante muitos anos, o estereótipo do escravo no Brasil esbarrava no conceito simplório de “coisificação”¹, passivos aos desmandos dos senhores, sem qualquer participação social, laços de família, parentesco, e manifestação cultural. Estudiosos como Emília Viotti da Costa² e Fernando Henrique Cardoso³ acreditavam que a dominação por parte dos senhores teria sido completa, sem subterfúgios.⁴

Trabalhos mais recentes têm buscado desmitificar e revisar essas afirmações através da análise de novas fontes. Pesquisadores como Robert W. Slenes,⁵ Iraci del Nero da Costa,⁶ Manolo Florentino,⁷ Sheila de Castro Faria,⁸ entre outros, identificaram a participação de senhores e escravos como construtores de relações sociais, ainda que conflitantes.

A nova historiografia está diante de um novo mundo, onde a participação do escravo é mais ativa e as relações pessoais e afetivas são fundamentais como modo de preservação da cultura e, acima de tudo, como estratégia, inconsciente ou não, de emersão social. Esta pesquisa comunga desse novo olhar analítico/metodológico e busca entendimentos a partir da análise direcionada das relações de compadrio entre a população cativa da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, localizada no norte fluminense, durante a primeira metade do século XIX (1809-1850).

Os registros de batismos, bem com os censos populacionais da época, indicam que havia grande concentração de escravos em Macaé, principalmente de africanos adultos recém-chegados. Uma miscelânea de grupos étnicos dividindo espaço, num contexto escravista rural, com grandes propriedades e senzalas numerosas. O extrato desses elementos sugere a possibilidade de inúmeras alianças internas, mas também com atores

¹ GORENDER, Jacob. *Liberalismo e escravidão* – Entrevista – Estudos Avançados. 16 (46). São Paulo: USP, 2002 e FARIA, Sheila de Castro, 1898. p.290.

² COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966. 131.

³ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁵ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

⁶ COSTA, Iraci del Nero. *Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito*. LPH: Revista de História. Ouro Preto (MG). 1(1): 46-54, 1990.

⁷ FLORENTINO, Manolo & GÒES, José Roberto. *A Paz nas Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico (Rio de Janeiro, 1790-1850)*. RJ: Civilização Brasileira, 1997.

⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

afastados da condição de escravo, como forros e livres. Estas alianças estariam ligadas pelo batismo, que é o primeiro sacramento da Igreja Católica, e indica a iniciação do batizando na comunidade cristã. São estabelecidos, na pia batismal, novos laços de parentesco, de natureza espiritual, que unem os pais do batizando aos padrinhos, através da relação do compadrio, destinada a produzir solidariedade recíproca.

Os registros de batismo foram as principais fontes dessa pesquisa. Sua importância consiste não só como mecanismos de controle da Igreja e da Coroa, mas também como suporte de informações sobre a sociedade civil, que é de suma importância no campo de pesquisa da demografia histórica.

Com a generalização e padronização desses registros, a partir das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,⁹ foi possível formular a técnica de reconstituição das famílias, um dos instrumentos básicos para o estudo do comportamento das variáveis demográficas.

Por ostentar grande quantidade de informação, estas fontes foram fundamentais para observar a dinâmica social e, principalmente, o comportamento familiar de escravizados da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, durante a primeira metade do século XIX (1809 – 1850).

Registros de batismo e demais fontes paroquiais, pela sua característica serial, ou seja, pela padronização quanto à forma, permitem a coleta de dados quantitativos. Logo, cada documento utilizado foi devidamente transcrito e as informações alimentaram uma planilha de Excel, que posteriormente se transformaram em gráficos/tabelas, pelos quais possibilitaram observar particularidades sociais.

Logo, os registros de batismo se tornam fundamentais para a análise desses cenários, que auxiliam na decodificação dos temas propostos. Observar o comportamento matrimonial de uma parcela da população e associá-lo a elementos secundários, como as relações de parentesco é um arduo desafio, porém gratificante, pois comprova que as fontes podem nos dizer muitos mais do que elas supõem.

Foram analisados três livros de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, durante o período compreendido da pesquisa. Três vigários alternaram a sua redação, mantendo o padrão da época quanto a ordem de informação a

⁹ A elaboração e padronização dos registros de batismo e das demais fontes seriais eclesiásticas seguiram as instruções do Sínodo Diocesano, reunido na Bahia, em 1707, que engendrou as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, publicadas em 1720. Este foi uma compilação de normas, para servir como a principal legislação eclesiástica no Brasil Colonial.

ser registrado. Porém, cada um fez uso de estilo próprio, dando mais ou menos detalhes sobre os envolvidos no batismo, ou mesmo o tipo de caligráfica empregado em determinados assentos. Geralmente se privilegiava melhor redação a filhos de fazendeiros mais abastados. O contrário foi amplamente observado em registros de escravos ou forros, onde mal era possível compreender as informações anotadas. Talvez pela enorme quantidade de assentos de cativos produzidos de uma só vez, a ausência de informações familiares ou até mesmo pela falta proposital de capricho.

Localizada na região norte fluminense, o município de Macaé, onde abrigou a freguesia objeto da pesquisa, integrava, no século XIX, o circuito do mercado interno, destacando-se como produtor de açúcar e derivados, café, farinha de mandioca, frutas, peles e outros gêneros. A produção, sobretudo na área canavieira, desenvolveu-se com uso da mão-de-obra escrava, mas também foi significativa a presença do trabalho organizado em pequenas propriedades, de base camponesa, alocado na produção de café e gêneros de subsistência. A expansão das lavouras de cana de açúcar na região, a partir do século XVIII, foi responsável pela formação de uma aristocracia rural proprietária de escravos e de muitas terras.

A freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, incorporada a recém-criada vila de São João de Macaé, em 1813, foi responsável, por muitas décadas, pelo relativo sucesso na produção de gêneros alimentícios da região e abrigou mais escravos do que qualquer outra freguesia do município, pelo menos até o início do período dos seus diversos desmembramentos, a partir da segunda metade do século XIX.

A escolha do recorte temporal do presente trabalho objetivou analisar desde o momento da anexação da freguesia, que fora desmembrada do território de Campos dos Goitacazes, até o fim do tráfico de escravos, em 1850. Este período de transição da freguesia para nova administração foi pouco estudado, já que muitos pesquisadores privilegiaram observar os eventos e as transformações da região a partir da segunda metade do século XIX, onde há maior riqueza de fontes e a região está mais organizada demograficamente, se comparado as primeiras décadas do século, que marcaram a elevação do pequeno povoado em vila.

O desafio de interpretar fontes até então pouco pesquisadas resultou num trabalho inédito sobre a freguesia, observando as particularidades da estrutura familiar escrava. Para tal empreendimento, a pesquisa utilizou a história social como aporte teórico e metodológico. Desenvolvida principalmente a partir da década de 1980, suas premissas privilegiam os sujeitos históricos, observando o escravo como sujeito social ativo em seu

processo histórico. Portanto, permite a análise mais complexa da vida dos homens e mulheres cativos, em detrimento de uma visão generalizante do sistema escravista, que o considera como objeto sem nenhuma vontade própria.

Este gênero ganhou força com a terceira geração da Escola dos *Annales*¹⁰, especialmente através do historiador Edward Palmer Thompson¹¹, o qual é considerado um dos maiores historiadores inglês do século XX. Thompson integrou uma corrente comprometida com a “História vista de baixo”, cujo trabalho empenhava em abordar camponeses, operários, escravos, pessoas comuns ou menos favorecidas da sociedade para revelar maior riqueza das relações sociais.

O uso da micro história foi um recurso fundamental para complementar as abordagens da história social, promovendo um olhar mais direcionado e pormenorizado dos registros de batismo. Apenas a análise dos dados numéricos extraídos das fontes não seria suficiente para buscar uma compreensão mais digna dos estudos de casos trazidos nessa pesquisa. Nesse particular, a micro história auxiliou na tentativa de reprodução de um cenário mais íntimo da realidade descrita nos registros, sem excluir as suas particularidades e complexidades¹².

O uso de fontes diversificadas, considerando não apenas documentos governamentais oficiais, mas todo tipo de registro humano, foi uma ferramenta importante para traçar novos contextos. Estas questões nortearam a presente pesquisa. Permitiram pensar nas diversas experiências da família escrava e, principalmente, como se deram as redes de solidariedade.

A pesquisa foi dividida em três capítulos, a fim de distribuir melhor a proposta, encadear o pensamento e apresentar o máximo de informações ocultas nas fontes. No primeiro capítulo foi apresentado Macaé, as primeiras incursões de povoamento pelos jesuítas até finalmente a elevação do povoado a categoria de vila, em 29 de julho de 1813. Os dados demográficos baseados no Mapa Populacional de 1844 serviram para contextualizar melhor o município e mostrar a distribuição de livres e escravos.

¹⁰ A referência ao movimento dos *Annales* se faz necessária por ter-se tornado o marco, real ou simbólico, de constituição de uma nova história, em oposição às abordagens ditas rankianas, predominantes entre os historiadores profissionais até a primeira metade do século.

¹¹ A contribuição de Thompson para a historiografia mundial é imensa, principalmente por sua insistência pelo rigor na pesquisa empírica, e a utilização de uma teoria que seja resultado daquela. Tal afirmação nos dias de hoje parece uma obviedade, mas não quando nos lembramos do momento histórico da produção das principais obras de Thompson e de sua filiação teórica. Ver: MEIRA, Júlio Cesar. *A contribuição de E.P. Thompson para os estudos históricos*. Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia V. 5, N.1, Janeiro-Julho de 2014. Acesso: 04 de setembro de 2018. Disponível em: http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/2388/2035

¹² GINZBURG, Carlo. *A micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s/a, 1989.

Nessa primeira parte foi apresentada também um panorama geral das atividades econômicas e a presença de Macaé no mercado de abastecimento interno. O capítulo finaliza com o perfil da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, mostra a vocação agrária, que originou grandes fazendas e presenciou expressiva concentração de cativos.

O segundo capítulo entra na questão mais prática da pesquisa. Os dados extraídos dos registros de batismo são fundamentais para observar a dinâmica das relações sociais e econômicas da região. Ele começa descrevendo a importância do batismo como porta de entrada para o escravo na vida cristã, mas também analisa que este sacramento foi fundamental para estreitar ou formar laços familiares e de apadrinhamento. Nesta segunda parte foi discutido também a formação familiar, os motivos que elevaram as taxas de legitimidade entre os batizando, bem como o apadrinhamento estratégico como forma de estender laços de solidariedade.

A pesquisa finaliza com o terceiro capítulo. É neste momento que se discute efetivamente as estratégias que envolveram a escolha dos padrinhos. Através da análise dos registros de batismo foi possível perceber as especificidades e o perfil de apadrinhamento que prevaleceu na freguesia. Foi possível observar que a tendência de estabelecer redes de solidariedade com pares cativos garantiu conexões mutuas, principalmente entre escravos dos mesmos senhores.

As ramificações dispostas entre as muitas opções de rede de apadrinhamento esquematizados no final do capítulo foi fundamental para perceber que o batismo foi além de uma celebração imposta pela Igreja, mas sim um mecanismo muito sofisticado para estreitar laços, manter conexões horizontais e verticais e ampliar o grau de influência familiar.

PRIMEIRO CAPÍTULO

A Princesinha do Atlântico

1.1 – Povoamento de Macaé a partir do século XIX

Princesinha do Atlântico. A garbosidade no apelido carinhoso destinado a Macaé sugere mais do que uma afirmação local. Na verdade, se justifica pelos seus 23 quilômetros de litoral, que ocupa uma área total de 1.216 quilômetros quadrados, correspondentes a 12,5% da área da Região Norte Fluminense.

Macaé não tem a origem do seu nome bem definida. Os índios locais chamavam a região de *Mukié*, que significa “Rio dos Bagres”, devido à grande quantidade do pescado nas suas águas. Outra possível explicação vem de uma fruta conhecida pelo nome de *macuba* ou “coco doce”, palmeira muito abundante na região, que inclusive está representada na bandeira do município.¹³

O processo de ocupação e povoamento da região, iniciado no século XVII, foi motivado, principalmente, para inibir a presença constante de contrabandistas estrangeiros, que aportavam na costa, em busca de madeira. Durante o processo de ocupação, os hostis índios goitacás defenderam seu espaço, dificultando a permanência dos primeiros colonizadores, pelo menos até a chegada dos jesuítas, no final de 1630. Até este período, segundo Alberto Ribeiro Lamego, “Macaé não passava de um pequeno arraial, habitado pelos goitacás e por mamelucos. Só no século seguinte começou a desenvolver-se demograficamente”.¹⁴ Os jesuítas se estabeleceram próximo ao litoral, na margem do rio Macaé, ao pé do morro de Santana.

Ergueram alguns currais destinados ao descanso para gado que vinham de Campos dos Goytacazes. No início do século seguinte, os inicianos deram partida a criação de dois engenhos. O primeiro erguido na base do morro de Santana, com engenho de açúcar, lavoura de cana e mandioca, com colégio e capela, conhecido como Fazenda Macaé e o outro núcleo, Engenho de Imboassica, com senzala, paiol, lavouras etc.¹⁵

¹³ LAMEGO, Alberto. *Macaé à luz de documentos inéditos*. In: Anuário Geográfico do estado do Rio de Janeiro. IBGE, 1958, n.11, p.141

¹⁴ LAMEGO, Alberto. *Macaé à luz de documentos inéditos*. p.66

¹⁵ FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre*. Dissertação Mestrado - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001. p.22.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, as terras foram redistribuídas e, à medida que se fundavam novas fazendas, a população crescia, principalmente vindos de Cabo Frio e de Campos dos Goytacazes.¹⁶

Apesar de o crescimento populacional, Macaé ainda não era denominada como vila, ficando subordinada administrativamente às autoridades de Cabo Frio, que conduziam a sua vida econômica e social. De certa forma, esse atraso na elevação administrativa reduzia a autonomia municipal, e conseqüentemente, ofuscava o desenvolvimento de uma região que já apresentava relativa participação na economia local, além de ostentar uma elite em expansão.

Em 29 de julho de 1813, o Príncipe Regente D. João VI elevou o povoado à categoria de Vila de São João de Macaé,¹⁷ sendo anexados territórios desmembrados da cidade de Cabo Frio e da antiga Vila de São Salvador dos Campos (atual Campos dos Goytacazes), como as freguesias de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio Macaé e a de Nossa Senhora do Desterro de Quissamã.¹⁸

O botânico e naturalista francês Auguste de Saint Hilaire viajou pelo Brasil entre os anos de 1816 a 1822. Em sua passagem por Macaé, foi testemunha ocular do momento da transformação urbana da recém-criada vila:

Macaé situa-se em encantadora posição, à embocadura do rio do mesmo nome e é dividida por esse rio em duas partes desiguais. A que fica à margem direita é a maior; entretanto, não se compõe de mais de sessenta ou oitenta casas, pequenas, baixas, separadas umas das outras, por assim dizer, esparsas, na maioria coberta de colmos. Desse mesmo lado do rio, em uma grande praça ainda em formação, ergueram o marco da justiça destinado a tornar conhecida a classificação da cidade na ordem judiciária e administrativa. Ainda sobre a margem direita do Macaé foi a igreja construída, ao alto de um pequeno morro, a pouca distância das casas, assemelhando-se de longe a um pequeno castelo.¹⁹

Lamego avalia que a elevação e, conseqüentemente, a transformação administrativa municipal só teria sido possível graças a influência de seus moradores mais ilustres, que efetuaram pedido junto ao Príncipe Regente para a criação da vila de Macaé.²⁰

¹⁶ LAMEGO, Alberto. *Macaé à luz de documentos inéditos*. p.4.

¹⁷ Em 1846, o município de Macaé foi elevado à categoria de cidade. Ver KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, Fundação Macaé de Cultura. 2001, p. 86.

¹⁸ FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé*. p.14-29

¹⁹ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p.183

²⁰ LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. *Macaé à luz de documentos inéditos*. Anuário Geográfico do estado do Rio de Janeiro, n° 11, 1958.

Em retribuição ao benefício, o nome escolhido para a nova vila foi uma forma de homenagear o Príncipe Regente D. João, sendo batizado, portanto, de São João de Macaé. Em 15 de abril de 1846, a lei provincial nº 364 eleva a Vila São João de Macaé à categoria de cidade.²¹

Segundo afirma Paulo Knauss, a dinâmica processual da elevação para vila contrariou as práticas administrativas coloniais. O ato precedeu a criação da freguesia na cidade (litoral), num episódio singular no processo que determinava a formação de novas vilas naquela época.²² Além dos interesses privados da elite emergente da região, a elevação da vila aponta para a expansão econômica local, principalmente se considerar a experiência de sucesso que vinha apresentando o sertão, com a freguesia de Nossa Senhora das Neves em pleno pico de produtividade agrícola e presença elevada de escravos como mão de obra nas lavouras.

As vilas constituíam uma unidade territorial com população, território, sede e freguesias independentes. Posteriormente, a vila recebia melhorias urbanas e funções jurídicas resultando em sua elevação a condição de cidade - uma espécie de status regional.

Como já foi abordado, a Vila São João de Macaé fica na atual Região norte do estado do Rio de Janeiro. A figura 1 reproduz o mapa da província do Rio de Janeiro de 1840. Ele mostra a configuração regional da província, muito similar ao modelo atual. Macaé está ao norte, circulado em vermelho. Já a figura 2, é um recorte aproximado compreendendo a distância entre a Corte e se estendendo até Macaé (círculo vermelho), no norte fluminense. No mapa é possível identificar que para chegar até Macaé, por terra, havia um longo caminho, que passava por Niterói, Maricá, Itaboraí e Cabo Frio. A região de Campos dos Goytacazes ficava mais ao norte, fazendo divisa com a província do Espírito Santo. Para chegar a Corte também era possível seguir pela serra, passando por Cantagalo, Nova Friburgo e descendo até Niterói. A costa marítima, facilmente navegável, também era uma via de constante movimento, principalmente pela agilidade, sendo muito utilizada para transporte de mercadorias e produtos agrícolas, conforme será visto no próximo tópico.

²¹ KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*.p.86.

²² KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*.p.86.

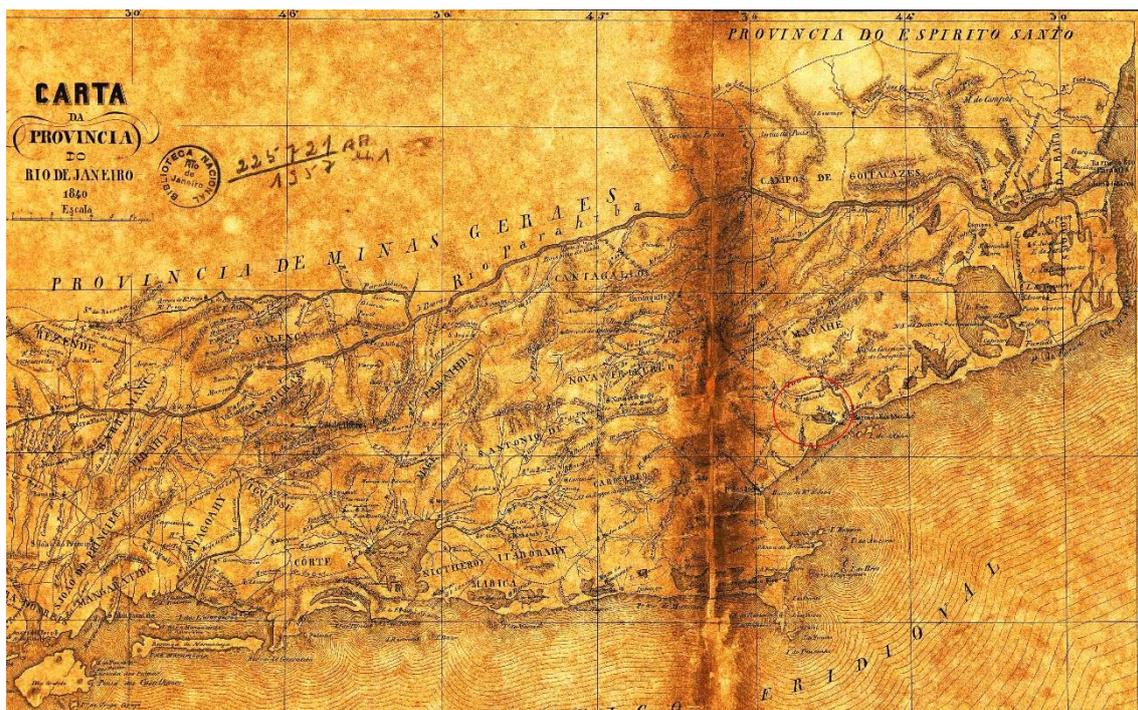


Figura 1: CARTA da Província do Rio de Janeiro 1840.

Fonte: Acervo digital – Biblioteca Nacional

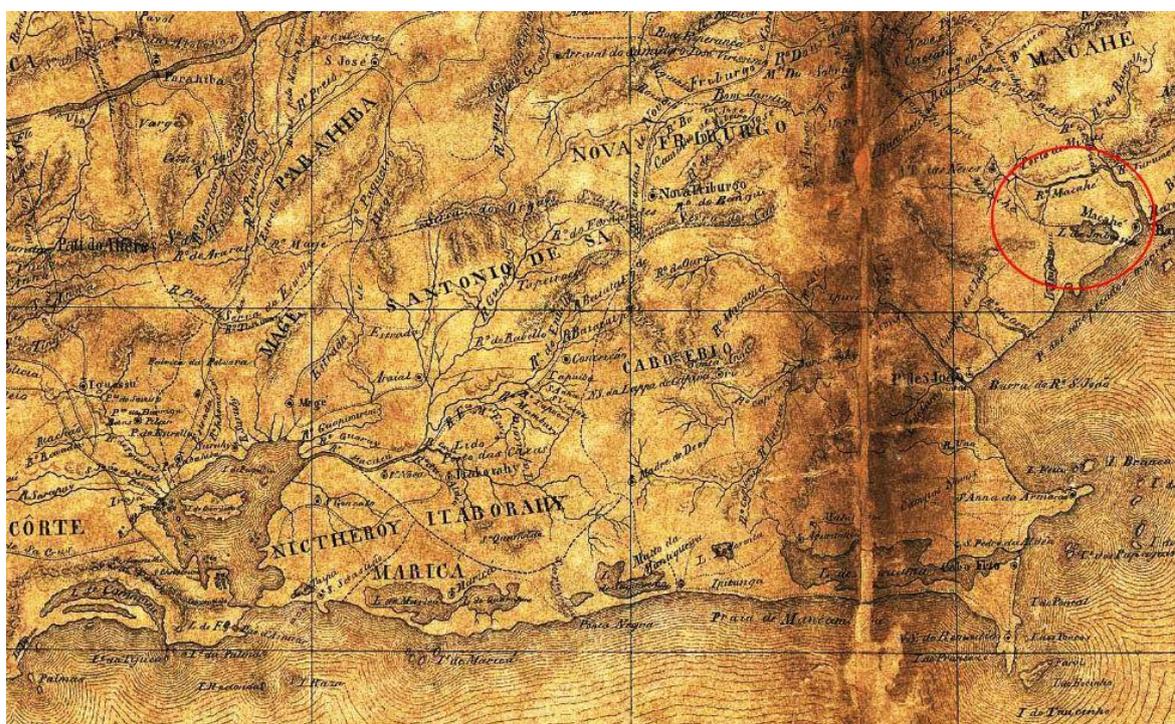


Figura 2: CARTA da Província do Rio de Janeiro 1840.

Fonte: Acervo digital – Biblioteca Nacional

Na figura 3, a planta Hidrográfica do século XIX destaca a Barra de Macaé, na região central, bem como o Rio Macaé desembocado no oceano. No sentido contrário, o rio sobe para o interior do município, margeado as freguesias localizadas no sertão.

O projeto de arruamento já mostra a ocupação junto à beira mar e estendendo para os arredores. Descendo a costa, junto ao pontal, ficava o porto de Imbetiba, ponto importante de escoamento de muitos gêneros agrícolas cultivados na região, conforme será detalhado no próximo capítulo.

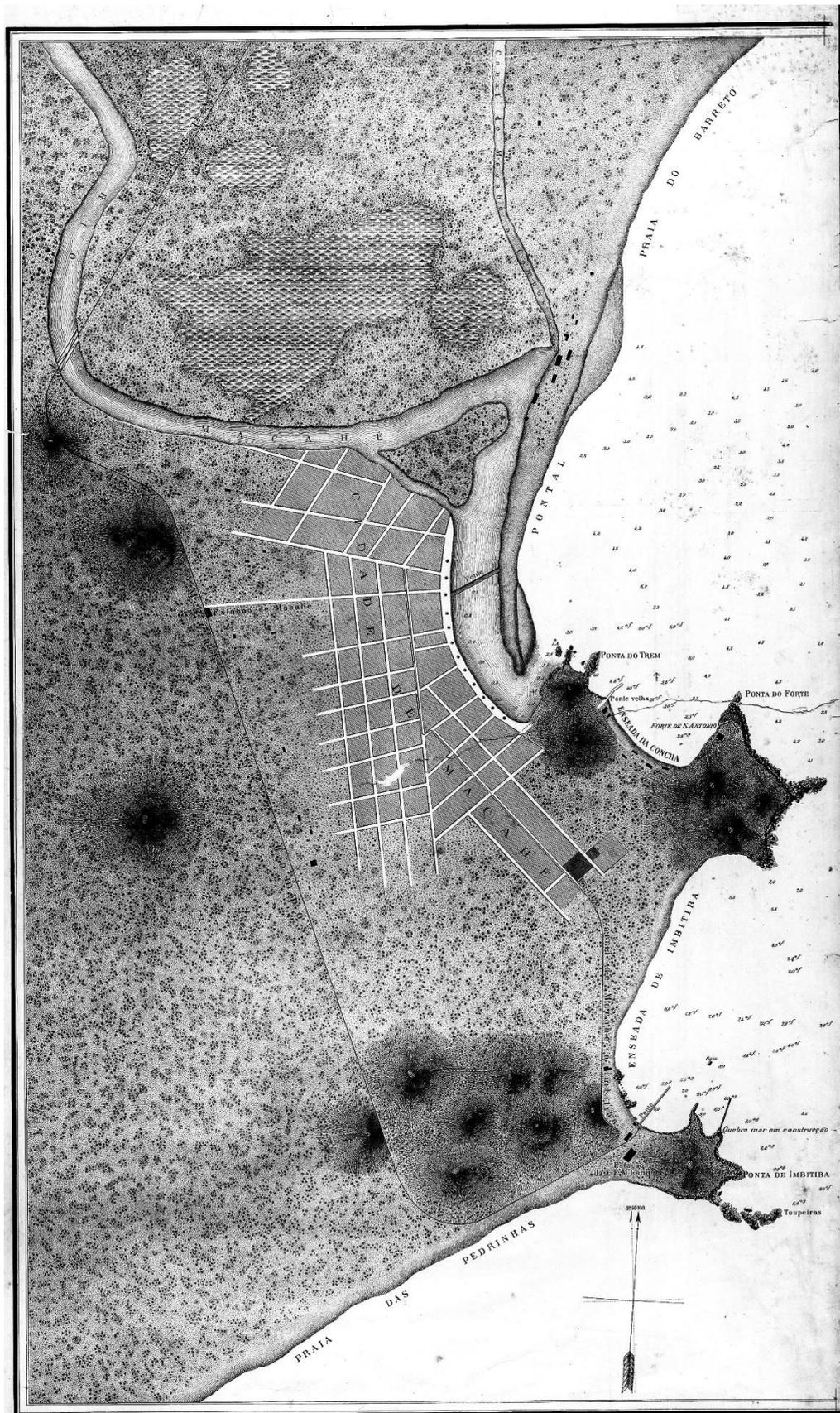


Figura 3: Ministério da Marinha. *Planta hydrographica dos portos de Imbitiba e Macahé.* 1881
Fonte: Acervo digital – Biblioteca Nacional

Segundo o *Almanack Laemmert*, de 1880, Macaé é considerada um dos municípios mais importantes da província, justificado pelo comércio e pela sua vocação agrícola. Tal importância econômica refletia diretamente nos números populacionais, sobretudo de cativos, principal mão de obra utilizada no período.

O Mapa populacional da província do Rio de Janeiro, produzido em 1844, destaca justamente essa diferença proporcional entre livres e cativos em Macaé.

O documento divide as regiões da província em comarcas e suas cidades juridicamente ligadas. No ano de expedição do mapa, Macaé era administrada pela comarca de Cabo Frio. Os dados preliminares divulgados no documento registram 10.051 habitantes em Macaé, divididos por sexo, cor e condição jurídica. O Mapa não informa os números divididos por freguesias. É possível deduzir, mas não afirmar, que o número de 10.051 não é produto do somatório estatístico das quatro freguesias ²³que Macaé possuía até 1844.

É possível perceber também que o número da população escrava masculina era maior em relação a feminina, como afirmam vários autores. De acordo com Mirian Cristina Siqueira de Cristo, “esse era um fator comum na escravidão brasileira”.²⁴

²³ Até 1844, Macaé possuía quatro freguesias: Nossa Senhora das Neves e Nossa Senhora do Desterro de Quissamã, anexadas a cidade quando esta foi elevada à condição de vila, 1813; São João Batista, criada em 1814, e por fim Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, fundada em 1842, após desmembramento da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Quissamã.

²⁴ CRISTO, Mirian Siqueira. A elite imperial entre mulas, bruacas, caixas e faluas: Porto das Caixas (1831) 1874). *Dissertação de Mestrado* - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói. 2017. p.40.

Tabela 1
Estatística populacional de Macaé – 1844

Livres			%
Branços	Homens	1.385	35,70
	Mulheres	1.104	28,55
Indígenas	Homens	110	2,84
	Mulheres	97	2,5
Pardos	Homens	508	13,10
	Mulheres	525	13,53
Pretos	Homens	71	1,82
	Mulheres	72	1,85
Subtotal		3.880	100
Cativos			
Pardos	Homens	187	3,03
	Mulheres	151	2,45
Pretos	Homens	3.313	53,67
	Mulheres	2.522	40,85
Subtotal		6.173	100
TOTAL		10.051	

Fonte: Mapa Populacional da Província do Rio de Janeiro de 1844, considerando os municípios de Macaé - Arquivo Nacional – COD.0.808, v02.

Como é possível observar, o número de cativos quase dobra em relação ao livres. Seja qual for a freguesia utilizada como base, o trabalho escravo foi fortemente explorado, justificando a intensa produção agrária na região, seja para abastecer o mercado interno, ou mesmo para movimentar grandes fazendas produtoras de café, cana de açúcar e outros gêneros.

O número de pardos livres é quase três vezes maior em comparação aos pardos que ainda estão na condição de escravo. Estes primeiros talvez tenham sido beneficiados por alforrias de pia, que cresceram consideravelmente na última década do século XIX na região, pelo menos é o que apontam os registros de batismo da freguesia de Nossas Senhora das Neves. Mas este não seria o principal motivo que explicaria número expressivo de pardos livres. Muitos desses poderiam ser filhos de libertos com indivíduos livres ou mesmo obtiveram a liberdade através da ajuda de compadrios, conforme observaremos melhor no próximo capítulo.

A presença de indígenas também foi destacada neste levantamento. Uma presença considerável, se comparado ao recenseamento do Império de 1872, onde este registro não foi contemplado. Talvez por ausência numérica de indivíduos ou até mesmo miscigenação²⁵, o que pode acarretar em descaracterização conceitual (fenótipo) para registro oficial. Outra possível explicação para a presença indígenas neste senso pode ser atribuída ao fato de que existia número considerável de aldeias na região, resistentes a expansão das fazendas. Os registros de batismos da freguesia de Nossa Senhora das Neves correspondentes as quatro primeiras décadas do século XIX indicam a presença de indígenas da região, sendo batizados ou mesmo apadrinhando.

Desde o início do processo de povoamento com os Jesuítas até a segunda metade do século XIX, Macaé sempre contou com uma forte presença escrava. Os dados do mapa populacional de 1844 comprovam essa realidade da época. Se havia muitos escravizados, naturalmente, a proporção de senhores abastados acompanhou verticalmente o volume. A vocação agrária foi um forte aliado nesse sentido. A necessidade cada vez maior por mão de obra cativa para trabalhar das fazendas impulsionou a região, principalmente nas freguesias do interior, como será melhor discutido a frente. Já a sede da Vila, que ficava próximo ao mar, abrigou a população urbana e experimentou um processo de urbanização planejado.

1.2 Processo de urbanização após a segunda metade do século XIX e as atividades econômicas que abastecem o mercado interno

A expansão agrícola nas freguesias do interior fez com que a cidade (sede – freguesia de São João Batista de Macaé) começasse a experimentar uma vida urbana muito intensa, em razão das trocas comerciais, a partir da centralização das atividades ligadas ao comércio, e de sua situação geográfica, situada no litoral, exercendo importante função portuária.

O primeiro projeto de arruamento da cidade foi apresentado em 1837 pelo Engenheiro Militar Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde e demonstra o intuito do autor

²⁵ Segundo observações da professora Marcia Amantino, as relações entre índios livres ou não e os escravos negros ocorriam nas fazendas e nos aldeamentos. O casamento entre ambos personagens resultou em diversos propósitos, não apenas aproximação por afinidade. Ver: AMANTINO, Márcia Sueli. *Relações sociais entre negros e índios nas fazendas inacianas - Rio de Janeiro, século XVIII*. XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

em ordenar um tecido urbano que já se estruturava de maneira incipiente e irregular. Segundo Knauss, o projeto urbano de Bellegarde era moderno:

Apresentavam três grandes ruas paralelas que acompanhavam o sentido da foz do rio, junto ao mar, e que cortavam a área urbana de modo longitudinal. Estas três vias – a rua da Praia, junto à foz do rio; a rua principal chamada de Direita; e a rua Formosa, que se dirigia ao interior – eram cortadas por ruas transversais, formando as ligações do mar ou do rio com o interior. O projeto se completava ainda com a criação de duas praças colocadas nos extremos da área urbanizada: a praça da alegria, junto à foz do rio; e a praça da matriz.²⁶



Figura 4: Plano de arruamento de Macaé, projetado pelo engenheiro Henrique Bellegarde - 1840

Fonte: Arquivo Digital da Biblioteca Nacional

Ainda para Knauss, o resultado da composição urbanística acima descrita formava uma imagem da “cidade em quadras, de espaço ordenado pela geometria”, conferindo ao espaço urbano “um sentido de regra, medida local da construção da ordem social” em conformidade com a planta, apresentada pela equipe de Bellegarde e que permite identificar a expansão urbana retratada por Knauss.²⁷

²⁶ KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*. p.30

²⁷ KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*. p.30

A Praça Washington Luís (antiga Praça Municipal) já possui edificações consolidadas em 1837. Neste momento, a extremidade da praça voltada para o rio e o quarteirão adjacente a esta são atravessados por um pequeno curso d'água. Historicamente o logradouro abriga alguns dos mais importantes edifícios públicos do município.²⁸



Figura 5: Relações entre as praças e os corpos hídricos no projeto de arruamento.
Fonte: João Lemos Cordeiro Sayd (2014) sobre Projeto de Arruamento da Cidade (1837).

Apesar de ser um espaço público, o curso d'água no interior da praça é aterrado por iniciativa particular dos donos de um importante trapiche situado entre a praça e a Rua da Praia. A Praça Veríssimo de Mello, originalmente Praça da Alegria ou Largo da Alegria, era ainda no final do século XIX um vasto capinzal:

(...) que, quando mais alto, escondia à vista uma estreita vala que a cortava, diagonalmente, em direção à atual Rua Doutor Cupertino, prolongando-se por esta até atingir o rio, escoadouro para as águas servidas ou não que a vala recebia.²⁹

²⁸ SAYD, João Lemos Cordeiro; BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. *Estuário do rio Macaé: o papel das obras hidráulicas na configuração do espaço urbano*. In: XIV Seminário de história da cidade e do urbanismo. Anais. São Paulo, 2016

²⁹ PARADA, Antônio Alvarez. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. p.163

Na extinta Praça Nilo Peçanha, também denominada Praça da Luz ou apenas Rocio, ainda em 1850, não havia nenhuma edificação no seu entorno. Sabe-se que neste local eram executados os condenados pela Justiça à força durante o século XIX. O local é extinto em 1955, para dar lugar ao Colégio Estadual Luiz Reid.³⁰

Nas últimas décadas do século XIX a cidade iniciou uma expansão incipiente em direção à Enseada de Imbetiba, para além dos limites estabelecidos pelo Projeto de Arruamento, embora os quarteirões traçados meio século antes ainda estivessem majoritariamente desocupados.³¹

A ligação da Estrada de Ferro Macaé-Campos à Baía de Guanabara, em 1888, reduz significativamente a quantidade de viagens nos portos da Imbetiba e da Rua da Praia. O espaço urbano onde se situam estes portos decadentes assumirá uma forma urbana cada vez mais voltada para as questões paisagísticas, para o uso residencial e para atividades de contemplação e lazer.

O processo urbanístico macaense se deve aos desdobramentos do desenvolvimento econômico iniciado na primeira metade do século XIX. Desde final do século XVIII, a economia macaense estava voltada para o comércio interno e a produção de alimentos. O adensamento demográfico da região foi impulsionado pela atração da população livre que buscava condições favoráveis à expansão das lavouras de alimentos.³²

Não há muitos registros que auxiliem a explorar historicamente a ocupação e urbanização de Macaé. Grande parte das fontes analisadas trabalham com a história de Campos dos Goytacazes, cidade vizinha e a mais importante na região norte fluminense, pois concentrava a maior parte dos engenhos fluminense desde o final do século XVII.

Porém, mesmo diante da limitação de fontes, é possível observar os altos e baixos presentes na história do município, desde as primeiras ocupações até o passado recente. E um fator foi primordial para movimentar esse pêndulo ao longo do tempo: a economia. Knauss analisa esses dois momentos, concluindo como a história é dinâmica.

O fato é que, em alguns momentos, a região de Macaé foi valorizada e seu território cobiçado por reis, piratas, comerciantes, industriais. Em outros instantes, a região ficou esquecida, abandonada a si mesma. Períodos áureos foram, por exemplo, a segunda metade do século XVIII e a primeira metade

³⁰ PARADA, Antônio Alvarez. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. p.197

³¹ SAYD, João Lemos Cordeiro; BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. *Estuário do rio Macaé: o papel das obras hidráulicas na configuração do espaço urbano*. In: XIV Seminário de história da cidade e do urbanismo. Anais. São Paulo, 2016.

³² FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé*. pp. 14-31

do século XIX, com a consolidação dos grandes engenhos e o desenvolvimento da exportação açucareira e do tráfico de escravos ou, mais recentemente, como a década de 80, com a exploração do petróleo em águas profundas regionais. O desenvolvimento destes períodos contrasta com períodos de desenvolvimento mais lento, como a época dos primeiros povoadores do século XVII até o final do século XVIII. A vida econômica de Macaé, portanto, presenciou altos e baixos. Conjunturas de fartura e abundância alternaram-se com conjunturas de marasmo econômico, deixando vestígios e pistas, que hoje nos ajudam a compreender como a história é dinâmica.³³

Mesmo com a oscilação econômica ao longo dos séculos, conforme observou Knauss, a região nunca deixou de ser um atrativo agrícola. Desde muito antes a chegada dos primeiros jesuítas a Macaé, já havia, na região, pequenos fazendeiros que produziram diversos gêneros alimentícios, tanto para subsistência, quanto para atender as demandas de outras regiões, principalmente a província do Rio de Janeiro. Entre os cultivos estavam laranja, banana, mandioca, feijão, batata, milho, farinha, abacaxi e café.

A partir dos setecentos, a expansão da agricultura, principalmente da atividade cafeeira, ocorreu na região serrana. Porém, só a partir do fim da primeira metade do século seguinte que esta expansão é acompanhada por estratégias e obras públicas, como parte integrada ao desenvolvimento da economia cafeeira assim como o da circulação de mercadorias por meio do mercado interno.

A razão para isso está nas novas exigências feitas pela economia imperial, centralizada na produção cafeeira, mas integrada à economia de abastecimento.³⁴ Era preciso abrir novos caminhos para o desenrolar da economia cafeeira e toda a superestrutura que lhe fornece sentido, possuindo grande investimento na construção de estradas, canais e portos, para o escoamento do açúcar e café.³⁵

Ana Lúcia Nunes Penha enfatiza que a expansão cafeeira trazia consigo a reestruturação da província para que ela se estabelecesse em locais diferentes do Vale do Paraíba. Isso ficou marcado com a expansão de sua fronteira para o triângulo Cantagalo – Macaé – Campos dos Goytacazes.

As terras mais tarde denominadas de Cantagalo, de ocupação mais tardia se comparadas às do norte fluminense, afirmaram-se na produção de gêneros de abastecimento, por indução da Coroa, no início do XIX, vindo a transformar-

³³ KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*. p.43

³⁴ MARASCHIN, Gabriel de Azevedo. *A organização do espaço produtivo fluminense: a relação entre a ocupação da província do Rio de Janeiro com as vias de comunicação (1836 – 1855)*. In.: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Anais. Niterói, 2017. p.6

³⁵ PINTO, Clarice de Paula Ferreira. *O Imperador reina, governa e administra: o Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial (1836-1843)*. *Dissertação de Mestrado* - Universidade Federal Fluminense Niterói, Rio de Janeiro, 2014. p.6

se, em pouco mais de três décadas, numa importante área cafeeira fluminense e ponto de irradiação daquela cultura para outras áreas. No último quartel do século, na marcha para noroeste, a cafeicultura se expandiu em direção à serra de Itaperuna, onde atingiria seu apogeu nas primeiras décadas do século XX. A cultura cafeeira recolocou a necessidade da abertura e melhoria dos caminhos terrestres e fluviais e atraiu para aquelas regiões os investimentos em estradas de ferro.³⁶

Inúmeras foram as tentativas de ligar Cantagalo à Campos para a circulação de mercadorias. Todas essas tentativas buscavam incluir Macaé como ponto de parada, devido a seu porto, que ampliaria o comércio de cabotagem e escoamento da produção, abrindo um auxílio ao porto de São João da Barra.³⁷

A relação entre Macaé, Campos e Cantagalo construída pelo governo mantém uma lógica bastante interessante, pois Campos se manteria na liderança na produção de açúcar e gêneros de abastecimento, ao mesmo tempo em que Cantagalo seria o ponto de produção cafeeira que Campos nunca conseguiu ser e Macaé, por sua vez, o porto principal de escoamento do produto de ambos os polos, somado aos centros produtores que estão no espaço entre ambos.³⁸ Nesse período, Macaé já está consolidada no circuito do comércio interno. Mas não só isso. A região também foi um importante ponto de entrada de escravos, sobretudo iligais, traficados da África e com destino as fazendas do norte da província, chegando até as áreas serranas, conforme será melhor discutido a frente.

Viajantes estrangeiros que passaram por Macaé no fim do século XVIII e início do século XIX relataram, em suas anotações, as atividades econômicas praticadas na região. O botânico e naturalista francês, Auguste de Saint Hilaire, conforme já observado, esteve na cidade no momento da recém-criação da vila.

Seus cadernos de viagem são fontes importantes, que registraram o início do processo de consolidação espacial e de poder comandado pela elite local. Fica claro que a principal atividade nos anos iniciais do século XIX era o comércio de madeira. Pequenos, médios ou ricos proprietários se dedicavam a essa prática.

O naturalista também identificou que haviam outros produtos na região. Referia-se ele aos vinte engenhos de açúcar que existiam entre o sítio do Paulista e o porto de São João da Barra. Além destes engenhos, alguns fazendeiros estavam também iniciando o cultivo de café. Outros, ainda, plantavam milho, algodão, arroz e mandioca. Em todas

³⁶ PENHA, Ana Lúcia Nunes. Nas águas do canal. Política e poder na construção do canal Campos – Macaé. (1835-1875). *Tese de doutorado* - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p.528

³⁷ MARASCHIN, Gabriel de Azevedo. *A organização do espaço produtivo fluminense*. p.6

³⁸ MARASCHIN, Gabriel de Azevedo. *A organização do espaço produtivo fluminense*. p.7

estas atividades, bem como nos serviços urbanos e domésticos, a mão de obra cativa foi essencial.³⁹

(...) o comércio da madeira era a principal atividade econômica do município. (...) o jacarandá, madeira utilizada em atividade de marcenaria; o araribá; a canela; o vinhático, madeira que possuía um lenho amarelo e quase imputrescível, era destinada ao trabalho em marcenaria e para construção naval; a cacheta, madeira que substituía o pinho; o óleo, madeira empregada na carpintaria. Estas eram transformadas em tábuas e vendidas por dúzias; o valor da dúzia da madeira de vinhático, medindo 30 palmos de comprimento por 2 de largura, era comercializada pelo custo de trinta mil réis.⁴⁰

O naturalista anotou referências quanto ao cultivo do café e reforça a condição de Macaé como fornecedora de mercadoria a corte:

(...) a cultura cafeeira, menos trabalhosa, não necessitava de investimentos em benfeitorias e reduzia o número de escravos na lavoura. O café, cuja produção era enviada à capital da província pelos seus proprietários, forçando conseqüentemente, a sua comercialização a nível local. O algodão, o milho, o arroz, e a mandioca também eram cultivados para o consumo dos colonos e de suas famílias.⁴¹

O Padre, ensaísta, geógrafo e historiador Manuel Aires de Casal era português e viveu durante muitos anos no Brasil. Esteve em várias regiões do país, dedicando-se ao estudo da corografia.⁴² A sua obra foi pioneira em publicação. Em passagem por Macaé, no início do século XIX, além de descrever a paisagem, observou a atividade econômica local, voltada para a extração de madeira e agricultura.

(...) A Vila de São João de Macaé situada sobre uma e outra margem do rio, que lhe dá o nome, criada em oitocentos e quatorze, tem uma igreja paroquial dedicada a Santana. Seus habitantes recolhem milho, arroz, feijão, farinha, algum açúcar; tiram madeira, sua principal riqueza; e pescam. Agouram-lhe considerável aumento. Nota-se ainda neste distrito a Freguesia de São João sobre a embocadura do rio do mesmo nome, com muitas conveniências para com o tempo ser uma vila considerável. Afora a madeira, por ora a riqueza principal de seus habitantes, exporta-se variedade de comestíveis.⁴³

³⁹ AMANTINO, Márcia Sueli. *Quilombos em Macaé no século XIX*. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 623-647.

⁴⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *A cidade de Macaé. Viagem dessa cidade aos limites do Distrito de campos dos Goitacazes*. In: *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Leonam de Azevedo Penna, São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 (Capítulo XIX). p.365

⁴¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *A cidade de Macaé. Viagem dessa cidade aos limites do Distrito de campos dos Goitacazes*. p.367

⁴² Estudo geográfico de um país ou de uma de suas regiões.

⁴³ CAUTIERO, Gisele Munis dos Santos; FRANCO, Maria da Conceição Vilela; TAVARES, Alice F (Organizadores). *Relatos e Personagens na História de Macaé*. Macaé, RJ, Solar dos Mellos: 2014. p.46

Outro ilustre viajante que deixou a sua contribuição escrevendo relatos paisagísticos e econômicos sobre Macaé foi o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied. Natural da cidade de Neuwied (Prússia) percorreu entre os anos de 1815 e 1817 os territórios do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Em seu diário de viagem produziu relatos e imagens sobre a geografia e a história ambiental da recém-criada Vila de São João:

Os moradores fazem algum negócio com o produto das plantações, consistente de farinha, feijão, milho, arroz e um pouco de açúcar. Exportam, também, madeiras: daí se vê, geralmente, ancorados, alguns navios costeiros, "sumacas" ou "lanchas".⁴⁴

Os padres jesuítas, ainda no início do século XVIII, criaram os primeiros engenhos de cana de Macaé. Além dos inicianos, outros fazendeiros como o Marechal de Campo José Caetano, Francisco José de Souza, Manuel José da Silva, Antonio de Freitas e o Capitão José Francisco Caldas, entre outros, seriam possuidores de engenhocas de açúcar, como aponta Ferreira. “Em suas propriedades, localizadas em Quissamã, Lagoa de Carapebus, Jurubatiba e Barreto havia escravos, gado, lavouras de alimentos e, em alguns casos, produção de aguardente”.⁴⁵

João Luis Fragoso analisou a dinâmica da economia colonial entre 1790 a 1830 na Capitania do Rio de Janeiro. Ele observou que, essencialmente, as unidades produtivas eram voltadas para a exportação, mas indaga sobre a agricultura de abastecimento. Apesar das *plantation* escravistas atuarem como base de sustentação econômica no período, nem sempre essas fazendas produziam alimentos, ou mesmo serviam de criadouros para animais. Esse cenário era visto tanto nas áreas rurais do interior, como na corte. Isso significa que muitos proprietários deveriam recorrer ao mercado local.⁴⁶

Através de inúmeras tabelas que organizou, foi possível perceber a movimentação de gêneros no porto do Rio de Janeiro nesse período. Em 1791, pelo menos doze embarcações, contendo açúcar vindo de Macaé tinham como destino o porto fluminense.⁴⁷

⁴⁴ CAUTIERO, Gisele Munis dos Santos; FRANCO, Maria da Conceição Vilela; TAVARES, Alice F (Organizadores). *Relatos e Personagens na História de Macaé*. p.48

⁴⁵ FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé*. p.32

⁴⁶ FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.100

⁴⁷ FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura*. p.104

No período analisado por Fragoso é possível observar que a Capitania do Rio de Janeiro era abastecida não apenas por áreas próximas, mas também por regiões distantes, a exemplo o Rio Grande do Sul, Bahia e até Lisboa. Nesse particular, a cabotagem ligava entre si as áreas especializadas no abastecimento interno da colônia e estas, às regiões voltadas para o mercado externo. Isto permitiu que grandes unidades produtoras exportadoras se alimentassem dos produtos que eram fornecidos pelo próprio espaço colonial.⁴⁸

Para aprofundar um pouco mais sobre os tipos de mercadorias que chegavam a província do Rio de Janeiro originados de Macaé, foram utilizadas referências em publicações do *Jornal do Commercio* da primeira metade do século XIX, período de balizamento desta pesquisa. O objetivo não é fazer um levantamento detalhado, mas apenas ilustrar a dinâmica e frequência de desembarques.

⁴⁸ FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé*. p.34

Quadro 1
Entrada de embarcações pelo porto do Rio de Janeiro
originadas de Macaé (1827 – 1828)

ANO	EDIÇÃO	EMBARCAÇÃO	PRODUTOS
1827	7	Lancha Boa Esperança	50 sacos de café; 5 dúzias de couceira
1827	25	Escuna Constância	400 sacos de café, 35 dúzias de madeira fina e 7 feixes de açúcar
1827	46	Lancha São José	60 barricas, 225 sacas de café, 10 dúzias de tábuas e 10 dúzias de ripas
1827	54	Lancha Paquete	12 dúzias de couçoera, 6 caixas com açúcar, 100 sacas de café.
1827	62	Sumaca Bom Jesus dos Navegantes	78 dúzias de madeira fina, 10 ditas de couçoera, 4 ditas de vinhático, 180 ditas de ripas, 2 caixas de açúcar.
1828	123	Lancha Aleluia	30 sacas de café, 1 dúzia de canela, 10 ditas de ripas Isare.
1828	145	Lancha Aleluia	30 sacas de café, 20 dúzias de ripas
1828	151	Lancha Espirito Santo	28 caixas de açúcar, 150 sacos com café, 2 dúzias e meia de vinhático, 3 ditas de couçoera
1828	6	Lancha Penha	36 dúzias de madeira, 8 caixas de açúcar, 30 sacos de café

Fonte: Jornal do Commercio. Versão digitalizada e disponível – Biblioteca Nacional

Apesar do breve período de análise dos jornais, foi possível comprovar que Macaé fornecia itens variados produzidos na região. Entre os diversos gêneros transportados pelas embarcações até a Corte, o café foi o produto mais recorrente. O fenômeno é justificado pela expansão do cultivo desse grão na região, rivalizado com a produção tradicional de cana de açúcar.

É bem provável que as sacas de café direcionadas a Corte teriam vindo também de Cantagalo, pois a região se destacou no cultivo desse item. Além do café, a extração de madeira foi presente na região, sendo constantemente reportada nos diários dos viajantes que passaram por Macaé na primeira metade do século XIX. Este item também

foi despachado a Corte com frequência, conforme aponta os jornais. Todos as embarcações citadas no quadro 1 carregavam alguma proporção de madeira, seja fina, grossa ou vinhático. Na verdade, o vinhático é uma árvore típica da mata atlântica que garantia uma madeira de excelente qualidade, muito utilizada na produção de moveis luxuosos.

Entre os anos de 1827 e 1828, recorte temporal escolhido para a seleção dos jornais, poucas embarcações transportaram açúcar ou melado para a Corte. Se comparar a quantidade de café e madeira despachados, o açúcar está numa proporção bem abaixo desses produtos. Havia engenhos por todo norte fluminense, principalmente em Macaé, mas o auge da produção de cana de açúcar, bem como a modernização dos processos de toda a cadeia só é visível a partir da segunda metade do século XIX. Nesse particular, Quissamã ganhou destaque, com a criação do Engenho Central de Quissamã, em 1875. Um dos mais modernos da América Latina.⁴⁹

O porto de Imbetiba, na cidade de Macaé, foi fundamental para dinamizar o escoamento da produção do norte fluminense nesse período. Conforme observa Ferreira, até meados do século XIX, as limitações impostas àquela região pelo meio geográfico, sobretudo os constantes alagamentos que obstruíam as estradas, prejudicavam a comunicação e o transporte de mercadorias, obrigando a seguir complicados itinerários até ser finalmente escoada para o porto do Rio.⁵⁰

Como alternativas as dificuldades de escoamento da produção, macaenses e campistas investiram esforços para construírem o canal Campos a Macaé, por onde as embarcações seguiriam direto até o porto de Imbetiba.

Portanto, é possível observar que Macaé não foi coadjuvante na economia agro fluminense. A região notadamente integrou o circuito de abastecimento, cultivando gêneros e escoando através de seu porto. Ao lado de Campos dos Goytacazes, movimentou a economia norte fluminense e consequentemente solidificou elites e grandes proprietários de terra. No próximo tópico, será possível perceber que a freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, objeto dessa pesquisa, foi responsável por boa parte da atividade agrícola da região. Grandes fazendeiros e

⁴⁹ PENHA, Ana Lúcia Nunes. *A pesquisa histórica e a sua contribuição para a construção da memória macaense*. In: AMANTINO, Marcia, RODRIGUES, C., ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis. *Povoamento, Catolicismo e escravidão na Antiga Macaé (séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p.177

⁵⁰ FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé*. p.34

freguesia pertencia a Campos dos Goytacazes. Logo, é necessário observar com mais detalhes a formação dessa freguesia, a fim de contextualizar de forma mais objetiva a região no período proposto no tema. Assim, a interpretação dos dados e informações extraídas dos documentos eclesiásticos terão mais sentido.

Para compreender o processo de formação da freguesia de Nossa Senhora das Neves é preciso conceituar a funcionalidade de uma freguesia durante o período colonial e imperial. Caio Prado Junior esclarece a divisão administrativa do Brasil sob o comando português neste momento histórico. Segundo ele, capitania formava a maior unidade administrativa da colônia e eram divididas em comarcas, sempre em menor número. As comarcas, por sua vez, se dividiam em termos, com sede nas vilas ou cidades. Já os termos eram divididos em freguesias, circunscrição eclesiástica que formava a paróquia, sede de uma igreja paroquial, e que servia também para a administração civil.⁵¹

A freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio Macaé nasceu a partir do aldeamento criado pelo padre presbítero do Hábito de São Pedro, Antônio Vaz Pereira, no início do século XVIII, numa área próxima do rio Macaé. O padre foi destacado pelas autoridades eclesiásticas como um dos maiores missionários do século XVIII. O objetivo era catequizar os índios Guarulhos, que viviam na área. O aldeamento e, conseqüentemente, a freguesia ficava localizada no que é hoje o distrito de Córrego do Ouro, região serrana de Macaé.

Em 1757, o missionário ergue uma modesta capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição da Santa Virgem e pede uma ajuda de custo, segundo ele, “para se continuar a Igreja que o Suplicante está fazendo no Rio Macaé, para dar com decência o pasto espiritual às ovelhas novamente convertidas, por que são muito pobres”.⁵²

O pedido foi feito no final da exposição encaminhada ao rei Dom João sobre a atuação duvidosa dos jesuítas na região. Ao que tudo indica, houve resposta apenas aos casos relacionados aos inacianos. Quarenta anos depois, a situação da igreja continuava calamitosa, pelo menos é o que afirmava o visitador Francisco dos Santos Pinto, na visita

⁵¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 306

⁵² AMANTINO, Marcia. *Exposição do Padre Antonio Vaz Pereira acerca da degradação dos Índios do Aldeamento de São Lourenço e de São Pedro. Queixas contra os Padres José dos Reis e Manoel de Andrade da Companhia de Jesus – 1757*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Volume 168, Edição 437. p. 335

pastoral realizada em Macaé no ano de 1799. Não possuía sacrário e no lugar da pia batismal, utilizava-se uma bacia de louça.⁵³

Segundo Maria Conceição Vilela, as condições estruturais da igreja, em 1812, pareciam permanecer as mesmas de 1799, mas sua natureza sofreria mudanças. Entre o final do século XVIII e início do XIX, a igreja se transformaria em Matriz da freguesia, contrariando a lógica. Afinal, o templo estava em ruínas e a Igreja de Sant'Ana, que ficava na sede e próximo ao litoral, teoricamente, deveria ser a preterida, nesse caso, para ser a matriz. A explicação está na expulsão dos jesuítas em 1759. O rei D. José I baixou instruções determinando a transformação de diversas aldeias indígenas em vilas e a substituição de jesuítas por padres seculares. Portanto, a freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio Macaé não resultou de um processo comum de crescimento de um arraial. O missionário Antônio Vaz permanece na função até 1765, quando é substituído pelo padre encomendado⁵⁴ José das Neves Ribeiro.⁵⁵ Talvez a determinação de manter a freguesia encomendada, cabendo ao pároco se sustentar por seus próprios meios, seja o motivo para o precário estado da capela.

Arlindo Rupert, citado por Maria Conceição Vilela, afirma que o padre José das Neves Ribeiro permanecera na função por muitos anos:

(...) destacando-se pela dedicação aos nativos e tornando-se um benfeitor dos mesmos até, ao que tudo indica, em 1795, quando foi elevada à condição de igreja permanente e transformada em uma paróquia colada, ou seja, sustentada pelo padroado régio.⁵⁶

É provável que o padre José das Neves Ribeiro tenha feito um bom trabalho antes da transformação em freguesia colada, conquistando estabilidade e ajudando a aumentar o número de fiéis. Não descartando essa possibilidade, é possível arrolar mais uma justificativa para a freguesia entrar no seletivo grupo das que passariam a ser sustentada

⁵³ FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida: sentenciamentos, assassinatos e sepulturas como elementos de construção da memória macaense (1855-1910)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2009. p. 25

⁵⁴ Os vigários encomendados eram sacerdotes provisórios em pequenas comunidades ainda desprovidas de uma paróquia canônica e legalmente constituída. Chamavam-se assim por serem solicitados pelas comunidades. Sustentavam-se cobrando taxas da população pelos serviços religiosos prestados.

⁵⁵ RODRIGUES, C. ; FRANCO, M. C. V. . *Notas sobre a presença e a atuação da Igreja católica na Antiga Macaé*. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Claudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis.. (Org.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (Séculos XVII ao XIX)*. 1ªed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, v. 1, p. 65

⁵⁶ RODRIGUES, C. ; FRANCO, M. C. V. . *Notas sobre a presença e a atuação da Igreja católica na Antiga Macaé*. p.65

pelo padroado régio. Durante as últimas décadas, a região experimentou um crescimento socioeconômico considerável, ganhando reconhecimento e uma elite proeminente.

Sheila de Castro Faria analisa a transformação populacional da região e destaca o enorme crescimento em poucos anos, justificando uma mudança de perfil econômico na freguesia:

Toda a Capitania da Paraíba do Sul, no decorrer do século XVIII, foi atraente à entrada de homens e de capitais, sendo que Neves teve um aumento populacional excepcional. Em 1785, tinha 40 habitantes livres, 102 escravos, dois engenhos, produzia somente 100 arrobas de açúcar por ano, uma pequena colheita de grãos e pouca criação de gado, distribuídos por 12 unidades agrícolas. Em 1799, sua situação havia-se transformado radicalmente: de 40 habitantes passou a ter 1.691 (um aumento de 4.227,5% em 14 anos); a população cativa aumentou de 102 para 3.640 (em termos proporcionais, a elevação foi de 3.568,6%).⁵⁷

Maria Conceição Vilela escreve que o padre Francisco dos Santos Pinto, na visita pastoral que realizou em 1799, afirma em suas anotações a freguesia possuía cinco fazendas, apesar de ter descrito apenas quatro: a da Conceição dos Adoellas, localizada próximo ao rio São Pedro, propriedade de Dona Josefa de Figueiredo; a do Morro do Onça, de Bernardo José Ferreira Rabelo; a do Capitão Antônio José Lopes de Araújo e a de Manoel José da Costa Martingil. Ele ainda continua e garante que todas possuíam oratório de licença do bispo, considerados decentes e “separados do uso doméstico”, com exceção do da fazenda de Martingil, que foi interdito “pela indecência em que estava”.⁵⁸

Em pesquisas no livro de registros de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, referente ao período entre 1798 e 1807, a autora encontrou mais duas fazendas que não havia sido descrita pelo padre citado: a da Atalaia, de Manoel Ferreira Maia; e a do Frade.

Outra forma de medir e analisar o crescimento apresentado na região é através dos pedidos de construção de oratórios particulares em algumas fazendas. Este era um símbolo de projeção e poder dos proprietários, já que a autorização para a construção deveria ser via autoridade eclesiástica. Uma das justificativas que mais apareciam nos textos das aprovações, segundo Sérgio Chahon, era o viver “à maneira dos nobres” ou “conforme as leis da nobreza”.

⁵⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.327.

⁵⁸ RODRIGUES, C. ; FRANCO, M. C. V. . *Notas sobre a presença e a atuação da Igreja católica na Antiga Macaé*. p. 72

O privilégio de possuir um altar doméstico, de fato, exigia a posse de certa parcela de cabedal, pessoas que estivessem incluídas nos círculos mais seletos da hierarquia social, que fossem ocupantes de cargos prestigiosos no aparelho administrativo e/ou possuíssem patrimônio e riqueza.⁵⁹ Por essa definição é possível sugerir que a estrutura eclesiástica representava a confirmação de um tipo de *status* e prestígio social na freguesia escravista de fins dos Setecentos.

Conforme já mencionado, durante o século XVIII, Macaé foi importante fornecedora de inúmeros gêneros que abasteceram o mercado interno, tendo como base a mão de obra escrava. Nesse particular, o porto de Imbetiba atuou como canal de escoamento até o porto do Rio de Janeiro. A Freguesia de Neves agrupou condições ideais para o cultivo de lavoura de alimentos, o que despertou a atenção de imigrantes de outras regiões. O crescimento populacional acompanhou o processo de expansão das lavouras e dos engenhos, formando uma elite proprietária de grandes fazendas, mas também agricultores pobres ou médios, que também atuavam no abastecimento local.

Essa nova elite, apesar de todas as suas prerrogativas inerentes à condição, de longe não se comparava as fortunas dos grandes proprietários e plantadores do Vale do Paraíba, a exemplo do Comendador Manoel de Aguiar Vallim, proprietário da Fazenda Resgate, no Bananal. Ele foi um dos homens mais ricos e poderosos na época do império.⁶⁰

Talvez a única exceção, entre tantos que figuraram *status* e fortuna na freguesia de Neves, seja Amaro Velho da Silva. Além de grande proprietário de terras e escravos, acumulou títulos de nobreza e exerceu forte influência na corte. Foi barão de Macaé por decreto imperial de 12 de outubro de 1826, elevado a visconde do mesmo título com as honras de grandeza por decreto imperial a 18 de outubro de 1829. Em 1820, foi agraciado com a mercê da alcaidaria-mor da Vila de São José Del-rei.

Junto com o seu irmão Manoel Velho da Silva, os dois foram grandes comerciantes no Rio de Janeiro. Seus negócios chegavam até a Ásia. De lá, importavam especiarias e louças, por exemplo, e exportavam açúcar e principalmente madeira.⁶¹ Mas não eram somente estas as atividades que cuidavam. Segundo os estudos de Mariane

⁵⁹ RODRIGUES, C. ; FRANCO, M. C. V. . *Notas sobre a presença e a atuação da Igreja católica na Antiga Macaé*. p.73

⁶⁰ CASTRO, Hebe; SCHNOOR, Eduardo (org). *Resgate – uma janela para os oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 199

⁶¹ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. *Tese de doutorado* - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p.74

Muaze, Manuel e Amaro estavam envolvidos nos “negócios d’África”, tendo sido identificados entre os maiores traficantes de escravos do Brasil.

A ascensão social deles está diretamente ligada ao que a autora chama de “economia moral do bem”, citando Ângela Xavier e Antônio Hespanha.⁶² Ou seja, a relação próxima a Coroa se dava em troca de favores e contribuições ao Estado:

Em função de suas fortunas pessoais e de sua prontidão em cooperar financeiramente com a Coroa no atendimento das necessidades do Estado, estes negociantes encontraram novas e maiores oportunidades de acesso a títulos e cargos de poder. Portanto, impelidos por uma mentalidade arcaica, própria do Antigo Regime, esses homens seguravam a bolsa do rei almejando obter em troca, distinção, honra e prestígio, garantidos pelas concessões de nobilitações. Mas, não era só isso. Buscavam também favores com retorno material como aposentadorias, nomeações para postos da administração pública e arrematação de impostos além de outros privilégios.⁶³

Todas essas práticas, aliadas a diversificação de negócios e a política de casamento são regras características da mentalidade econômica de Antigo Regime. Outros personagens ganharam espaço e exibiram igual riqueza ao longo da primeira metade do século XIX na região. Através dos registros de batismo foi possível observar a frequência de batizados de escravos inocentes e, principalmente, de adultos, pois estes últimos chegavam as fazendas por meio de compra, o que sugere movimentação financeira.

Entre 1821 a 1846, José Bernardino de Sá (Barão de Vila Nova do Minho) aparece como senhor de 107 escravos batizados. Dentre eles, 79 eram adultos e 28 inocentes. Todos residentes na fazenda Atalaia. Além de fazendeiro, José Bernardino acumulou fortuna como próspero negociante de escravos, inclusive de forma ilícita, uma prática comumente utilizada por outros negociantes da região. A costa macaense serviu de entreposto ilegal para navios carregados de africanos, que seriam enviados a fazendas da região e até a propriedades capixabas, na divisa do estado. Um negócio lucrativo que permaneceu até mesmo após o fim do tráfico de escravo, em 1850.⁶⁴

Segundo Jorge Luiz Prata de Sousa, na década de quarenta do século XIX, José Bernardino de Sá e outros traficantes de escravos montaram uma estrutura organizada em

⁶² XAVIER, Ângela; HESPANHA, Antônio. *As redes clientelares* In: Hespanha, A M (coord). *História de Portugal. O Antigo Regime*, Vol 4. Lisboa: Ed. Estampa, pp 381-393.

⁶³ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. p.81.

⁶⁴ SOUSA, Jorge Prata de. *A rede social do tráfico ilícito: grandes traficantes, comerciantes, fazendeiros e a raia miúda*. XII Congresso Brasileiro de História Econômica. Niterói, 2017.p.10

Macaé para melhor empreender o comércio de africanos. Estabeleceram um grande armazém, onde armazenavam tudo que fosse necessário para equipar os navios que se dirigiam até a costa da África. A medida isentaria as embarcações de passarem pelo porto do Rio de Janeiro, evitando o risco de possíveis capturas dos cruzadores inglês. Tal estrutura serviria para garantir o sucesso do tráfico de africanos, que abasteciam as fazendas do norte e interior fluminense, mas também impulsionava o comércio de cabotagem, pois a estrutura montada por estes traficantes fazia intercâmbio e conexões com outras cidades litorâneas da província.⁶⁵

O Capitão Antônio José Lopes de Araújo também ostentou vigor financeiro para adquirir africanos. Entre os 207 batismos de seus escravos ao longo das três primeiras décadas do século XIX, 117 foram de adultos e 89 de inocentes. Ele está entre os maiores fazendeiros da freguesia, a partir das primeiras décadas do século XIX. Encabeça a lista dos senhores com maior número de escravos batizados até 1850. Conforme já visto, sua propriedade possuía oratório, o que representava *status* social relevante e riqueza. Apesar da representatividade local, suas posses não foram contempladas no Registro Paroquial de Terra, de 1855. Muitos outros em igual condição de riqueza também não figuram nesse registro. Talvez por uma ação proposital de ausência.

Os Registros Paroquiais de Terra determinavam, em tese, os possuidores de terras a declararem seus domínios junto aos vigários de cada freguesia. Era preciso indicar o nome do possuidor, a extensão, os confrontantes da propriedade e o nome do particular das situações, se houvesse. Conforme observa Marcia Maria Menendes Motta, os vigários eram obrigados a aceitar as declarações da maneira que fossem prestadas, mesmo que faltassem informações.⁶⁶ O registro não estabelecia nenhuma penalidade para aqueles que não o realizassem, muito menos concedia título de propriedade.⁶⁷ Logo, muitos proprietários que eventualmente são citados nos registros de batismo ou em outras fontes paroquiais não são visíveis nos registros de terra. É provável que muitos deles não o fizessem de forma deliberada. O não registro abria a possibilidade de estender suas áreas, principalmente numa região de fronteira aberta.

Entre 1855 e 1856 foram registradas 371 propriedades. Todas traziam as delimitações. É possível notar que as maiores porções de terras estavam concentradas as

⁶⁵ SOUSA, Jorge Prata de. *A rede social do tráfico ilícito*. p.10

⁶⁶ MOTTA, Marcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998. p.161

⁶⁷ SILVA, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP. 1996. p.174

margens do Rio Macaé, que cortava a freguesia em direção a região serrana. Numa freguesia afastada da sede, o transporte da produção agrícola pelo rio até o porto de Macaé seria uma estratégia barata, segura e rápida, que beneficiaria basicamente os fazendeiros mais robustos economicamente que se estabeleceram no leito. A maior aquisição de terras se deu nesse sentido. As posses foram aumentando de tamanho junto nas margens. Foram 151 registros informando sobre compra e 11 de herança.

Dois vigários revezaram na produção desses registros, que não exibiam quase nenhuma informação adicional sobre as terras, como o que era cultivado, escravarias ou mesmo qual tipo de atividade era prioritária no local. Apenas 78 registros informavam que haviam nas posses casas e plantações. Em 43 ocasiões foi mencionado o cultivo de café, sendo este o único gênero descrito em todos registros. A média de tamanho de cada propriedade era de 500 braças de entrada por 1000 de fundos, (2.420m²), “pouco mais, pouco menos”. Mas havia exceções. Manuel Gomes Braga possuía duas situações na freguesia. Conforme declarou no registro, a primeira media 3.000 braças de entrada e 1.000 de fundos. Já o segundo era menor, com 200 braças. Manuel também é citado nos registros de batismo como sendo senhor de 65 escravos batizados entre 1818 a 1844.

O cultivo do café foi citado no registro, o que reforça a presença desse gênero na região sendo amplamente explorado. Esta observação já havia sido feita por diversos viajantes estrangeiro que passaram pela região na primeira metade do século XIX. Auguste Saint-Hilaire relatou, durante sua passagem pela costa norte fluminense, que os colonos que viviam nos arredores de Macaé embrenhavam nas matas virgens em busca de madeira para transformá-las em tábuas e, assim enviá-las ao Rio de Janeiro ou mesmo para abastecer o mercado interno. Porém, segundo o viajante, este não era a única atividade lucrativa desses colonos. *Vários colonos renunciaram então a seus engenhos e dedicam-se à cultura do cafeeiro, que dá menos trabalho que as da cana não exigindo tantas benfeitorias nem tantos escravos e que produz muito bem nas vertentes vizinhas de Macaé.*⁶⁸

As observações de Saint-Hilaire apontam para o início da expansão do café no município de Macaé e arredores, já em fins da década de 1820. A cultura do café, ao fim do século XIX e início do seguinte atingiria uma proporção ainda maior, superando a produção de açúcar.⁶⁹

⁶⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Belo Horizonte; Itatiaia, 1974. p. 184.

⁶⁹ FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé*. p.27

1.4 Freguesia com vida curta

O processo de desmembramento da freguesia de Nossa Senhora das Neves dos Sertão do Rio Macaé iniciou a partir de 1855, com a criação da freguesia de Nossa Senhora de Conceição de Macabu. A atividade predominante na região era a exploração da madeira de lei. Em 1872, Neves sofre mais um desmembramento, cedendo seu território para a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arraial dos Frades.⁷⁰

A prosperidade da freguesia não durou muito tempo. Há poucos vestígios, atualmente, que remonte o *status* da região, das enormes fazendas ou das igrejas citadas nos registros coloniais. Segundo Faria, a população foi reduzindo ao longo do tempo. Em 1799, havia 5.331 habitantes (68% escrava). Já em 1840, caiu para 3.818 (66% escrava). Provavelmente a extração de madeira, uma das principais atividades da região, deixou de ser vantajosa. As reservas de florestas devem ter diminuído. Além disso, outras áreas próximas, inclusive com melhores acessos, podem ter crescido e expandido atividades agropecuárias.⁷¹

Apesar do ritmo de queda populacional até 1840, na última década da primeira metade do século XIX, houve um aumento demográfico na freguesia, chegando a 5.609 habitantes (61,30% escravo), conforme é possível observar na tabela a seguir:

⁷⁰ FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé*. p.30

⁷¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.327

Tabela 2
População: Escravo e livre
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1799-1872)

Ano	Estado Jurídico	Qnt	%	Total
1799⁷²	Escravo	3.640	68,28	5.331
	Livre	1.691	31,72	
1840⁷³	Escravo	2.596	67,99	3.818
	Livre	1.222	32,01	
1850⁷⁴	Escravo	3.439	61,30	5.609
	Livre	2.170	38,69	
1872⁷⁵	Escravo	3.217	38,54	8.348
	Livre	5.132	61,48	

O aumento populacional neste último período pode ser justificado pela entrada expressiva de escravos africanos, momentos antes da Lei Euzébio de Queiroz, que decretava o fim do tráfico atlântico de cativos, em 1850. Este foi o período de maior fluxo de navios carregados negros para serem escravizados do Brasil. É possível perceber também neste período que reduz a diferença no número entre escravos e livres, se comparado aos outros registros populacionais dessa primeira metade do século. Isso sugere que a população livre vai ganhando espaço e as atividades econômicas que utilizavam exclusiva mão de obra escrava foram enfraquecendo. Outras áreas próximas podem ter reunido melhores condições de extração de madeira ou mesmo plantações diversas, conforme já observou Faria. O fato é que no recenseamento geral do Império de 1872, a população livre supera com vantagem a população escrava, demonstrando que esta curva de crescimento começou no final da primeira metade do século. É neste momento também que a freguesia tem o maior aumento populacional.

Mesmo oscilando no número demográfico ao longo do século XIX, é importante observar que a freguesia das Nossa Senhora das Neves teve como atividade principal a agroindústria açucareira, cafeeira e a extração da madeira, pelo menos a partir do último

⁷² Mapa Populacional (1799) Arquivo Público de Campos (APC) - Coleção Alberto Lamego - 19-69 – rolo 3. Mapas relativos às vilas da Capitania da Paraíba do Sul.

⁷³ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.327

⁷⁴ Recenseamento da população da província do Rio de Janeiro (1850)

⁷⁵ Recenseamento Geral do Império (1872)

quartel do século XVIII, sempre utilizando mão de obra escrava. Faria, ao estudar a região e analisando as relações familiares da população cativa nesse período, traçou alguns perfis típicos da região:

Creio ter sido justamente a extração da madeira a responsável pelo grande número de casais escravos legalmente constituídos, com 86,8% dos cativos batizados, filhos de pais casados. Sendo uma atividade móvel, ou seja, que dependia de trabalho itinerante, seria muito difícil controlar e alimentar escravos longe das sedes. Permitindo-se-lhes estabelecer famílias, senhores buscavam impedir fugas e minimizar o trabalho com alimentação e tratamento de enfermos. Pessoas com laços familiares são mais estáveis e menos propensas a mudanças. Homens sozinhos migravam mais do que acompanhados de família.⁷⁶

A autora aponta que a freguesia de Neves ostentava a impressionante taxa de 86,8% de legitimidade entre escravos, e as grandes unidades imperavam. 40 senhores foram proprietários de 394 crianças batizadas, entre os anos de 1798 e 1808. Destes, 9 eram donos de 286 crianças, ou seja, 75% do total de escravos batizados, quase todos filhos legítimos. Segundo ela, a exceção foi o plantel de Manoel José da Costa Martingil que batizou somente 50% de filhos legítimos. Conforme é possível ver na tabela 3, todos os outros senhores batizaram mais de 90%.⁷⁷

Tabela 3
Batizados de escravos e legitimidade em grandes unidades produtivas Freguesia de Nossa Senhora Das Neves (1798-1809)

Nome do Proprietário	Escravos batizados	Legítimos	Legitimidade
Alvaro Pinto Cunha	13	12	92%
Amaro Velho da Silva	26	24	92%
Antônio José Lopes	30	30	100%
Custódio Gomes Braga	55*	53	96%
Custódio José T. Pinto	34	32	94%
Josefa de Figueiredo	21	19	90%
Manoel Ferreira Maia	97	93	96%
Manoel José C. Martingil	20	10	50%
TOTAL:	296	273	92%

* Um batizado foi de escravo adulto, africano.
Fonte: Registro de Batizados. FARIA (1998).

⁷⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.327

⁷⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.327

Faria sugere ainda, tendo como base os registros de batismo e análise da tabela 3, que estes grandes proprietários não só permitiam como incentivavam o casamento legal de seus escravos, por necessidade ou não. Tinham nesta relação um dos pilares da organização do trabalho.⁷⁸

Manolo Florentino e José Roberto Góes consideram que esta prática era conveniente aos senhores, pois contribuía para o controle do escravo.⁷⁹ Pontuam ainda que escravos casados tinham menos motivos para queixas, afirmação que condiz com o fato de considerarem a família como um fator que contribuiria para a paz nas senzalas.

Se foi uma prática coordenada que visava estabilidade nos matrimônios, aliado a uma reprodução expressiva, o resultado foi positivo, segundo os estudos da autora.

Muitos casais tiveram, nos 11 anos analisados, quatro filhos, sendo que alguns foram pais até de cinco. Os responsáveis pela ilegitimidade, em Neves, foram as pequenas unidades, assim como nas outras freguesias. Novamente se comprova que o casamento de donos diferentes era impedido, independente da região, dificultando a formação de famílias estáveis entre cativos.⁸⁰

Os dados observados por Faria na última metade do século XVIII mantem a mesma dinâmica ao longo do século XIX na freguesia, conforme será melhor detalhado no próximo capítulo. A taxa de legitimidade apresenta redução em comparação aos números de filhos naturais, porém ainda a frente. Vários fatores contribuíram para modificar este cenário apresentado por Faria, que vão desde ao aumento populacional da freguesia, surgimento de novas propriedades de menor porte ou mesmo a entrada expressiva de africanos

No próximo capítulo serão analisados, com mais detalhes, os registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, entre aos anos 1809 a 1850. Através da análise quantitativa dos dados apurados, será possível traçar o perfil demográfico da região, observando essencialmente as relações sociais entre a população escrava. O olhar será direcionado para a rede de ligações sociais, que se inicia no batismo e se estende para o conceito de compadrio, formando, portanto, a ideia de família extensa. O entorno dessas análises será contextualizado pelo perfil de legitimidade dos filhos dos cativos e o papel de cada ator nesse cenário familiar.

⁷⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.327

⁷⁹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁸⁰ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.333

Segundo Capítulo

Batismo e família

2.1 – Batismo: O primeiro registro oficial e familiar

Desde o início do século XVIII, Macaé já apresentava elevada presença de escravos, em número superior a livres ou forros. Este fenômeno é justificado pela importância que a região alcançou neste período, através das fazendas de plantações agrícolas que abasteciam as demandas do mercado interno e a corte. Nesse particular, o cultivo do café, bem como a extração de madeira movimentou a economia local, o que elevou o nível de enriquecimento de muitos senhores da região. Com a necessidade cada vez maior de mão de obra cativa nas fazendas, elevou o número de escravizados na região, sobretudo na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, que reunia condições mais favoráveis a produção de gêneros agrícolas ou mesmo extração de madeira de lei. O fluxo de escravizados foi constante e a integração desses personagens na região produziu fenômenos distintos e suas relações familiares foram além do parentesco sanguíneo.

Neste capítulo serão observados justamente estas relações pessoais inseridas no contexto escravista da época e as suas particularidades quanto a forma que essas afinidades ocorreram.

A análise minuciosa de diversas fontes da época, em destaque, os registros de batismo, revelou uma sociedade dividida em direitos. Através desses documentos foi possível identificar, entre outras muitas informações, a superioridade numérica de escravos na freguesia analisada, os tipos de relações pessoais e de matrimônio, a escolha estratégica dos padrinhos e a miscigenação étnica. Este tubo de ensaio contendo diversos elementos sociais, que hora rivalizavam, hora se misturavam, produziu um extrato do que representou simbolicamente a escravidão no Brasil.

O exame crítico desses registros, que norteou boa parte da pesquisa e auxiliou na formatação do contexto social e econômico do período estudado, deve ser observado através de vários ângulos. Talvez o mais relevante seja a importância dele em todo o período de dominação portuguesa, até a instalação da república, em 1889.

O batismo não era apenas uma forma de controle burocrático da Igreja Católica. Segundo a sua doutrina, é a porta de entrada do batizando no mundo cristão. Este primeiro sacramento oferece a oportunidade de purificar o indivíduo do pecado original e abre as portas da Igreja para outros possíveis sacramentos, como o casamento, por exemplo.⁸¹ Segundo Miriam Moura Lott, o batismo era tão importante que “na falta do pároco, ou em casos extremos, qualquer pessoa, ainda que seja mulher ou infiel, poderia validamente administrá-lo”.⁸² A recomendação da Igreja sempre foi a de realizá-lo tão logo a criança chegasse ao mundo.

Batizar era uma formalidade obrigatória também para o escravo crioulo, nascido no Brasil, ou mesmo aos trazidos do continente africano. Estes últimos, possivelmente, poderiam ter sido batizados duas vezes, devido à incerteza de muitos senhores se o rito teria ocorrido no porto de origem.⁸³

Roberto Guedes Ferreira observa que até o início do século XVIII, a produção dos registros não seguia uma norma estipulada pela Igreja.⁸⁴ Sheila de Castro Faria acrescenta que até este momento, os padres locais possuíam autonomia sobre a forma de redigir e registrar as cerimônias religiosas.⁸⁵

Apesar disso, a forma como os registros eram produzidos sugere uma diferenciação objetiva, nem sempre configurando discriminação, mas sim por falta de elementos para construção desses assentos, conforme observa Iraci Del Nero da Costa. Para o autor, o fator a determinar a concisão ou prolixidade dos vários registradores também se refere ao posicionamento social e/ou faixa etária das pessoas envolvidas no sucesso assinalado.

Escravos, forros e inocentes, via de regra, receberam tratamento sucinto. Por outro lado, os dignitários da Igreja ou da vida administrativa colonial, bem como as pessoas de posses tiveram seus privilégios consubstanciados em assentos minuciosos, evidentemente, não se trata aqui de discriminação - a própria condição de escravo, forro e/ou inocente tinha como corolário uma

⁸¹ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé (1852-1888)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Severino Sombra, 2006. p.123.

⁸² Lott, Miriam Moura. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. FAFICH/UFMG. Texto apresentado no VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, realizado na Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: MG 2005. Disponível em: http://www.geocities.ws/adarantes/artigos_miriam_lott/CONSTITUI_ES_PRIMEIRAS_DO_ARCEBISPADO_DA_BAHIA.doc. Acesso: 28 de agosto de 2018.

⁸³ CARDOSO, Vinícius Maia. *Fazenda da Colégio: Família, fortuna e escravismo no Vale do Macacu – séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012. p.205.

⁸⁴ GUEDES, Roberto. *Notas sobre fontes paroquiais de batismo*. In: Caderno de Estudos e Pesquisas. Ano VIII. Nº19 (janeiro/abril 2004). São Gonçalo, Rio de Janeiro: UNIVERSO, 2004, p.98.

⁸⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.307.

existência sem acontecimentos marcantes os quais, em última instância, davam embasamento aos assentos pormenorizados.⁸⁶

Ainda segundo o autor, ao que tudo indica, os batismos não eram, necessariamente, registrados imediatamente antes ou depois de ministrado o sacramento. “Talvez os padres anotassem os dados em um papel qualquer para depois efetuarem os lançamentos definitivos”.⁸⁷

Os padres precisavam obter informações de alguém. Na maioria das vezes não há como ter certeza, mas, de um ou outro modo, os registros demonstram percepções de agentes sociais e as informações revelam lugares sociais que as pessoas ocupavam. Para além da concepção dos párocos e do discurso da Igreja, os registros de batismo eram uma maneira de identificar as pessoas ali mencionadas, são registros de (e sobre os) atores sociais de então. Em suma, são documentos sociais.⁸⁸

A padronização dos registros de batismo e demais documentos paroquiais só foi possível após a criação da primeira legislação eclesiástica do Brasil colonial, que aplicou à América portuguesa as determinações do Concílio de Trento.⁸⁹ As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia foram promulgadas em assembleia eclesiástica pelo Arcebispo da Bahia, dom Sebastião Monteiro da Vide, para ajustar o corpo de leis canônicas, fortalecer a instituição eclesiástica e uniformizar as práticas sacramentais no Brasil. Compostas de cinco livros, onde o primeiro é inteiramente dedicado aos sacramentos. Foram publicadas em carta pastoral de 21 de julho de 1707 e impressas em Lisboa, no ano de 1719. Esse sínodo reafirmava os princípios dogmáticos do catolicismo que combatia a acelerada expansão da Reforma Protestante que vinha ocorrendo na Europa no século XVI.⁹⁰

Faria volta a observar que durante o século XIX, de fato, houve uniformização nas informações contidas nos registros, mas a padronização ainda era um desafio. Os párocos ainda gozavam de autonomia. “O localismo deixava ainda muitas marcas. Se esta situação

⁸⁶ COSTA, Iraci del Nero da. *Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismos, casamento e óbito*. Lph - Revista de História, Mariana, 1990. n. 1, p. 48.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 47.

⁸⁸ GUEDES, Roberto. *Notas sobre fontes paroquiais de batismo*. In: Caderno de Estudos e Pesquisas. Ano VIII. Nº19 (janeiro/abril 2004). São Gonçalo, Rio de Janeiro: UNIVERSO, 2004, p.207.

⁸⁹ SEBASTIÃO Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado de Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. p.125.

⁹⁰ NEVES, Guilherme Pereira das. *Constituições Sinodais*. in: VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 145.

pecou pela ausência de uniformidade, por outro lado mostrou muito dos costumes cotidianos”.⁹¹

As Constituições não determinavam a confecção de livros exclusivos para livres e para escravos. A partir de 1871, foi obrigatória a separação de livros para livres e para escravos, muito embora algumas paróquias, inclusive as de Macaé, não o fizessem.⁹²

As informações nos registros de batismo poderiam variar dependendo do estado jurídico do batizando, mas normalmente não fugiam de um perfil. O pároco registrava a idade e a filiação, inclusive se era filho natural ou legítimo. Já aos pais e padrinhos, constava a condição legal (escravo, forro/liberto), o local de residência, o estado civil, a origem e, às vezes, a cor/etnia. Se não havia indicação de serem escravos ou libertos, considera-se que se tratava de livres. Em via de regra, a margem esquerda dos livros, junto aos assentos, servia como campo adicional de informação. Geralmente os padres anotavam se o batizando era escravo, branco, índio ou pardo. Por vezes, se o registro se tratava de um inocente forro ou até eventuais correções de nomes dos padrinhos.

Os padres eram cautelosos em alguns determinados registros. Havia uma certa preocupação em traçar a árvore genealógica do batizando. Os nomes de seus avós paternos e maternos também poderiam constar nos tais documentos. Os assentos abaixo são da freguesia objeto dessa pesquisa e reproduzem como os vigários redigiam os registros, com mais ou menos informações.

⁹¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.308.

⁹² Os registros de Macaé, porém, demonstram que nem todos os livros eram separados por grupo social, mas confirmam a diferenciação social de uma sociedade escravista.

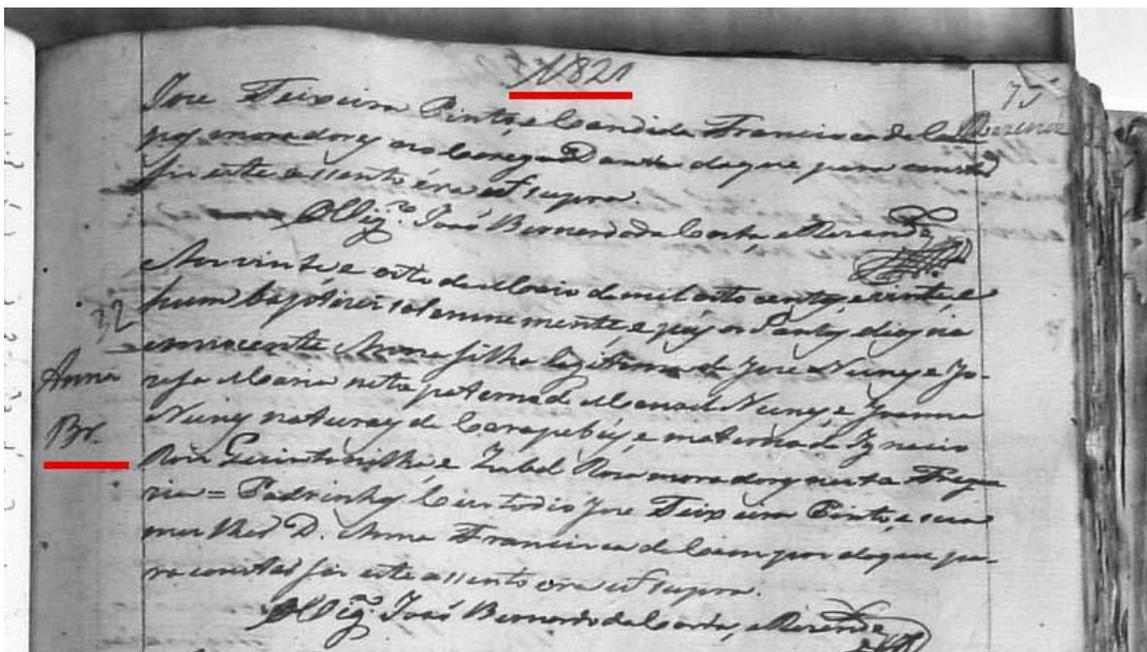


Figura 6: Registro e batismo de Anna (fragmento)

Fonte: Arquivo da Igreja de Nossa Senhora das Neves. Livro 1 de Batismos (1808-1841), folha 79

Aos vinte e oito de maio de mil oito centos e vinte hum, nesta Igreja Parochial de Nossa Senhora das Neves do Sertão Rio Macaé, baptizei solenemente e pus os santos olios na innocente Anna, filha legítima de José Nunes e Josefa Maria, neta paterna de Manuel Nunes e Joana Nunes, natural de Carapebus e materna de Ignácio Quintanilha e Izabel Rosa, moradores nesta freguesia = Padrinho Custódio José Teixeira Pinto e sua mulher D. Anna Francisca de Campos, do que para constar, fiz este assento.

Vigário João Bernardo da Costa Rezende.⁹³

Mas nem todos os batizando eram agraciados com tantas informações nos seus assentos. Escravos e libertos, normalmente, não possuíam histórico familiar que possibilitasse detalhes mais aprofundados nos registros.

A frequência de determinada informação presente no documento variou consideravelmente. Alguns padres registram datas de nascimento dos inocentes. Outros não o faziam com a mesma assiduidade. Isto significa que a feitura dos assentos passava pelo poder de escrita dos padres, que eram filtros de informações. O assento a seguir é de um escravo, que foi batizado em 1809.

⁹³ Arquivo da Igreja de Nossa Senhora das Neves. Livro 1 de Batismos (1808-1841), folha 79.

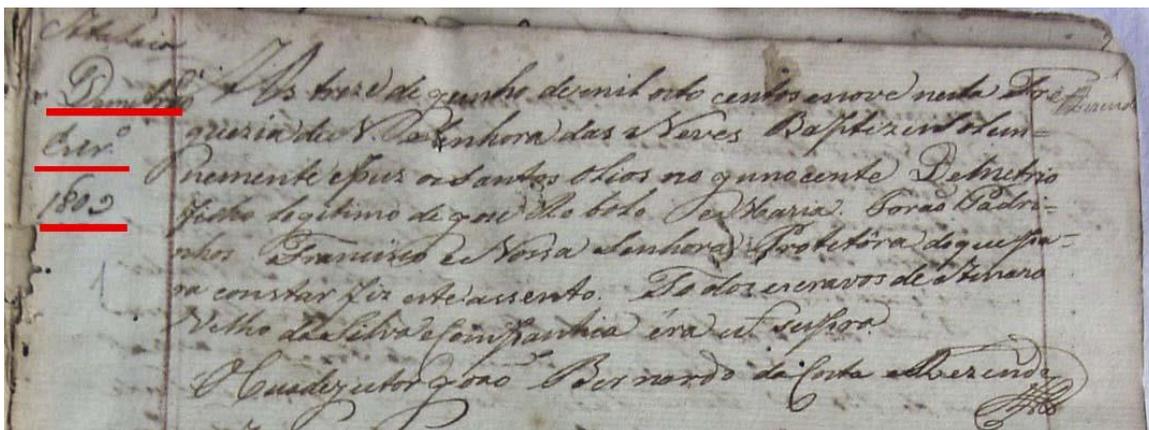


Figura 7: Registro e batismo do escravo Demétrio (fragmento)

Fonte: Arquivo da Igreja de Nossa Senhora das Neves. Livro 1 de Batismos (1808-1841), folha 2

Aos treze de junho de mil oito centos e nove nesta freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão Rio Macaé Baptizei solenemente pus os Santos Óleos a Demétrio, innocente filho legítimo de Joze e Maria, escravos do Tenente Amaro Velho da Silva da fazenda Atalaia. Forão Padrinhos Francisco e Nossa Senhora, e para constar fiz este assento. De dos escravos de Atalaia Velho da Silva e família era de seu supora.

Vigário João Bernardo da Costa Rezende.⁹⁴

Na freguesia de Nossa Senhoras das Neves do Sertão do Rio Macaé, três livros compreenderam o período relacionado de 1809 a 1850, num total de 688 páginas. Apesar do bom estado geral de conservação dos documentos, muitas páginas apresentavam desgastes do tempo, perda da tinta e borrões provocados pela umidade. Pelo menos, 123 páginas (18%) ficaram ilegíveis, o que impossibilitou a transcrição e o seu devido cadastro na planilha de registro, que foi utilizada para mensurar os dados quantitativos desta pesquisa. Três vigários se alternaram na produção desses assentos. Todos seguiram um padrão de redação, mas cada um manteve o seu estilo de escrita, oferecendo mais ou menos detalhes do batismo. A exceção sempre recaía aos batizando filhos de livres mais afortunados.⁹⁵ Estes apresentavam registros completos, com o máximo de informação.

Muitas informações foram ocultadas pelos vigários. Em determinados registros de escravos, por exemplo, não haviam a informação se o batizando era filho legítimo ou natural, se eram africanos ou crioulos, a condição jurídica dos padrinhos, ou até mesmo possíveis dados sobre as fazendas de seus proprietários. A falta desses dados comprometeu a análise mais precisa dos eventos históricos da região, mas não excluiu a

⁹⁴ Arquivo da Igreja de Nossa Senhora das Neves. Livro 1 de Batismos (1808-1841), folha 2.

⁹⁵ A classificação de afortunado, neste caso, se baseia na quantidade de escravos que a família introduziu no batismo. Pela lógica de posse, um senhor com muitos escravos, em via de regra, gozava de relativo recurso financeiro. Obviamente que registros de filhos de famílias menos afortunadas também constavam de informações adicionais, mas nem sempre era uma regra, ou mesmo com riqueza de detalhes.

oportunidade de extrair o máximo de conteúdo, afim de chegar a um contexto mais aproximado do período relacionado.

A tabela 4 exhibe e quantificação do que foi extraído dos registros de batismo da freguesia de Neves. A relação está dividida por população, conforme foram descritos exatamente nos documentos.

Tabela 4
Número de registros divididos por população (1809-1850)
Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé

Estado Jurídico	Quantidade	%
Escravo	2.799	78,58
Branco/Livre	436	12,24
Forro	265	7,43
Índio	62	1,73
Total	3.562	100

*Fonte: Registros Paroquias de Batismos
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).*

Os números apontam para a superioridade numérica de escravos batizados na freguesia, superando em larga vantagem em relação a livres. Entre os 3.562 registros analisados, 2.799 foram de cativos (78,58%). Já a população livre representou 12,24% ou 436 batismos no período relacionado da pesquisa. O registro também informa batismo de forros. Estes foram 265 anotações (7,43%). A presença indígena foi em menor número, com 62 registros (1,73%).

A tabela 5 contempla os dados da tabela anterior, dividindo os valores absolutos ao longo das décadas. Através dessa observação foi possível perceber a dinâmica de crescimento populacional da freguesia. Entre 1809 a 1840 há um aumento do número de escravos, principalmente na década de 30. A partir de 1840 até 1850 há uma redução de batismos de escravizados. É o período que antecede a promulgação da lei de Eusébio de

Queiroz, que proibia o tráfico atlântico de escravos. Macaé foi rota e entreposto conhecidos para traficantes de cativos. As pressões inglesas cada vez maiores no sentido de acabar com o comércio internacional de escravos talvez tenha prejudicado o fluxo crescente de africanos que chegavam a região, levando a uma queda dessa população na última década da primeira metade do século XIX.

Já a população branca/livre apresentou crescimento sem interrupções até 1850. Esse dado mostra que a freguesia foi recebendo também moradores de outras áreas e expandindo o potencial agrícola da região. Se havia número crescente de escravos, provavelmente o número de senhores também se elevaria. Havendo núcleo populacional, haveria conseqüentemente demanda por serviços e demais atividades nem sempre ligadas ao setor agrícola.

O número de forros também cresceu ao longo das décadas. Na década de 1830 a proporção foi bem elevada, muito superior aos apresentados em outros anos. Esse período foi o auge da chegada de africanos a região, uma presença escrava elevada na freguesia. Entre 1821 a 1830 foram contabilizados 45 assentos de forros (16,98%). Já na década seguinte este número pulou para 103 (38,87%). A população indígena apresentou crescimento nos batismos, mas sempre em números modestos. Próximo a 1850 foi visível a queda. Talvez pela ausência numérica na região.

Tabela 5
Número de registros divididos por população em décadas (1809-1850)
Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé

Período	Estado Jurídico							
	Escravo	%	Branco/Livre	%	Forro	%	Índio	%
1809-1810	31	1,10	9	2,06	1	0,37	-	-
1811-1820	441	15,75	73	16,74	34	12,83	2	3,23
1821-1830	733	26,18	67	15,36	45	16,98	23	37,10
1831-1840	853	30,49	113	25,93	103	38,87	25	40,32
1841-1850	741	26,48	174	39,91	82	30,95	12	19,35
Total	2.799	100	436	100	265	100	62	100

*Fonte: Registros Paroquias de Batismos
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).*

Os dados comprovam a presença elevada de escravos na freguesia, justificado pela demanda nas fazendas da região. O baixo número de forros sugere que Neves possuía perfil agrícola, com grandes plantações ou extração em larga escala. Os casos de alforrias são mais reduzidos em comparação a freguesias mais urbanas, conforme será melhor analisado no próximo tópico.

Os poucos registros de índios não refletiam a realidade da época. É possível haver muitos mais na região, porém ainda preservados na sua cultura, onde o batismo cristão não seria uma prática comum. A extração de madeira da mata foi uma atividade econômica largamente explorada por fazendeiros. Antes deles, já era uma prática conhecida por contrabandistas e piratas muito antes da chegada dos primeiros colonizadores a região. Em todos estes casos houve o auxílio de índios para essa investida. Afinal, eles possuíam melhor domínio sobre a mata e poderiam identificar facilmente as árvores próprias para o corte. Logo, possível supor que estes indivíduos poderiam ainda exercer essa atividade, mantendo a cumplicidade no trabalho, mas sem abandonar seus laços culturais.

Os registros trouxeram mais do que uma amostra de números populacionais. Um dos elementos fundamentais presentes nesses documentos é a referência da legitimidade do batizando. Este apontamento está presente em muitas anotações analisadas da freguesia de Nossas Senhora das Neves do Sertão dos Rio Macaé no período relacionado. Essa informação é fundamental para compreender as relações afetivas entre os pais, padrinhos, senhores e a comunidade.

No próximo tópico, serão analisadas essas relações com mais detalhes. Por hora, é importante perceber que os filhos descritos pelo pároco como naturais, ou “filhos das ervas”⁹⁶, eram aqueles cuja concepção e nascimento ocorreram fora do seio legítimo, ou seja, não sacramentadas pelas bênçãos do matrimônio. No entanto, cabe ressaltar a diferença existente entre filho ilegítimo e filho “natural”. Essa questão está diretamente ligada a viabilidade matrimonial dos pais, isto é, quando a denominação de ilegítimo aparece quer significar que um ou ambos os pais já são casados, por sua vez, a denominação “filho natural” indica que os pais são solteiros, isto é, ainda podem vir a se casar sejam entre si, ou com outras pessoas. Em outras palavras:

Os filhos ilegítimos constituíram uma faceta comum da vida familiar ao longo de todo o período colonial. A ilegitimidade aparecia em todos os grupos sociais, mas era mais frequente nas camadas populares (...). A lei portuguesa fazia uma distinção entre os filhos legítimos, aqueles nascidos dentro do casamento, e os ilegítimos aqueles nascidos fora do casamento. Conforme a

⁹⁶ Em Portugal empregam-se diversos termos para identificar aqueles que nascem fora de um casamento. A maior parte das designações conhecidas têm conotações pejorativas: adulterino, bastardo, bastardinho, espúrio, fornezinho (porque gerado de fornício ou torpe ajuntamento), filho de gança (aquela que só com o fim de ganância, e por dinheiro, ou coisa equivalente, se prostituía a quantos a procuravam), filho das ervas (aquele cujo Pai se ignora por sua Mãe tratar desonestamente com muitos), ganhadiço, apanhadiço, ilegítimo, natural. NEVES, António Amaro. *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães. (Século XVI-XVIII)*. Guimarães: Universidade do Minho/NEPS, 2001. p.122.

legislação portuguesa postulava, entre os filhos ilegítimos os filhos naturais detinham um estatuto superior ao dos filhos espúrios. Os primeiros tinham nascidos de um casal não ligado pelo matrimônio, mas em relação ao qual não havia obstáculo que impedisse o casamento futuro. Em geral eram filhos de homens e mulheres solteiros ou viúvos. Os filhos espúrios por outro tinham sido concebidos no pecado. Seriam os filhos de casais que jamais poderiam se casar. Eram fruto de relações adúlteras, incestuosas ou sacrílegas.⁹⁷

Os registros de batismo não contêm apenas informações de teor religioso. Eles confidenciam também a vida social das pessoas envolvidas. São essas informações que oferecem subsídios para analisar as relações estabelecidas entre, pelo menos, cinco atores sociais: o batizando, o pai, a mãe, o padrinho e a madrinha. Os laços, criados dentro da Igreja, conseguem transpor seus muros e estendem-se pela vida secular.⁹⁸

2.2 – A Família escrava

Compreender o funcionamento da estrutura familiar e as suas ramificações são importantes para perceber, ainda que parcialmente, o íntimo do escravo e as suas aspirações como agente numa sociedade piramidal com lenta movimentação vertical.

A família, nesse caso, seria a ferramenta mais adequada para estreitar laços, mesmo que estas relações não originassem de casamentos. O conceito de família no século XIX sobrepunha a ideia moderna, conforme descrito no dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, onde classifica a palavra como sendo pai, mãe e filhos vivendo sob o mesmo teto.⁹⁹ O termo era mais complexo e abrangia “as pessoas que se compõem a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família”.¹⁰⁰

Com relação a classificação de parentes e aliados, o dicionário de Antônio de Moraes Silva enfatiza que essas relações não precisavam necessariamente estarem amparadas pela consanguinidade. Podem se estender até fora da moradia.¹⁰¹

⁹⁷ CAVAZZANI, A. L. M; MORAES, J. M. In *extremis causa: exposição e mortalidade numa pequena vila da América portuguesa no século XVIII*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14., 2004, Caxambu. Anais eletrônicos... Campinas: ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp>. Acesso: 28 de agosto de 2018.

⁹⁸ GUDEMAN, Stephen e SCHWARTZ, Stuart. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*. In. REIS, João José. (org) *Escravidão e invenção da liberdade: estudo sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988. p.331.

⁹⁹ HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo dicionário básico da língua portuguesa: Folha de São Paulo, 2008.

¹⁰⁰ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.41.

¹⁰¹ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé (1852-1888)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Severino Sombra, 2006. p.75

Sheila de Castro Faria também identificou a família como o ponto de convergência das relações sociais e estratégias de vida. Segundo a autora, os sujeitos da colônia estavam sempre vinculados aos seus laços familiares, sejam eles consanguíneos ou ritualísticos, de modo que a família influenciava as possibilidades de mobilidade espacial e social. Isso era válido para os homens ricos e pobres livres no Brasil colonial, mas também era determinante para as aspirações dos escravos.¹⁰²

A autora é enfática ao afirmar que dificilmente se pode falar em indivíduos no período colonial brasileiro. Sobretudo, as vivências eram compartilhadas em grupo, nas tarefas de trabalho, nas irmandades, mas principalmente nas famílias. Ainda segundo ela, as famílias eram instituições fundamentais para a vivência colonial, de forma que a investigação dos laços familiares, consanguíneos e rituais é fundamental para a pesquisa histórica sobre a dinâmica de qualquer população.

É pela família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, originam-se ou convergem. É a família que confere aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social. Pouco, na Colônia, refere-se ao indivíduo enquanto pessoa isolada – sua identificação é sempre com um grupo mais amplo. O termo “família” aparece ligado a elementos que extrapolam os limites da consanguinidade – entremeia-se à parentela e à coabitação. Incluindo relações rituais.¹⁰³

A família é apresentada pela mesma autora como o centro da vivência do homem colonial, foco das preocupações e de todo o esforço empregado no dia a dia. Ao expressar que a família ultrapassa os laços de sangue para incluir os laços de parentesco atribuído, coabitação e rituais, a autora deixa claro que é preciso pensar de maneira ampla quando se fala em família no período colonial. Em particular, ao incluir os laços rituais, ela deixa evidente que as relações estabelecidas através dos sacramentos, a exemplo do compadrio, são fundamentais para se entender os significados da família no período, inclusive as relações no interior da família escrava. Há de se considerar ainda que os escravos “portavam lógicas individuais, coletivas e ativas de respostas ao cativo”, sem desconsiderar que “tal composição ia até certo limite”.¹⁰⁴

Manolo Florentino e José Roberto Góes reforçam que a família escrava era uma realidade construída a partir de necessidades da comunidade cativa. Contribuíram

¹⁰² FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.21; 33; 40-43.

¹⁰³ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.21.

¹⁰⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.292.

também para derrubar o mito de que a “promiscuidade nas senzalas”¹⁰⁵ impediu a sua existência, mostrando que não eram variáveis excludentes a socialização familiar e o tráfico.

Segundo os autores, os vínculos familiares foram importantes na vida dos escravos e que teriam um aspecto funcional dentro de uma sociedade escravista, marcada por uma grande integração ao tráfico atlântico. A família escrava seria, portanto, um meio para se estabelecer a paz entre os cativos, acobertando o estado de animosidade constante.

Nos grandes plantéis, segundo a avaliação dos autores, era comum a existência de conflito e de dissensão entre cativos. A pluralidade entre nações africanas e crioulos era uma realidade física, o que poderia levar a estados constantes de animosidade e desunião. Eles acreditam que a escravidão gerou o ambiente propício à discórdia, pois a escravaria, formada constantemente pela entrada de novos escravos, “forasteiros” e sem laços parentais, forçava a reunião de diferentes, levando ao desarraigo social, responsável por originar dificuldades de convivência.

Na documentação reunida para o presente livro, (...) foram encontrados elementos que confirmam a existência de dificuldades na convivência entre os escravos, como, por exemplo, a preferência pelas uniões matrimoniais endogâmicas por naturalidade. A seletividade na escolha dos parceiros significava uma opção preferencial por iguais, isto é, exprimia um duplo e simultâneo movimento de recusa do outro. Sob a reiteração deste arranjo matrimonial é possível perceber a produção recorrente do dessemelhante, do estrangeiro. O status comum de escravos não era suficiente para apagar as arestas entre uns e outros. Ao contrário, é provável até que o cativo muito contribuiu para exasperar as diferenças que o constituíam, em mais de um sentido. Por que não? A escravidão, afinal, não devia ser um meio muito propício ao acalento de sentimentos mais tolerantes.¹⁰⁶

Em vista da possibilidade de conflitos nas relações de ocupantes do mesmo espaço, há de se supor que a organização familiar era a saída mais funcional para constituir um pacto de paz entre os escravos.

A família escrava seria, então, um mecanismo para o estabelecimento da paz social e para o domínio político senhorial. O matrimônio consistiria numa estratégia para integrar os estrangeiros - indivíduos sem parentesco introduzidos pelo incessante tráfico.

¹⁰⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Editora Global, 2004.

¹⁰⁶ FLORENTINO, Manolo & GÔES, José Roberto. *A Paz nas Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico (Rio de Janeiro, 1790-1850)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.35.

Os matrimônios legais, bem como o batismo (apadrinhamento), constituíam meios de integração. Era uma forma de modificar hábitos e atitudes, “civilizando” e “humanizando” estes cativos.

Ainda sobre a questão de casamentos, é preciso recorrer mais uma vez a Faria. Segundo suas pesquisas no período colonial e até mesmo no adiantar do século XIX, evidencia-se a predominância do que se pode chamar de endogamia, assim como os autores mencionados anteriormente descreveram: “angola casava com angola, mina com mina, guiné com guiné e assim por diante”.¹⁰⁷

A autora acrescenta que dentro do padrão ocidental que lhes foi imposto, a legalização do matrimônio seria uma das estratégias possíveis para tentar fazer com que os senhores respeitassem seus grupos familiares. Os africanos, habitualmente, utilizavam o código social e ritual do homem branco para ter condições de estabilizar sua organização familiar.¹⁰⁸ No caso dos crioulos, segundo a mesma autora, a situação se complicava. Era mais complexa.

Poderiam ter, no casamento com outros, a mesma origem, mas ter cor diferente. A cor, no Brasil, pode ser um significado importante, já que afastava ou aproximava indivíduos da condição de cativo. Quanto mais claro, era evidente ter menos sangue escravo e vice e versa. Para criolos, portanto, encontrar parceiros dependia também da cor como variável a ser considerada.¹⁰⁹

Entre os crioulos, a tendência endogâmica nas uniões matrimoniais também prevaleceu, mesmo havendo mais casamentos mistos. Em via de regra, cabras casavam com cabras, pretos com pretos, mulatos com mulatos, pardos com pardos etc. Indiscutivelmente, a expectativa de criolos/pardos não africanos era buscar parceiros com uma situação ainda mais distante da condição de cativo. Neste caso, a preferência era óbvia por libertos e livres.

A aculturação imposta aos escravos, bem como o próprio sentido da escravidão, provavelmente, obrigou esses sujeitos a incorporarem as práticas e ritualísticas europeias de casamento, não levando mais em conta suas celebrações ancestrais africanas. Talvez ainda resguardassem esse desejo, mas a situação de cativo, imposta unilateralmente, não deixava muitas opções. Portanto, ao casar, o escravo, e mesmo seus descendentes, tinham

¹⁰⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.335.

¹⁰⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.336

¹⁰⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.336

em vista objetivos bem específicos, longe da sacralização do matrimônio. Buscavam um reconhecimento social.¹¹⁰

2.3 - Uma freguesia dividida entre crioulos e africanos

Se havia um padrão de endogamia nas relações entre escravos, principalmente, nas regiões que apresentavam grandes planteis, conforme afirmam Sheila de Castro Faria, Manolo Florentino e José Roberto Góes, a freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé poderia abrigar o clima propício para estas observações. Além de haver fazendas com número expressivo de escravos, o perfil regional era totalmente agrário. Outro fator importante para justificar esta premissa está no fato de que houve presença significativa de africanos, desde a segunda metade do século XVIII. Porém, a partir da primeira metade do século XIX, a chegada desses indivíduos se tornou mais incisiva e constante, principalmente nos anos próximos ao fim do tráfico legal de africanos, superando, em alguns momentos, a quantidade populacional de escravos nascidos no Brasil.

Apesar do elevando número de africanos incorporados a população escrava da freguesia, os registros de batismo da região, durante toda a primeira metade do século XIX mostram que a quantidade de cativos nascidos no Brasil ainda era superior. Na tabela 6 é possível perceber esta estreita diferença. Entre os 2.799 registros de escravos, 1.411 (50,42%) foram de inocentes e 1.388 (49,58%) atribuídos a adultos.

Tabela 6
Registro de batismo de escravos – Adultos e Inocentes.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

	Sexo	Quantidade	%	Total	%
Adulto	Masculino	845	60,88	1.388	49,58
	Feminino	543	39,13		
Inocente	Masculino	671	47,55	1.411	50,42
	Feminino	740	52,44		
TOTAL		2.799		2.799	100

*Fonte: Registros Paroquias de Batismos
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).*

¹¹⁰ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.338

É importante observar a predominância de homens adultos em relação as mulheres. Eles contemplam 60,88% dos registros de batismo da freguesia, contra 39,13% de indivíduos do sexo feminino. Mas esta não era uma exclusividade de regiões com perfil agrário e com grandes plantéis, onde havia exigência de trabalho com maior intensidade física. Durante os três séculos de tráfico atlântico de escravos, o Brasil recebeu em seus portos aproximadamente 5,1 milhões de africanos, de quase 5,9 milhões que embarcaram na África com este destino.¹¹¹ Pelos menos, 65% eram do sexo masculino.¹¹²

Segundo Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, a mulher agregava maior valor no mercado interno africano por ser “a principal força de trabalho agrícola de grande parte da África e, ao mesmo tempo, por constituir-se em veículo primordial de reprodução física dos indivíduos”.¹¹³ Logo, a oferta de homens nos mercados de cativos litorâneos era superior. Provavelmente, os senhores comprassem o que fossem ofertados, sem muitos critérios ao sexo.

Com relação aos números de inocentes, a predominância recaiu sobre as mulheres, como 52,44%. Nesse caso, não havia controle sobre a proporção de sexo, já que o registro respeitou a origem de nascimento. A tabela 7 exhibe um comparativo entre batismo de inocentes e adultos durante a primeira metade do século XIX, segundo informações dos registros da freguesia de Neves. É possível perceber através das décadas que o número de nascimento está sempre aproximado a quantidade de africanos.

¹¹¹ Dados provenientes do projeto *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, sob orientação de David Eltis. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>>. Acesso em: 27 de março de 2019.

¹¹² *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>>. Acesso em: 27 de março de 2019.

¹¹³ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. Tradução de: Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p.175-177.

Tabela 7
Comparativo de batismo de escravos distribuído por anos.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

Ano	Inocente	%	Adulto	%
1809-1820	223	15,80	237	17,08
1821-1830	397	28,14	387	27,88
1831-1840	413	29,27	359	25,86
1841-1850	378	26,79	405	29,18
Total	1.411	100	1.388	100

*Fonte: Registros Paroquias de Batismos
 Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).*

Entre 1809 a 1820 houve superioridade no número de adultos batizados, com 17,08%. O número de inocentes ficou bem próximo, com 15,80%. Este foi o período em que a freguesia de Nossa Senhora das Neves foi desmembrada do território do Campos dos Goytacazes para compor a recém-criada vila de São João de Macaé. É possível que este evento tenha atraído fazendeiros de regiões próximas, que talvez tenham preferido a aquisição de mão de obra de africanos adultos.

No período correspondente de 1821 a 1840, o percentual de inocentes superou o batismo de adultos, sempre com pequena vantagem, mostrando o equilíbrio entre as duas populações. Porém, na última década da primeira metade do XIX, os registros de batismo não deixam dúvidas quanto a entrada de africanos na freguesia, com 29,18%. Os batismos de inocentes ficaram em 26,79%.

Os registros de batismo da freguesia de Nossa Senhoras das Neves do Sertão do Rio Macaé não contemplam a origem regional (nações) dos africanos adultos, salvo em raras exceções, que não foram suficientes para contabilização e, por sua vez, retratar um possível perfil minimamente razoável das principais localidades africanas. Mesmo sem estas informações, os registros de batismo são claros quanto a presença em grande número desses indivíduos na freguesia. Muitos poderiam ser da mesma região na África, o que facilitaria a integração junto a nova cultura em terras estrangeiras. Formar relações com pares locais estaria na agenda de prioridades desses homens e mulheres. Este seria o

caminho mais funcional para garantir o senso de pertencimento, inclusão familiar ou mesmo algumas vantagens, conforme serão discutidos nos próximos tópicos.

2.4 – O ciclo da legitimidade

O objetivo desse tópico é observar as configurações e tipicidades das uniões discutidas no item anterior, os tipos de perfis mais desejados para criar laços e a legitimidade da prole. Será possível supor que o ambiente e o contexto econômico regional influenciam no comportamento dos casais escravos? O que pode ser determinante para conter conflitos de poder entre senhores e cativos?

Antes de responder estas questões, é importante destacar como os vigários interpretavam a legitimidade nos registros. Talvez por esquecimento ou falta de capricho, muitos padres não eram zelosos com os detalhes em alguns batizados, principalmente entre a população escrava. Logo, dados essenciais que ajudariam na melhor compreensão do cenário populacional da freguesia ficaram comprometidos. Informações relevantes como a origem do batizando africano ou mesmo a sua diferenciação entre os nascidos no Brasil foram, muitas vezes, suprimidas. Além disso, muitos padres não anotavam regularmente a situação matrimonial dos escravos, dificultando a contabilização precisa do número de legítimos. Algumas vezes, os vigários deixavam de anotar, num determinado batismo, mas se, eventualmente, o mesmo casal tivesse outro filho, possivelmente, o religioso poderia registrar. Então, se aquele casal tivesse três filhos enquanto legalmente casado, talvez apenas um seria anotado como legítimo.

Portanto, foi preciso analisar todos os casos em que o vigário não anotava a condição matrimonial e classificá-los devidamente, respeitando critérios como: anotação de outros filhos, similaridades entre o parceiro (a), senhores e fazendas que pertencia. Entre os 2.799 registros de escravos analisados, 152 apresentavam falta de informações quanto a legitimidade (5,43%).

Uma possível explicação para a irregularidade de informações nos registros, principalmente relacionados a legitimidade seria a proximidade que estes vigários teriam com os senhores. Além disso, a freguesia de Neves ficava afastada da sede, numa área rural e distante, bem longe do julgo criterioso da Igreja. Nesse caso, os senhores teriam maior poder influência política e financeira sobre os religiosos, que poderia fechar os olhos para certas práticas não toleradas, segundo as regras do catolicismo. Este fato poderia ser ainda mais explícito em fazendas com muitos escravos. Geralmente, o

sacramento era administrado coletivamente e nas próprias capelas das propriedades, sob o olhar do senhor.

As principais atividades da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé foram as plantações de café, a agroindústria açucareira e a extração da madeira, pelo menos a partir do último quartel do século XVIII, sempre utilizando mão de obra escrava. Ao estudar a região, analisando as relações familiares da população cativa nesse período, Sheila de Castro Faria observou alguns perfis característicos. Segundo a autora, a extração de madeira, atividade presente na freguesia pesquisada desde as primeiras ocupações, empregava número razoável de casais legalmente constituídos. A atividade exigia um trabalho itinerante, o que dificultaria o controle e a alimentação dos escravos tão longe da sede. Logo, permitindo que estes constituíssem famílias seria mais funcional, para evitar fugas e minimizar o trabalho com alimentação e cuidados de enfermos. “Pessoas com laços familiares são mais estáveis e menos propensas a mudanças. Homens sozinhos migravam mais do que acompanhados de família”.¹¹⁴

Faria sugere ainda que grandes proprietários não só permitiam como incentivavam o casamento legal de seus escravos, por necessidade ou não. Tinham nesta relação um dos pilares da organização do trabalho.¹¹⁵

Manolo Florentino e José Roberto Góes consideram que esta prática era conveniente aos senhores, pois contribuía para o controle do escravo.¹¹⁶ Pontuam ainda que escravos casados tinham menos motivos para queixas, afirmação que condiz com o fato de considerarem a família como um fator que contribuiria para a paz nas senzalas, assim como também concorda Robert Slenes.¹¹⁷ Se foi uma prática coordenada que visava estabilidade nos matrimônios, aliado a uma reprodução expressiva, o resultado foi positivo, segundo os estudos destes pesquisadores.

É importante destacar que essas relações decorrentes do casamento não eram as únicas formas de constituição familiar dos escravos. O “conformismo” poderia ser estimulado mesmo nas relações não oficializadas, pois casais que estavam juntos há anos

¹¹⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.327.

¹¹⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.333.

¹¹⁶ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A Paz nas Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico (Rio de Janeiro, 1790-1850)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.143.

¹¹⁷ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.111.

teriam projetos de vida em comum e, portanto, segundo esse argumento, essas relações seriam também possíveis geradoras de paz na senzala, como defendem os autores.

Se havia vantagem para o senhor, poderia haver também para os cativos. Segundo Slenes, que verificou em muitos plantéis de Campinas (estado de São Paulo), principalmente nos grandes e médios, os escravos que se casavam poderiam ganhar um espaço próprio para a sua família, o que seria um benefício, uma vez que os cativos ficavam, por muitas vezes, amontoados em compartimentos de pouco mais de um metro.¹¹⁸

O mesmo autor aponta que escravos casados poderiam adquirir também o direito a uma pequena roça para a subsistência familiar, constituindo a possibilidade da formação de um pecúlio fruto da produção de excedentes para a venda, visando arrecadar recursos para a tão sonhada alforria.¹¹⁹

É possível supor, portanto que o incentivo a formação de casais /matrimônio, pode ter sido um produto de uma estratégia de dominação por parte dos senhores e relativamente aceita pelos cativos. Buscou estabilizar possíveis conflitos nas senzalas, promoveu controle e “passividade” diante das adversidades da situação de cativo.

A união matrimonial formal desses cativos, ou mesmo a formação familiar que não tenha sido oficializada pela Igreja, mas que gozasse de notória estabilidade e envolvimento de ambos geraria prole legítima, conforme atestavam os vigários da época. Nos casos onde a paternidade era desconhecida, não informada pela mãe ou união de pais não casados, os filhos seriam declarados nos registros de batismo como naturais. Os registros analisados da freguesia de Neves não constam nenhuma observação quanto a filhos ilegítimos, que provinham de relações ilícitas, tais como: o concubinato, a ligação fortuita, o adultério, a prostituição, os incestos não dispensados e a bigamia.¹²⁰

Segundo pesquisas de Sheila de Castro Faria, nas áreas rurais, onde há grandes propriedades escravistas, como o caso do norte fluminense, os índices de legitimidade entre os batizandoos escravos eram bem maiores em comparação a determinadas regiões, como centros urbanos, portuários e mineradores, onde prevalecia a "criança natural", filha de mãe solteira.¹²¹

¹¹⁸ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. p.111.

¹¹⁹ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. p.111.

¹²⁰ LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1998. p.23

¹²¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.325.

Analisado os registros de batismo de escravos da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé entre 1798 a 1809, Sheila de Castro Faria encontrou 86,8% de filhos legítimos. A presente pesquisa se propôs a continuar analisando a região, porém entre 1809 a 1850. É possível observar que a taxa de legitimidade na freguesia reduziu consideravelmente. Conforme é possível acompanhada na tabela 8, entre as 1.411 anotações de escravos inocentes nos livros batismo, 928 (65,77%) foram atribuídos a filhos legítimos. Já os filhos naturais obtiveram 479 anotações, o que corresponde 33,95%.

Tabela 8
Legitimidade da população escrava, dividido por décadas.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

Período	Legítimo	%	Natural	%
1809-1810	25	2,69	5	1,04
1811-1820	251	27,04	65	13,57
1821-1830	277	29,85	63	13,16
1831-1840	294	31,69	185	38,62
1841-1850	81	8,73	161	33,61
Total	928	100	479	100

*Fonte: Registros Paroquias de Batismos
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).*

Apesar da redução no número de filhos legítimos, a partir da virada do século, ainda é uma quantificação elevada, principalmente se comparada aos filhos naturais. A tabela também exhibe a variação proporcional de legitimidade ao longo dos anos. Entre 1809 até o final da década de vinte do século XIX, o número de filhos legítimos foi muito superior aos filhos naturais. Porém, a partir de 1830 houve uma reversão nesta proporção e os registros de filhos naturais superaram os legítimos. Entre 1830 a 1840, os filhos naturais somaram 38,62% contra 31,69. Já na década seguinte, esta diferença ficou cada vez maior. Assentos de filhos naturais corresponderam a 33,61%. Filhos legítimos obtiveram 8,73%. Apesar da curva nos números de legitimidade, os registros de filhos legítimos permaneceram superior durante todo o período.

São muitas as hipóteses para justificar esta redução na taxa de legitimidade. Uma possível explicação pode estar relacionada ao fato de que houve uma proliferação de

pequenas e médias propriedades ao longo da primeira metade do século XIX, com número reduzido de escravos. É provável que estes cativos tenham se relacionados com seus pares de senhores vizinhos, sem a formalidade do matrimônio, muitos menos sem a influência econômica e social junto aos padres.

É importante observar que a partir de 1830 houve um aumento considerável da presença de africanos na região, principalmente próximo ao fim do tráfico atlântico de escravos, em 1850. Talvez estas novas relações formadas entre africanos e crioulos não privilegiassem a formalidade do matrimônio, o que, segundo a doutrina católica, sua prole não seria classificada como legítima.

A predominância de filhos legítimos entre escravos durante a primeira metade do século XIX foi uma realidade na freguesia. Porém este fenômeno não foi exclusivo em ambientes de grandes propriedades. A tabela 9 exibe uma amostra com senhores listados nos registros de batismo sendo proprietários de mais de 100 escravos, ou seja, com relevante poder econômico. O número de filhos legítimos foi superior em quase toda lista. Porém, apesar do número grande de escravos e haver tendência para menos filhos naturais, a quantidade de escravos adultos é muito superior.

Este evento é encontrado também em senhores com menor número de escravos, que representavam a maioria na freguesia neste período analisado. É possível supor a farta oferta de africanos da região, com valores acessíveis a todas as faixas econômicas dos senhores.

Tabela 9
Batizados de escravos e legitimidade em grandes propriedades.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

Senhores	Escravos batizados	Legítimo	%	Natural	%	Adulto	%
Antônio José Lopes de Araújo	207	64	30,91	25	12,07	117	56,52
Custódio José Teixeira Pinto	137	83	60,58	45	32,84	9	6,56
Antônio Francisco de Figueiredo	117	14	11,96	14	11,96	89	76,06
José Bernardino de Sá	107	18	16,82	10	9,34	79	73,83

*Fonte: Registros Paroquias de Batismos
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).*

Se havia alto índice de legitimidade e uma presença grande africanos, estes poderiam contribuir para o número de uniões. Infelizmente a fonte não informa a origem dos pais dos batizados, mas não é difícil imaginar que alguns destes tenham formado relações e matrimônios com crioulos em larga escala.

Na primeira posição da lista aparece Antônio José Lopes de Araújo, com 207 escravos batizados, sendo 64 filhos legítimos (30,91%) contra 25 naturais (12,07%). José Bernardino de Sá aparece nos registros com sendo senhor de 107 batizados. Desses, 16,82% eram legítimos, 9,34% foram anotados como naturais e 73,83% eram adultos. Sabidamente conhecido como comerciante de escravos, inclusive de forma ilegal, provavelmente o número de cativos batizados pertencentes a ele fosse muito maior, assim como de todos os outros citados na lista. Era uma prática comum entre os vigários que, no momento de lançar os registros nos livros, apenas citar a fazenda pelo qual o escravo está vinculado. Esta prática era comum principalmente nos registros de adultos e coletivos, quando o número de assentos poderia passar de três dezenas, apenas de um mesmo senhor.

Nem sempre quem possuía mais escravos batizados era também senhor de cativos denominados como legítimos. Isso reforça uma teoria de que apesar de ser uma vantagem consensual entre os senhores e cativos, nem todos os proprietários comungavam dessa premissa. A outra hipótese pode estar relacionada a falta de anotação nos registros. Mas estas não são as únicas explicações. Há de se considerar o custo dos senhores para a realização desses matrimônios junto a Igreja, a conveniência pessoal, a quantidade de escravos de sua posse ou até mesmo o tipo de atividade econômica desse senhor.

Na região serrana de Macaé, onde estava localizada a freguesia em questão, apenas duas dezenas de senhores, segundo os assentos, possuíam mais de trinta escravos batizados no período relacionado da pesquisa. Outras três centenas de proprietários, também apresentados nos documentos analisados, não passavam de 25 cativos.

Entre estes senhores, por exemplo, está a Dona Emerenciana Dantas Cunha. Entre o período de 1818 a 1824, foram batizados 20 escravos inocentes atribuídos a sua propriedade. Pelo menos, em 16 assentos, os padrinhos também foram descritos pelo vigário como seus. Houve apenas três casos em que os inocentes batizados foram declarados como legítimos.

Outro exemplo que reflete a premissa de que em pequenas propriedades ou senhores possuidores de pequeno número de cativo, a legitimidade não era algo comum entre os batizando pode ser atribuído também a um membro da Igreja. Segundo os

registros de batismo, o padre Manuel Valente de Resende foi proprietário de 24 escravos batizados entre 1818 a 1842. Apenas um foi declarado como legítimo. Há de se observar que neste mesmo período, houve 15 batizados de africanos adultos, ou seja, mais da metade dos cativos atribuídos a sua posse. Isso coloca o religioso na lista dos senhores que se apropriaram da grande entrada de adultos escravizados na região, assim como a pulverização de proprietários de menor porte, com número reduzido de escravos.

Entre os filhos naturais de escravos analisados na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, nesse período, não houve nenhuma indicação dos nomes dos pais, mas não quer dizer que eles não fossem conhecidos dos padres. Porém, entre a população branca, houve dois registros em que o vigário sinalizava como naturais, mas o pai reconheceu o inocente como filho legítimo. Curiosamente estes dois assentos são do mesmo pai. Em 18 de maio de 1845, Manuel Gomes Braga Filho reconheceu e batizou a filha Maria, fruto da relação com Maria Francisca das Neves. Quatro anos depois, em 1849, ele também reconheceu a paternidade da inocente Cecília, nascida também de relacionamento com a mesma mãe.

Segundo Brügger, até o início do século XIX, os padres registravam a informação dada pela mãe sobre a paternidade do seu filho sem que o pai soubesse ou mesmo estivesse presente. Não só mulheres livres indicavam os pais, com também as escravas.¹²² Ainda segundo a autora, é importante pensar no significado de uma mulher poder nomear o pai do seu filho, principalmente numa sociedade reclusa aos dogmas da Igreja Católica.¹²³

Brügger analisa ainda que a indicação dos pais nos registros de batismo poderia produzir complicações no futuro dos envolvidos, principalmente no direto a herança. A prática foi gradativamente diminuindo, mas sem desaparecer por completo, pelo menos até fins de 1840.¹²⁴ Os padres passaram a tomar mais cuidado com as informações que registravam.

O avanço da população livre ao longo do século XIX pode ter contribuído para o aumento de filhos naturais, principalmente em relacionamentos entre forros e escravos. O custo financeiro de casar não estaria na agenda de prioridades dessas famílias. No próximo tópico será analisado a presença de alforrias na freguesia e como ela pode ter

¹²² BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Legitimidade e comportamentos conjugais. São João del Rei, século XVIII e primeira metade do XIX*. X Seminário de Economia Mineira, 1998. p.73.

¹²³ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Legitimidade e comportamentos conjugais*. p.73.

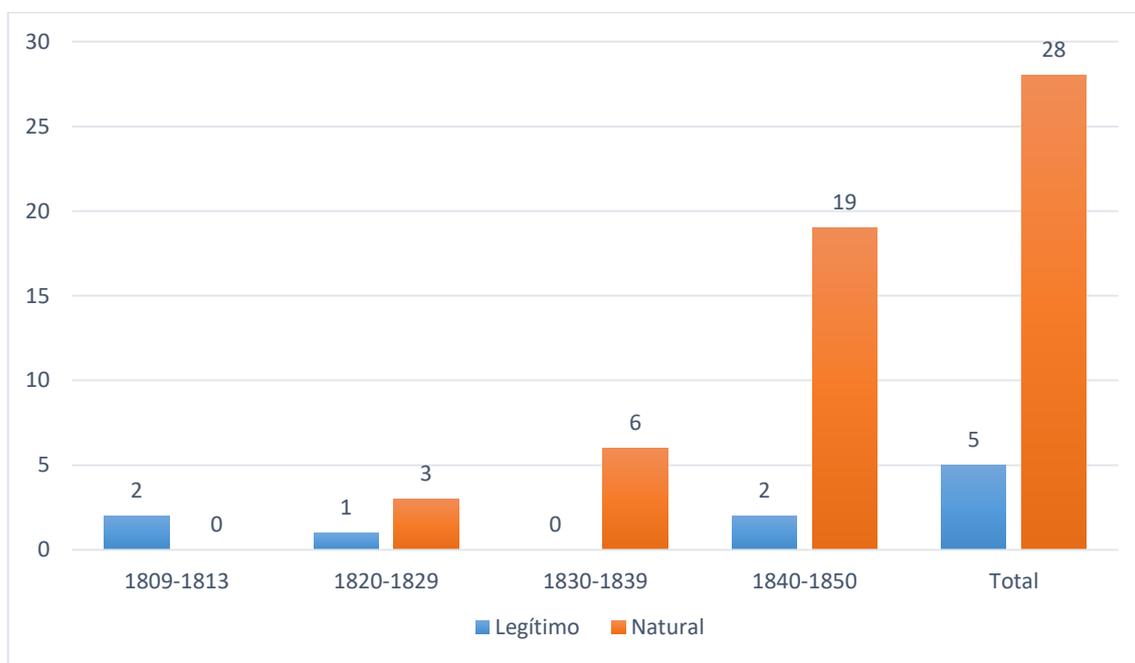
¹²⁴ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Legitimidade e comportamentos conjugais*. p.73.

contribuído para o aumento da população livre, sente este fenômeno uma das possíveis hipóteses para justificar a redução das taxas de legitimidade no período de análise.

2.5 – O benefício da Alforria de Pia

Considerando a grande quantidade de registros analisados no período, estes casos são exceções numa realidade totalmente oposta. Segundo a análise dos registros de batismo para esta pesquisa, entre os 2.799 assentos de escravos, foram encontradas 33 ocorrências de alforria de pia, ou seja, quando o senhor, no ato da cerimônia do batismo, concede a alforria do inocente. A proporção de alforria foi crescendo ao longo das primeiras décadas do século XIX. Os maiores beneficiados foram os filhos naturais, aqueles que são frutos de relacionamentos não oficializados pela Igreja, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1
Contagem de alforrias, considerando década e legitimidade.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)



*Fonte: Registros Paroquias de Batismos
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).*

Há uma curva de crescimento ao longo das décadas, ganhado mais fôlego próximo ao final da primeira metade do século XIX. É difícil supor os motivos reais que

provocaram essa progressão de alforrias. Há de se imaginar que o aumento populacional, aliado a pulverização de propriedades de menor porte, com números reduzidos de escravos tenham contribuído para este cenário. Ao contrário do que acontecia no início do século, quando a região apresentou grande número de cativos em poucas propriedades, o que dificultava a relação próxima destes os seus senhores, difere do momento registrado nas décadas seguintes. Propriedades mais enxutas favorecia na aproximação entre cativos e senhores, o que poderia gerar prole nem sempre reconhecida, mas beneficiada pelo funil da alforria.

Segundo Márcio de Sousa Soares, a alforria na pia batismal era extremamente seletiva, um prêmio difícil de ser obtido. Nesse caso, o batismo não só apagava o pecado original do recém-nascido, como também parte das penas temporais dos senhores, ou seja, redimia o sentimento de culpa atribuído a possíveis relacionamentos com suas escravas. O inocente, fruto dessas relações, poderia receber a benesse da liberdade logo ao nascer.

Para que a alforria na pia batismal fosse alcançada logo após o nascimento, tudo dependia da consciência culpada de um senhor por deixar um filho ou parente amargar as agruras do cativo, combinado com a habilidade das mães desses pequenos escravos.¹²⁵

É possível observar que as relações amorosas entre senhores e suas escravas eram comuns e, em alguns casos, intencionais, empregadas por essas mulheres. O objetivo seria conseguir favores e alforrias.

Melhor sorte, enfim, para elas próprias e, sobretudo, para os filhos nascidos desses relacionamentos. Embora seja muito difundida a ideia de que as escravas concubinas se alforriassem facilmente, parece ter sido mais comum que essas cativas tenham conseguido, com maior sucesso, a liberdade para seus filhos do que para elas próprias.¹²⁶

Soares acrescenta ainda que a alforria na pia batismal “era um ganho obtido no seio de uma relação, sem dúvida alguma, extremamente desigual, mas ainda assim uma relação em que o poder de mando dos senhores podia encontrar pela frente, como contrapartida, com a astúcia das escravas”.¹²⁷

Não há muito o que questionar que alforria assumiu um papel importante como alternativa legal e espiritual para remissão dos pecados da carne entre senhores e suas

¹²⁵ SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos de Goitacases, c.1750- c.1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. p.56

¹²⁶ SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo*. p.61

¹²⁷ SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo*. p.61

escravas. Porém, esta não foi a única e exclusiva funcionalidade do benefício. É provável que cativos mais próximos aos seus senhores ou aqueles que demonstrassem fidelidade e bons serviços também fossem beneficiados. Há viúvas que também agraciavam algumas escravas próximas ou até os filhos delas, como forma de piedade cristã. Talvez este tenha sido um dos argumentos que levou a Dona Ludervina Maria de Jesus a alforriar dois filhos de sua escrava Leocádia, durante o batismo. A primeira foi Beatriz, parda e classificada como natural pelo vigário encomendado padre Bernardo Alvares. A inocente nasceu no dia 16 de abril de 1849 e foram padrinhos Miguel e Humbertina, que também eram escravos da Dona Ludervina. O segundo filho de Leocádia alforriado na pia foi Basílio, negro e classificado natural. Ele nasceu no dia 22 de março de 1850. O escravo Miguel foi escolhido mais uma vez como padrinho e madrinha foi consagrada a uma santa protetora.

Dona Ludervina é citada nos registros de batismo como sendo senhora de quatro escravos. Não há qualquer referência ao marido, nem mesmo nas duas vezes em que foi madrinha, pois normalmente o conjugue formava o par de padrinho, nos casos de casais de brancos. Não há como saber se a senhora era, de fato, viúva, mas suas posses financeiras poderiam ser modestas. O pequeno número de escravos, relação próxima com estes cativos e apadrinhando dois filhos de casais de forros, certamente, não era o costume na freguesia, principalmente entre os fazendeiros mais destacados.

A proximidade entre senhores e escravos também foi observado na alforria de pia da inocente Brigida. Parda, filha natural, nasceu em 20 de outubro de 1848. A mãe, Ana, também era parda, escrava de Luis Antônio Pires. O padrinho foi um membro da família do senhor, chamado Manuel Luís Pires. A madrinha foi chamada apenas de Dona Luisa. Tudo leva a crer que esta alforria de pia contou com a participação deliberada da família dos senhores da escrava Ana. Talvez a alforria da sua filha tenha sido por algum merecimento ou bondade do proprietário, mas não exclui a possibilidade também de ser um filho bastardo contraído de relacionamento de algum parente do senhor com a escrava.

O mesmo exemplo também foi observado na alforria de pia da forra Maria, filha natural da escrava parda Luiz. Seu senhor consta no registro de batismo como André Nogueira Lemos. Os padrinhos também eram da mesma família do proprietário da escrava, sendo Pedro Alves Lemos como padrinho e Úrsula Lemos citada como madrinha.

Nestes dois casos havia uma proximidade entre os participantes do ato, além do fato de que todos estes não estavam no rol de grandes proprietários de escravos. Esta,

inclusive, foi uma tendência entre os senhores de concederem a alforria na pia batismal. Nenhum dos 33 beneficiados contabilizados nos registros pertenciam a senhores com senzalas mais robustas.

A família escrava foi importante para a organização social em torno do mundo cativo. As redes de relacionamento garantiram melhor absorção do africano numa terra desconhecida, onde chegou forçosamente e sem laços sociais. Ao longo do período da escravidão, estes laços ganharam novos formatos e ampliaram a sua extensão. Uma boa estratégia de aproximação poderia facilitar o acesso do cativo a benefícios de ajuda mútua. Uma relação de clientelismo que prosperou no Brasil colonial, com contornos personalizados, de acordo com cada região em que foi empregada.

No próximo capítulo, será discutido essas relações com base nos registros de batismo da freguesia pesquisada, observando as estratégias de escolha dos compadres e as redes de relacionamento e solidariedade, exemplificados através de alguns estudos de casos.

Terceiro Capítulo

Apadrinhamento e redes de solidariedade

3.1. Apadrinhamento estratégico

O batismo é o principal sacramento da religião católica. É a porta de entrada para o universo cristão e a única garantia de remissão do pecado original. As diretrizes das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia reforçam a decisão do Concílio Tridentino de que no batismo há possibilidade de escolha de um casal de padrinhos, madrinha e padrinho, ou de apenas um deles, escolhidos pelos pais do batizando ou pelo próprio, sendo adulto. Estes “pais espirituais” seriam responsáveis por ensinar aos afilhados a doutrina cristã.¹²⁸

A relação criada entre todos os envolvidos a partir deste sacramento transpunha as barreiras da espiritualidade e incorporava conceitos mais mundanos, como observa Brügger.

Além de estabelecer vínculos espirituais entre os envolvidos, o ato de apadrinhar criava ou reforçava relações sociais, que se constituíam em importantes alianças, ampliando os laços familiares para além da consanguinidade.¹²⁹

A família escrava foi de suma importância para a vida cotidiana dos cativos. Foi uma alternativa bem eficaz para manter e redefinir raízes africanas, além da possibilidade de auferir ganhos sociais, econômicos e políticos, numa rede extensa de sociabilidade e solidariedade.

Logo, a escolha dos padrinhos era determinada pelo contexto social da escravidão, já que os laços de compadrio serviam para unir ou conectar pessoas de classes sociais diferentes. Esta estratégia foi amplamente explorada não só pela população cativa. Foi uma prática que ganhou espaço também entre a população forra e branca, porém com interesses e mecanismos distintos. Em todas as regiões do Brasil pesquisadas, desde o período colonial até o fim do Império, houve adaptações ao contexto local. Apesar de haver uma relação explícita de poder e interesses diversos, cujos padrões podem mudar,

¹²⁸ BRÜGGER, Silvia M. Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del-Rei Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007. p.287.

¹²⁹ *Ibid.*, p.287

de acordo com a necessidade local ou dos interessados. Assim, não é possível afirmar padrões de conduta entre os envolvidos, mas talvez certas tendências objetivas.

Vitória Fernanda Schettini pesquisou São Paulo do Muriaé, durante a segunda metade do século XIX. Ela observou que, na região de pequenas escravarias rurais, a tendência foi escolher padrinhos livres, sendo uma prática facilitada pelo estreito convívio entre livres e escravos.

Como a grande maioria dos padrinhos da localidade pesquisada era livre, podemos então deduzir que ter a proteção de alguém de classe tida como superior à do batizando, era um meio de garantir uma ascensão social via apadrinhamento como também uma forma de garantir a priori uma vantagem para o futuro dos filhos, ou mesmo uma forma de liberdade na pia batismal.¹³⁰

Silvia Maria Jardim Brügger percebeu situação similar a apresentada por Schettini. Na Vila de São João Del Rei, sua pesquisa constatou um amplo predomínio de homens livres sendo padrinhos dos filhos das mães escravas, e notou que, no período de 1736 a 1850, eles representavam 62% dos compadres dos filhos de cativas. Considerando-se que nessa região tendiam a predominar unidades escravistas de pequeno porte, pode-se supor que isto seria uma explicação variável para a escolha majoritária de compadres livres para os filhos dos pais cativos.¹³¹

Numa relação oposta aos dois casos anteriores, José Roberto Góes, analisando a Freguesia de Inhaúma, no Rio de Janeiro, entre 1816 e 1842, afirma que 65% dos padrinhos de escravos eram da mesma condição, 25% eram libertos e 10% eram livres.¹³²

Ana Lugão Rios, abordando os batismos de cativos, entre 1872 e 1888, em Paraíba do Sul, encontrou cerca de 40% de padrinhos livres e mais de 57% de escravos, sendo os padrinhos forros absolutamente minoritários.¹³³

Ambos pesquisadores identificaram que nas regiões com predomínio de grandes escravarias o percentual de escravos apadrinhando escravos era bem mais significativo. A freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé seguiu este mesmo perfil. A região possuía um perfil econômico rural, com grandes propriedades.¹³⁴

¹³⁰ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé (1852-1888)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Severino Sombra, 2006. p.101

¹³¹ BRÜGGER, Silvia M. Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del-Rei Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007. p.286

¹³² GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993. p.78

¹³³ RIOS, Ana Maria Lugão. *Famílias negras em Paraíba do Sul 1872-1920*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. p.56-9.

¹³⁴ Mesmo sem analisar outros documentos que comprovariam a expressiva riqueza de muitos senhores, a quantidade de escravos batizados atribuído a determinados proprietários sugere elevado poder financeiro e social.

Os dados extraídos dos registros de batismo e exibidos na tabela 10 não deixam dúvidas quanto à superioridade numérica de padrinhos escravos, sendo estes uma opção ou a falta dela.

Entre os 1.411 assentos de inocentes escravos, 79,16% possuíam padrinhos com a mesma condição jurídica. O mesmo perfil pode ser percebido na escolha das madrinhas, representando 67,35% entre a preferência.

Tabela 10
Registros de escravos Inocentes – condição jurídica dos padrinhos
Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

Estado Jurídico	Padrinho	%	Madrinha	%
Escravo	1.116	79,16	950	67,35
Forro	244	17,36	157	11,25
Índio	12	0,94	7	0,50
Branco	12	0,94	19	1,35
Santo protetor	-	-	102	7,25
S/anotação	22	1,60	172	12,30
Total	1.411	100	1.411	100

*Fonte: Registros Paróquias de Batismos.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).*

Considerando apenas as madrinhas, a situação não muda. A predominância pela população cativa superou as outras alternativas. Foram 950 assentamentos, o que corresponde a 67,35%. As forras seguem na segunda colocação, com 11,25%.

Apesar de haver apontamentos de brancos batizando escravos, não foi encontrado nenhum registro de senhor sendo padrinho espiritual de seus cativos, assim como constatou Schwartz.

Os senhores e seus parentes, raramente batizavam e se tornavam guardiões espirituais dos seus próprios escravos, e sua ausência desses papéis refuta o suposto paternalismo dos senhores de escravos brasileiros.¹³⁵

É importante observar que a preferência indica ter havido mais padrinhos do que madrinhas, sugerindo que os homens poderiam agregar a possibilidade de maior promoção social. O *status* social que o homem adquiriu na sociedade brasileira teria se

¹³⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001. p.265

refletido na preferência por padrinhos, dando a eles um papel mais definido e relevante do que às madrinhas.

Muitos estudos comprovam que a presença do padrinho no batismo era uma constante na sociedade colonial, o mesmo não se verificando quanto à presença da madrinha. Nas paróquias baianas de Rio Fundo e Monte, no final do século XVIII, Schwartz percebeu que a presença da madrinha era muitas vezes dispensada.¹³⁶ Em São João Del Rei, Brügger identificou que a madrinha era ausente em 3% a 4% das cerimônias de batismo de crianças escravas entre 1811 e 1840.¹³⁷

Embora as regras eclesiásticas para a administração do batismo fossem claras quanto à presença de um casal composto por padrinho e madrinha, a prática social muitas vezes declinava da presença da madrinha.

A tabela também apontou referência a madrinhas espirituais. Foram 229 vezes (8,18%). Em todos estes casos, o pároco não discriminou o nome da santa, anotando apenas a palavra “protetora”, como referência à madrinha. É possível que os próprios escravos escolhessem essa opção por uma santa protetora. O catolicismo era a religião do dominante e, apesar do sincretismo religioso, fundido nas tradições africanas e europeias, é difícil imaginar a ausência de aculturação por parte desses cativos, o que leva a supor que muitos, de fato, eram católicos praticantes e devotos a algum santo.

Na avaliação de Donald Ramos, que pesquisou a região de Vila Rica, as pessoas tinham uma relação íntima com os santos. O tratamento era como fosse um membro da família, mesmo sendo um ser espiritual. Ainda segundo Ramos, o uso de padrinhos santos traz o sagrado para dentro do mais íntimo espaço de relações sociais e cria vínculos recíprocos. No entanto, o sagrado era introduzido apenas através das madrinhas.¹³⁸

Ramos salienta que “os padrinhos tinham um papel muito importante na sociedade, talvez tão relevante que o cargo não poderia ser preenchido por um santo. Deus ou Cristo poderiam ter sido escolhido, mas iria ser uma escolha presunçosa”.¹³⁹ Não é possível mensurar até que ponto os cativos estavam inseridos verdadeiramente na fé católica ou o quanto eram fervorosas as suas práticas.

¹³⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001. p.332

¹³⁷ BRÜGGER, Silvia M. Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del-Rei Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007. p.7

¹³⁸ RAMOS, Donald. *Teias sagradas e profanas. O lugar do batismo na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro*. Revista Varia História. Belo Horizonte, nº 31 p.1-286, janeiro, 2004. p.65

¹³⁹ *Ibid.*, p.66.

Sidney Pereira da Silva estudou as relações parentais entre escravos em Valença, entre 1823 e 1885. As pesquisas apontaram para apenas dois casos de escolha de santos para apadrinhamento, num total de 3.833 registros.¹⁴⁰ O número é muito inferior aos encontrados em Macaé, mesmo apresentando perfil demográfico similar, ou seja, com alta concentração de escravos, inclusive estes apadrinhando seus pares, em maioria.

É curioso observar nos dois exemplos acima que a diferença na relação dos escravos com práticas do catolicismo pode ter assumido contornos customizados. É preciso analisar outros fatores para entender essa falta de padronização da crença dominante do colonizador no meio escravo. Talvez os africanos que chegavam em grande número a freguesia de Neves tivessem desenvolvido um sistema sofisticado integração de suas práticas religiosas com o catolicismo, visando melhor aceitação na nova terra ou mesmo senso de pertencimento entre os pares.

Esta discussão esbarra no conceito de *crioulização*, criado por Sidney Mintz e Richard Price. Eles argumentam que as culturas dos diversos grupos africanos transportados à América pelo tráfico de escravos se transformaram para poderem se adaptar a um novo contexto social diferente dos contextos africanos. O termo *crioulização* designaria, então, esse processo de transformação, resultando na formação de uma cultura de síntese original, distinta das várias culturas africanas originárias.¹⁴¹

Mintz e Price sugerem que as influências das culturas africanas não estavam apenas inseridas no campo religioso. A estrutura familiar e parental pode ter sido mesclada a hábitos tipicamente tradicionais, chamados pelos autores de “princípios culturais abstratos” ou “princípios subjacentes” (“underlying principles”), os quais muitas vezes serviram de guia para a estruturação de instituições escravas no Novo Mundo, nesse caso as sociabilidades e as solidariedades.¹⁴² A formação de famílias extensas entre cativos e apadrinhamento recíproco podem representar alguns desses traços. Isso poderia justificar o resultado da análise extraídos dos documentos da freguesia de Nossa Senhora das Neves.

¹⁴⁰ SILVA, Sidney Pereira da. As relações sócio parentais entre escravos: o batismo de escravos em Valença, província do Rio de Janeiro (1823-1885). *Dissertação de Mestrado*. USS, Vassouras, 2005. p.76

¹⁴¹ MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas; UCAM, 2003. p.71

¹⁴² The birth of African-American culture: an anthropological perspective. Boston: Beacon Press, 1992. p.10-11

Os dados analisados dos registros de batismos de escravos inocentes não deixam dúvidas sobre a predominância de padrinhos do mesmo estado jurídico. Os documentos também informam que nem sempre esses padrinhos compartilhavam o mesmo senhor.

A tabela 11 apresenta uma lista com alguns dos senhores com maior número de escravos na freguesia de Neves, no período relacionado da pesquisa. O objetivo foi justamente observar a diferença entre padrinhos escravos do mesmo senhor e de outros proprietários. O que foi possível perceber é que nos registros de inocentes, a maior parte dos padrinhos pertenciam as mesmas fazendas ou pelo menos um deles servia ao mesmo senhor de afilhado. Custódio José Teixeira Pinto é citado nos registros de batismo como sendo senhor de 138 escravos inocentes. Desse total, 90,58% os padrinhos também eram de sua propriedade. Entre os escravos batizados de Antônio José Lopes de Araújo, em 93,30% dos casos, os padrinhos dividiam o mesmo senhor. Quando se observa senhores com número reduzido de escravos, a tendência de haver mais padrinhos dividindo o cativo se mantém. É o caso de Dona Emerenciana Dantas Cunha. Ela é citada nos registros de batismo como senhora de 20 escravos inocentes batizados. Desse total, 16 foram apadrinhados por seus outros escravos (80%). Apenas dois foram registrados com padrinhos de outros senhores (10%).

Tabela 11
Senhores de padrinhos de escravos Inocentes – grandes propriedades.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

Senhores	Escravos Inocentes	Mesmo Senhor	%	Outro Senhor	%	Sem Anotação	%
Antônio José Lopes de Araújo	91	84	93,30	1	1,12	5	5,58
Custódio José Teixeira Pinto	138	125	90,58	0	-	13	9,42
Antônio Francisco de Figueiredo	32	15	46,88	0	-	17	53,12
José Bernardino de Sá	28	28	100	0	-	0	100
Álvaro Pinto da Cunha	26	13	50	3	11,53	10	38,47
Cap. Lourenço Antônio Ferreira	36	29	80,55	3	8,33	4	11,12
Custódio Gomes Braga	42	36	85,71	1	2,38	5	11,91
Dona Ana Joaquina	32	20	62,5	10	31,32	2	6,25
Dona Emerenciana Dantas Cunha	20	16	80	2	10	2	10

Fonte: Registros Paroquias de Batismos.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

Já nos batismos de adultos o cenário tende não haver alteração. Havia uma tendência maior por padrinhos do mesmo dono. Como a maioria dos batizados de adultos eram coletivos, chegando a até 50 indivíduos por vez, um mesmo escravo batizava todos. Provavelmente alguém escolhido pelo senhor para cumprir esta função burocrática. Obviamente que muitos adultos poderiam ter escolhido seus próprios padrinhos, mas esta não era uma tendência.

Como comparação, foi utilizado a mesma lista de senhores da tabela anterior, porém com dados referentes de batismo de adultos. A tabela 12 mostra que Antônio José Lopes de Araújo é citado nos registros como sendo senhor de 114 escravos adultos. Destes, 99,12%, os padrinhos eram também de sua propriedade, caso bem diferente quando comparado aos escravos inocentes, conforme foi descrito anteriormente.

Entre os escravos adultos batizados de José Bernardino de Sá e Custódio Gomes Braga, todos os padrinhos eram de suas propriedades. O mesmo caso ocorre com Custódio Gomes Braga. Todos os 28 escravos atribuídos a ele nos registros de batismo, 100% dos padrinhos dividiam o mesmo senhor.

Tabela 12
Senhores de padrinhos de escravos Adultos – grandes propriedades.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

Senhores	Escravos Adulto	Mesmo Senhor	%	Outro Senhor	%	Sem Anotação	%
Antônio José Lopes de Araújo	114	113	99,12	1	0,87	0	-
Custódio José Teixeira Pinto	0	-	-	0	-	0	-
Antônio Francisco de Figueiredo	85	53	62,35	0	-	32	37,64
José Bernardino de Sá	79	79	100	0	-	0	0
Álvaro Pinto da Cunha	12	6	50	5	41,66	1	8,33
Cap. Lourenço Antônio Ferreira	5	2	40	0	-	3	60
Custódio Gomes Braga	28	28	100	0	-	0	-
Dona Ana Joaquina	1	0	-	1	100	0	-
Dona Emerenciana Dantas Cunha	2	0	-	2	100	0	-

Fonte: Registros Paroquias de Batismos.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

Os dados mostram que havia nitidamente uma tendência a formação de rede de relacionamento entre pares do mesmo cativos. É possível que a escolha dos compadres tenha sido uma ação deliberada de cada família, pois a escolha cumpria uma função política: estabelecer alianças onde mais fosse necessário.

Segundo José Roberto Góes, plantéis mais robustos apresentaram índices elevados de compadrio entre cativos, se comparados a propriedades menores, assim como

suas pesquisas mostraram na freguesia de Inhaúma, subúrbio rural carioca do início do século XIX. Ele avalia que este perfil se caracteriza não apenas pelo fato da convivência em maior número de escravos, mas sim resultado da necessidade de estabelecer laços num contexto marcado pelo conflito.

Não está na maior convivência a explicação, mas nos problemas suscitados por ela, ditados pelas duras condições da escravidão. Um escravo precisava constituir um aliado em um outro, seu semelhante, não apenas porque em assim procedendo a vida em cativo tornava-se menos difícil. Isto é evidente. O importante a observar é que o compadrio cativo revela um status quo ante pautado pelo conflito virtual. Torna-se aliado aquele que pode empreender a guerra. A aliança sacramentava a paz.¹⁴³

Na avaliação de Góes a convivência de grande número de escravos nas fazendas possibilitava maior oportunidade de conflito. A comunidade escrava, daí surgida, era mais resultado das alianças necessárias para enfrentar um ambiente hostil, decorrente da escravidão, do que propriamente consequência de reconhecimento e apoio mútuos entre os cativos. Talvez haja exagero na avaliação do Góes, pelo menos no contexto histórico de Macaé, na primeira metade do século XIX, onde a formação familiar não apresentou dificuldades. Sheila de Castro Faria aponta que no final do século XVIII, na freguesia de Neves, havia uma proporção de 99,1% de casais de escravos que dividiam a mesma fazenda e o mesmo senhor. Ela avalia que esta prática foi bem vista e até incentivada pelos proprietários, como forma de estabilizar os ânimos no cativo.¹⁴⁴ O alto número de filhos legítimos na freguesia reforça a ideia de que havia formação familiar estável, o que, em tese, pacifica possíveis investidas contrárias a condição de cativo. Olhando por outro lado, o número de filhos naturais também foi expressivo, o que denota outras relações nem sempre oficiais junto a igreja, mas que foi exercida com certa liberdade, sem gerar relações ou situações conflituosas.

Mesmo havendo frequentes construções de relacionamentos de forma horizontal, com membros no mesmo estado jurídico, sendo estes, inclusive, maioria, os registros de batismo dão conta de exceções, que provavelmente ganharam mais vivacidade longe dos registros paroquiais. Não raro, é possível encontrar famílias cativas optando por compadres de outros senhores, principalmente entre os escravos africanos

As relações entre escravos não estavam restritas apenas ao cerco do cativo. Elas percorreram a região, entrelaçando com outros escravos de propriedades próximas ou até

¹⁴³ GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. p.353

¹⁴⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. p.314

mesmo de outras freguesias. Não é possível saber se esta foi uma atitude deliberada, ou seja, o fato de formar laços com escravos de outros senhores, de outras regiões, poderia, de certa forma, aumentar o poder de influência desses cativos na região.

Os registros de batismo mostram que havia uma proporção alta de escravos africanos nas propriedades, em alguns momentos superando a quantidade de crioulos. Talvez por uma estratégia de associação, os crioulos preferissem estabelecer redes de relacionamentos com seus pares. Não havendo opções suficientes no cativo e a formação de redes com a população livre na região era quase inexistente, a alternativa mais funcional poderia ser a escolha desses indivíduos em outras propriedades. Essa teoria tem certo amparo no fato de que na maior parte dos batismos de adulto, os padrinhos são do mesmo senhor, muitas vezes sem a escolha do batizando.

Se havia ou não uma estratégia deliberada para a escolha de padrinhos de outras propriedades, mesmo que em número reduzido, o fato é que houve a concordância dos senhores. Talvez por uma questão de manter relativa paz e controle dos cativos, mantendo certo grau de autonomia em determinados pontos do cotidiano pessoal.

3.2 – Apadrinhamento de adulto

Os registros de batismo de adultos exibidos na tabela 13 apresentam as mesmas características observadas nos assentos de inocentes. Há ampla maioria de padrinho também cativos. Alguns estudos apontam a intervenção dos senhores na escolha dos padrinhos de cativos recém-chegados, designando os escravos “mais antigos” ou “virtuosos” para apadrinharem os novos cativos, com o objetivo de ensiná-los os preceitos cristãos.¹⁴⁵

Isso poderia explicar o que fica claro nos registros: um mesmo escravo batizando dezenas de africanos recém-chegados. Mas isso não excluía a possibilidade desses africanos escolherem seus próprios padrinhos e muito menos não serem batizados imediatamente após a chegada a fazenda. Talvez muitos deles tivessem tempo de conviver com outros escravos, inclusive de suas nações e optarem pelas suas alianças. Segundo Silvia Maria Jardim Brügger, é comum ainda supor no imediatismo do batismo de

¹⁴⁵ FERREIRA, Roberto Guedes. Na Pia Batismal: Família e Compadrio entre Escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX). 2000. *Dissertação de Mestrado* - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000, p. 198.

africano tão logo desembarcasse na costa, algo que hoje é contestado. Para o cumprimento do sacramento era preciso certo grau de instrução na fé católica.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia determinavam que os cativos deveriam ser batizados, mas para isso deveriam manifestar o desejo de sê-lo. E antes disso, as mesmas Constituições determinavam que deveriam ser instruídos na fé católica, o que requereria certamente algum tempo e permitiria aos cativos estabelecerem laços com livres, libertos e escravos de sua escravaria ou não.¹⁴⁶

Este interstício poderia ser tempo suficiente para resgatar laços e manter tradições africanas anterior ao cativo, além de uma motivação extra para suportar pressões iniciais numa terra nova, e cultura diversa a sua. A tabela 13 exhibe com mais detalhes as relações de padrinhos dos escravos adultos.

Tabela 13
Registros de escravos Adultos – condição jurídica dos padrinhos
Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

Estado Jurídico	Padrinho	%	Madrinha	%
Escravo	1.224	88,18	775	55,84
Forro	110	7,92	110	7,93
Índio	12	0,86	8	0,58
Branco	5	0,36	7	0,50
Santo protetor	-	-	127	9,15
S/anotação	37	2,68	361	26
Total	1,388	100	1,388	100

*Fonte: Registros Paroquias de Batismos.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).*

Os registros mostram que no período relacionando na pesquisa, houve 7,92% de padrinhos forros e outras pequenas porcentagens de padrinhos de estados jurídicos distintos. É provável que alguns desses padrinhos forros sejam moradores das fazendas dos próprios senhores desses africanos, mas não todos.

¹⁴⁶ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP. Caxambú-MG, 2004. p.15

Mesmo sendo pequeno o número de registros, é possível perceber que estes cativos conviveram e se relacionaram com outros membros locais, que serviram como padrinhos. Essa prática, certamente, só poderia ser possível em propriedades menores, com um ou dois escravos adultos. Em propriedades maiores, com número robusto de africanos, haveria maior resistência para formar conexões externas. As oportunidades seriam mais escassas, num ambiente mais desvantajoso do que para os crioulos, pois a maioria dos batismos eram coletivos, com padrinhos indicados. Porém, numa convivência mais próxima a do senhor, é provável que este cenário teria sido diferente. O caso da africana Joana retrata bem essa tendência. Ela foi batizada no dia 21 de junho de 1812. Seu senhor, José Antônio de Abreu é citado nos registros de batismo com sendo proprietário de apenas três escravos. A fonte não fornece detalhes, mas é possível supor que ele poderia ter uma pequena propriedade agrícola ou atuar como comerciante ou prestador de algum serviço na freguesia. Os padrinhos da escrava Joana foram Francisco Índio e Antônia Preta Forra. Duas figuras afastadas da condição de cativo e distintas juridicamente. Logo, há de se pensar que Joana poderia ter escolhido seus padrinhos, sem pressões ou mesmo escolhas indicadas pelo seu senhor.

3.3– Preferência dos padrinhos

A freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé apresentou superioridade de filhos legítimos desde meados do século XVIII. Este fenômeno acompanhou a virada do século e permaneceu também por boa parte do século XIX, mesmo com o aumento populacional da região e o surgimento de propriedades menores, com número reduzido de escravo. O perfil econômico regional pode ter grande influência nessas taxas, pois as plantações de café, cana de açúcar e outras culturas semelhantes demandam boa quantidade de mão de obra escrava.

Se havia alta legitimidade entre filhos de cativos, seus padrinhos também eram a maioria. Ou seja, filhos oriundos de relacionamentos estáveis, segundo os registros de batismo, eram mais “escolhidos” por compadres. Talvez escolhidos não seja a palavra mais fiel a esta realidade. Há de se pensar que a falta de opções pode ter influenciado na escolha. Será que a escolha dos padrinhos era uma atribuição livre dos cativos? Segundo Stuart Schwartz, até hoje não há comprovação se os padrinhos eram escolhidos pelos

escravizados ou pelos seus senhores. “É certo que havia variação que deixavam a iniciativa nas mãos dos escravos e, outras vezes, nas dos senhores”.¹⁴⁷

O fato objetivo é que os filhos declarados como naturais obtiveram menos registros de padrinhos, sendo eles escravos, forros ou livres.

A tabela 14 mostra que entre os batizados de escravos registrado no livro de batismo da freguesia de Neves, os filhos legítimos mais escolhidos entre todos os outros grupos fielmente descritos nos assentos. Os padrinhos escravos, ou seja, do mesmo estado jurídico do afilhado registaram maior ocorrência, com 25,97%. Já os padrinhos cativos que foram registrados apadrinhando filhos naturais foi de 11,36%. A mesma discrepância ocorreu nos números de madrinhas. Foram 22,12% de cativas que batizaram filhos legítimos. Já as foram anotadas como madrinhas de filhos naturais não passaram de 11,79%. Entre a população forra e livre, houve também a predominância no batismo de filhos legítimos.

Tabela 14
Batizando escravo, considerando legitimidade e padrinhos.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850)

Cond. Padrinho/Madrinha	Legítimo	%	Natural	%
Padrinho Escravo	727	78,34	381	79,54
Madrinha Escrava	619	66,70	330	68,89
Padrinho Forro	171	18,42	83	17,32
Madrinha Forra	104	11,20	57	11,89
Padrinho Índio	7	0,75	5	1,04
Madrinha Índia	4	0,43	3	0,62
Padrinho Branco	6	0,64	6	1,25
Madrinha Branca	12	1,30	7	1,46
TOTAL	928	100	479	100

*Fonte: Registros Paroquias de Batismos
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).*

¹⁴⁷ SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p.292

O simples fato de haver mais filhos de cativos legítimos do que naturais na freguesia não seria suficiente para explicar a tendência segmentada dos padrinhos.

Schwartz comparou as relações de compadrio na Bahia e em Curitiba, ambos no século XVIII e observou certa padronização na escolha dos padrinhos. A legitimidade e o sexo eram fatores muito utilizados na escolha dos novos membros da família fictícia.

Os filhos legítimos tinham mais probabilidade de ganhar padrinhos de status mais alto e uma cerimônia normal, na qual estavam presentes tanto o padrinho quanto a madrinha, ao passo que os filhos ilegítimos poderiam não ter madrinha registrada. A probabilidade de meninos terem padrinhos livres era maior que a de meninas.¹⁴⁸

Em geral, Stuart Schwartz e Stephen Gudeman indicam que alguns elementos implicavam nas escolhas dos padrinhos, como a localidade, a legitimidade, a cor, o sexo e o estatuto legal, resultando em algumas características: os escravos serviam de padrinhos para escravos; escravos não serviam de padrinhos para os nascidos livres; livres serviam de padrinhos para escravos; livres serviam de padrinhos para os nascidos livres. O significado do compadrio é importante, na medida em que se consideram as expectativas do escravizados para essa instituição, pois o vínculo que une batizando e padrinho não é apenas espiritual, mas tinha projeção social.¹⁴⁹

José Roberto Góes também acrescenta reflexão às hipóteses para a preferência de padrinhos cativos por afilhados filhos legítimos. Analisando a freguesia de Inhaúma, no Rio de Janeiro, entre 1816 e 1842, ele afirma que 65% dos padrinhos de escravos eram da mesma condição, 25% eram libertos e 10% eram livres.¹⁵⁰

Ana Lugão Rios, abordando os batismos de cativos, entre 1872 e 1888, em Paraíba do Sul, encontrou cerca de 40% de padrinhos livres e mais de 57% de escravos, sendo os padrinhos forros absolutamente minoritários.¹⁵¹ A autora acrescenta que compadres escravos eram mais presentes nas maiores posses, e de que nas menores predominassem os livres. Talvez seja correto assegurar que os padrinhos cativos tendiam a apadrinhar os inocentes legítimos, pois ambos estavam mais presentes nas posses maiores.¹⁵²

¹⁴⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru SP: EDUSC, 2001. p.272

¹⁴⁹ GUDEMAN, Stephen e SCHWARTZ, Stuart B. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*. In: RÉIS, João José (org.). *A Escravidão e a Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p.58.

¹⁵⁰ GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. p.102

¹⁵¹ RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição*. Famílias negras em Paraíba do Sul 1872-1920. Dissertação de mestrado, PPGHIS-UFF, 1990, p.56-9.

¹⁵² RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e compadrio entre escravos das fazendas de café: Paraíba do Sul, 1871- 1888*. Cadernos ICHF-UFF, 1990. p.104-128

Góes acredita que o fato de haver compadres do mesmo estado jurídico dos afilhados nasce da necessidade de estabelecer laços num contexto marcado pelo conflito.

Não está na maior convivência a explicação, mas nos problemas suscitados por ela, ditados pelas duras condições da escravidão. Um escravo precisava constituir um aliado em um outro, seu semelhante, não apenas porque em assim procedendo a vida em cativeiro tornava-se menos difícil. Isto é evidente. O importante a observar é que o compadrio cativo revela um status quo ante pautado pelo conflito virtual. Torna-se aliado aquele que pode empreender a guerra. A aliança sacramentava a paz.¹⁵³

O mesmo autor enxergou nos grandes plantéis não apenas a maior possibilidade de convivência entre os escravos, mas também a maior possibilidade de conflito. A comunidade escrava, daí surgida, era mais o resultado das alianças necessárias para enfrentar um ambiente hostil, decorrente da escravidão, do que propriamente consequência de reconhecimento e apoio mútuos entre os cativos.

O que foi possível observar, portanto, é que as relações de compadrio foram mais intensas entre os pares cativos, sem excluir a possibilidade de outras extensões familiares, inclusive com forros, livres, índios e brancos. O perfil econômico e populacional da região foi fundamental para formatar essas relações, conforme apresentado em outras localidades com tendências similares. Mais do que buscar alforrias, as afinidades com membros próximos poderiam ampliar a rede familiar no cativeiro e proporcionar mais apoio político ou mesmo social (no contexto da senzala). Talvez este tenha sido a razão mais peculiar e praticada nesta freguesia. Isso mostra que há diversas formas de arranjos familiares, todos válidos de acordo com o contexto local.

3.4 – Redes de compadrio

Os registros de batismo de escravos da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé não deixam dúvidas sobre o alto número de filhos legítimos provenientes de uniões legais, numa proporção superior aos filhos declarados como naturais, ou seja, sem a devida informação sobre a paternidade. Os documentos informam também que havia uma tendência de união entre escravos que dividiam o mesmo senhor. Nas propriedades de menor porte, com senzalas mais reduzidas, a proporção de união, legitimidade da prole e apadrinhamento foi mais equilibrada, permitindo conexões fora

¹⁵³ GÓES, José Roberto. *O cativeiro imperfeito*.p.102

das posses do senhor, mas não afastou por completo a tendência de formar redes com pares do mesmo cativo.

Esse panorama começou a sofrer mudanças a partir de 1830, quando foi intensificada a presença de africanos na região. Quase todos os senhores, que aparecem nos registros de batismo da freguesia, possuem escravos recém-chegados em número equivalente ou superior aos de crioulos. Talvez a grande oferta de cativos que chegavam legal ou ilegalmente pela costa macaense tenha contribuído para reduzir o valor do escravo. Provavelmente este fator foi mais efetivo do que o fato de haver demanda crescente de mão de obra na região. O fato objetivo é que a presença cada vez maior de africanos nas propriedades e a redução de nascidos no Brasil modificou as relações de apadrinhamento.

Não foi possível perceber nos registros de batismo de Neves conexões de apadrinhamento relevantes entre crioulos e africanos. Talvez por identificação étnica ou cultural, havia a tendência de formação de redes entre os mesmos pares. Logo, a extensa rede de apadrinhamento visível de 1809 até 1830/40 já não foi mais presente a partir desse período. Os escravos africanos chegavam em grande quantidade nas fazendas e eram batizados em cerimônias coletivas. Muitas vezes, um mesmo escravo, provavelmente escolhido pelo senhor, apadrinha dezenas de recém-chegados. Apesar da conexão estabelecida formalmente, o ato configurou apenas uma etapa burocrática diante da Igreja. Dificilmente estes atores dividiriam os benefícios desse laço.

Porém, as relações em rede não deixaram de existir e resistiram, apesar da oscilação já descrita. Os casos detalhados nos próximos tópicos mostram que esses relacionamentos ganharam contornos e ramificações extensas, mas sempre circundado entre a população cativa, ou seja, as redes não extrapolavam as barreiras do cativo e se ligavam majoritariamente a membros próximos. Isso mostra que os escravos da região seguiam uma lógica bem tradicional: casavam com escravos do mesmo senhor, geravam filhos legítimos e escolhiam como padrinhos os membros do mesmo raio de alcance. Estes, por sua vez também batizavam filhos de seus pares, que compartilhavam a mesma trajetória pessoal no cativo. E assim a roda girava sempre no mesmo lugar. Os casos a seguir exemplificam bem esta premissa.

a) Rede de apadrinhamento de escravos de Antônio José Lopes de Araújo

Antônio José Lopes de Araújo é citado nos registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé entre os anos de 1811 a 1826 como sendo senhor de 114 escravos, entre inocentes e adultos. Os cativos Bento e Luiza faziam parte da sua senzala. Eles casaram no dia 4 de maio de 1817 e tiveram três filhos legítimos: O primogênito ganhou o mesmo nome do pai, Bento. O segundo se chamou Adão e o último foi Francisco. Os três tiveram padrinhos escravos e do mesmo senhor dos seus pais. Bento foi batizado pelo casal Joaquim e Violante no dia 26 abril de 1819. Adão foi apadrinhado por Ignácio e Isabel no dia 20 de maio de 1821. Francisco foi batizado em 13 de junho de 1823 por Paulo e Violante.

Dois dos três filhos do casal Bento e Luiza foram batizados por Violante. Talvez não tenha sido uma escolha aleatória. É provável que ela tivesse alguma relevância naquele meio, mais até do que relações preestabelecidas. Isso justificaria o fato dela ter apadrinhado outras crianças, como o segundo filho do casal Amaro e Catharina. Eles casaram no dia 15 de agosto de 1818 e tiveram dois filhos legítimos: João, que foi batizado por Antônio e Micaella no dia 22 de março de 1820, e Gabriel, apadrinhado por Benedito e Violante no dia 13 de junho de 1823.

Violante, juntamente com Joaquim, também foram padrinhos de Angélica, segunda filha do casal Ignácio e Isabel, que casaram no dia 31 de outubro de 1819. Ignácio e Isabel foram padrinhos do segundo filho de Bento e Luiza, chamado Adão. A reciprocidade entre compadres era algo constante, talvez como forma de estender a família, unido através desses laços de relacionamento.

Os escravos Violante e Joaquim foram padrinhos também do inocente Domingos, filho legítimo do casal Francisco e Graciana. Já fazendo par com Benedito, Violante apadrinhou a inocente Sinhazinha, filha legítima de Vicente e Teodora, em 13 de junho de 1823.

Violante desaparece dos registros de batismo em 1826. Os registros não mostram sua filiação nem maridos. É possível que ela tivesse idade avançada e morrido após esse período. Isso explicaria uma condição de anciã respeitada pelo grupo e requisitada para apadrinhamentos.

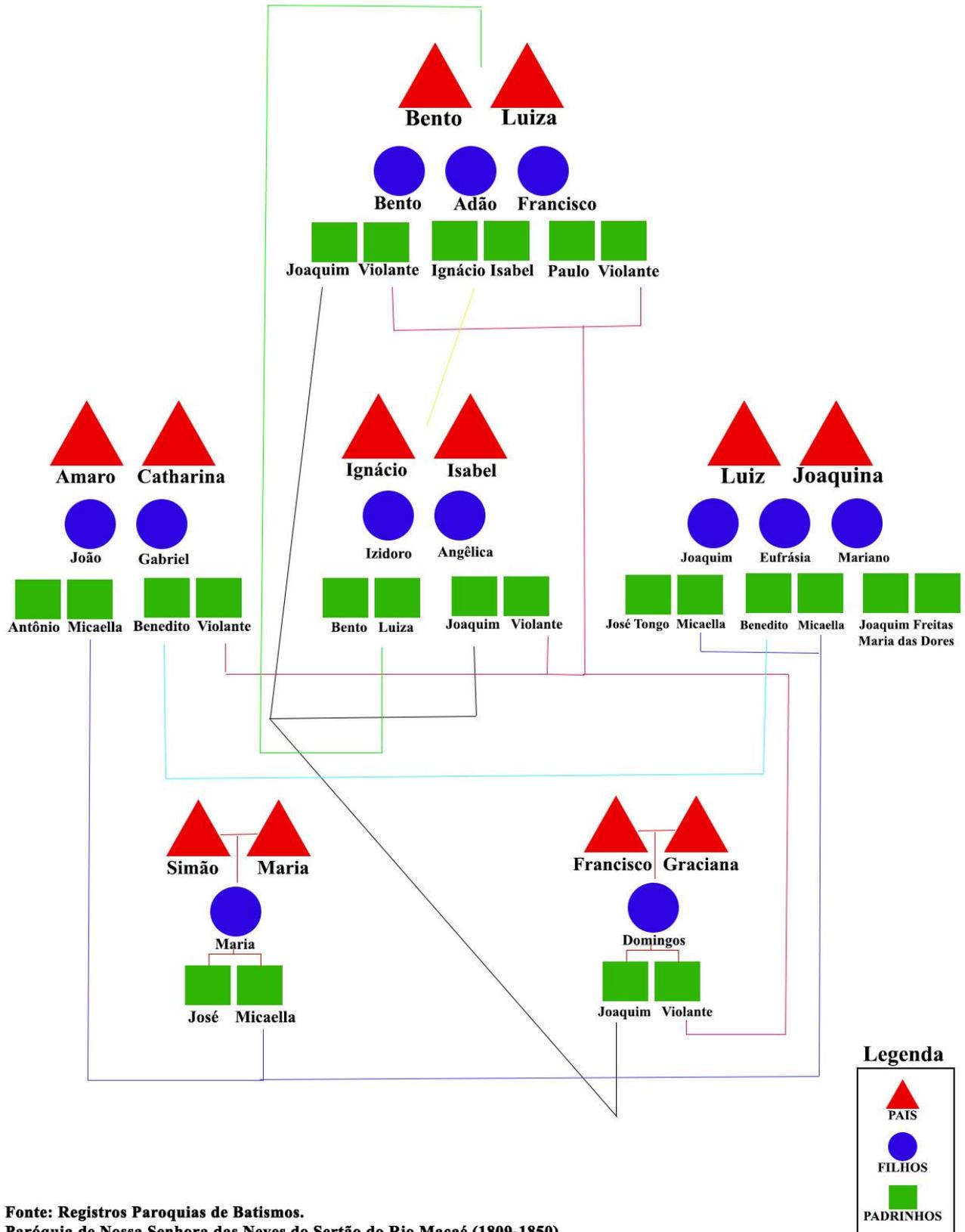
Joaquim, que fez par com Violante em algumas cerimônias de batismo apadrinhou também cinco escravos adultos entre 1818 a 1822 e mais um inocente chamado Domingos, filho legítimo de Francisco e Graciana.

Já Benedito, que aparece nos registros também apadrinhando junto com Violante estabeleceu rede com o casal Luiz e Joaquina. Ele foi padrinho da segunda filha, Eufrásia. O batismo foi realizado no dia 10 de novembro de 1822 e contou com a escrava Micaela como madrinha. Ela também foi madrinha do primeiro filho do casal, com nome de Joaquim, em 6 de julho de 1819. Estes não foram os únicos batismos dessa escrava. Ela aparece nos registros como madrinha da inocente Maria, única filha do casal Simão e Maria. Micaela já foi citada anteriormente apadrinhando o primeiro filho do casal Amaro de Catharina. É provável que ela tenha sido madrinha de outros escravos não amparados nesses registros. Assim como Violante, Benedito e Joaquim, ela foi requisitada por muitas famílias. Muitas dessas já estavam ligadas por meio do batismo. O que mostra que havia uma grande extensão familiar e alguns indivíduos especificamente foram mais escolhidos como padrinhos. Os documentos de batismo informam que ela teve um filho legítimo chamado Manuel com o também escravo de seu senhor, nomeado como José. Manuel foi batizado no dia 8 de setembro de 1822. Seus padrinhos não faziam parte de nenhuma rede aparentemente. Estes e outros exemplos estão graficamente representados no organograma abaixo.

Os triângulos vermelhos representam os pais. Já os círculos azuis ilustram os filhos. Eles estão sempre perfilados logo abaixo da representação gráfica dos pais. Em seguida, estão os padrinhos, exibidos na forma de quadrados verdes. Aparecem em pares, exatamente abaixo de cada filho. Todos os elementos gráficos são nomeados conforme descritos nos registros de batismo. As ligações de apadrinhamento estão representadas por setas coloridas, uma para cada padrinho. Este padrão se repetirá em todas os cinco organogramas.

Organograma 1

Fragmento da rede de compadrio de Violante, Joaquim, Benedito e Micaella escravos de Antônio José Lopes de Araújo.



Fonte: Registros Paroquias de Batismos.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

b) Rede de apadrinhamento de escravos de Custódio José Teixeira Pinto

Custódio José Teixeira Pinto aparece nos registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves como sendo senhor de 132 escravos, entre 1811 a 1842. É provável que este número seja maior, pois para esta pesquisa não foi utilizado demais documentos para identificar a sua fortuna, como inventário, por exemplo. Mesmo assim não há como desprezar a sua importância na região. Em muitos assentos ele aparece como sendo da fazenda Atalaia. Mas outros senhores também são citados nos documentos vinculados a fazenda. Provavelmente se tratava de uma propriedade grande, como outros moradores. Talvez parentes. Os registros paroquiais de terras não informam suas características, mas pela quantidade de escravos há de se imaginar que teria certa relevância econômica.

A partir de 1826, os registros de batismo identificam Custódio com a patente de militar de capitão e encerra a sua aparição nos documentos em 1826. Apesar do número de escravos, um dos maiores da freguesia nesse período, não houve registros de adultos. Suas posses se caracterizavam pela totalidade de crioulos, casados, com alta taxa de legitimidade das proles. Todos os seus escravos inocentes foram apadrinhados pelos seus próprios cativos. Poucos casos mostram apadrinhamento com pessoas livres, mas estas estavam ligadas a fazenda.

Observando as ligações de rede entre seus escravos é possível perceber que raramente o padrinho ou a madrinha desempenhavam este papel separado do seu cônjuge. A rigor, casais apadrinham filhos de outros casais. Normalmente todos os filhos. Este fenômeno é bem visível na prole do casal Anselmo e Joaquina. Eles tiveram quatro filhos entre 1811 a 1816. A primogênita, Maria, foi batizada em 12 de janeiro de 1811 por Claudiano. Não há anotação da madrinha. O segundo filho teve como padrinhos o casal Claudiano e Maria, numa cerimônia realizada no dia 11 de outubro de 1812. O terceiro filho foi batizado pelo casal de forros Antônio Alves e Francisca Rosa, em 11 de novembro de 1811. O casal Claudiano e Maria voltaria a se ligar a família de Anselmo no batismo do quarto filho, chamado João, em 8 de dezembro de 1816.

Claudiano e Maria batizaram três dos quatro filhos de Anselmo. É provável que houvesse uma proximidade consistente entre as duas famílias e o batismo reforçaria esses laços, estendendo o raio de alcance político e social dessa união. Mesmo sendo importante aumentar o poder de influência horizontalmente, com seus pares, a lógica da rede é sempre no sentido de escalada vertical. O casal Anselmo e Joaquina trabalhou este

conceito escolhendo como compadres pessoas livres para batizarem seu terceiro filho, mesmo que estas fossem próximos das suas relações.

A mesma estratégia foi empregada por Claudiano e Maria. Apesar de batizarem muitos escravos, quatro dos seus seis filhos foram batizados por pessoas livres. Demétrio, seu primogênito, foi batizado em 3 de fevereiro de 1811 por José Ferreira Maia e Barbara Alexandrina. Ambos livres. O segundo filho, chamado Feliciano também foi batizado por José Ferreira Maia, em 25 de julho de 1813. O batismo do terceiro filho seguiu a mesma lógica. Cleto foi apadrinhado por Luiz Antônio Pires e Ana, ambos livres, conforme apontado pelo vigário que oficializou a cerimônia. Agostinho, seu quarto filho foi batizada pelo forro Narciso e a escrava Catarina, em 21 de abril de 1818. O quinto filho foi batizado pelo casal de escravos Ignácio e Anastácia e o sexto também foi batizado pelos cativos João e Clara, em 29 de junho de 1828.

O apadrinhamento de tantos filhos com pessoas afastadas do cativo não é uma lógica percebida nos registros da freguesia de Neves nesse período. Essa prática sugere que os escravos poderiam ter bastante influência local ou mesmo alguma relevância numa atividade serviçal. Infelizmente a fonte não entrega essas informações. A relação entre compadres geralmente ficava restrita aos próprios pares, mesmo em propriedades menores. Estes eventos levam a crer que especificamente estes compadres livres talvez fossem mais próximos aos escravos, morando ou trabalhando na fazenda, dividindo algumas rotinas de trabalho. Esta convivência poderia estreitar os laços, ao ponto de formalizarem alianças pelo batismo.

Estes livres que apadrinharam quatro dos seis filhos do escravo Claudiano e Maria também foram padrinhos de dois inocentes apontados pelo vigário como naturais. O primeiro foi Rosamaria, identificada apenas como filha de Guilhermina. O batismo foi no dia 26 de novembro de 1826. Foram padrinhos José Ferreira Maia e Ana Francisca. Já no dia 28 de março foi o batismo de Albina, filha de Páscoa. José Ferreira Maia voltou a ser requisitado com padrinho, ao lado de Barbara Alexandrina, que também havia sido madrinha do primeiro filho de Claudiano.

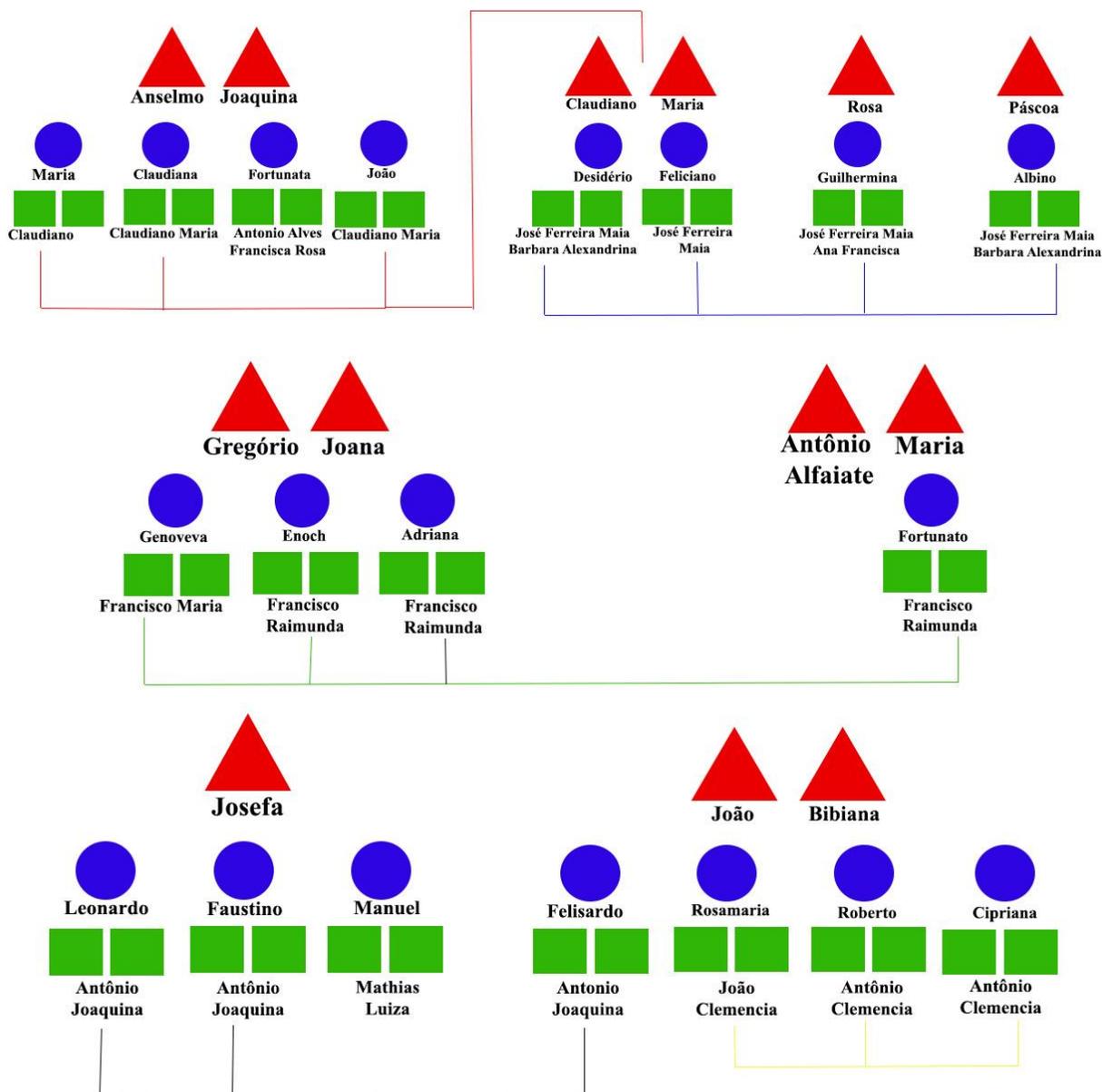
A lógica do apadrinhamento cruzado entre famílias foi recorrente, conforme já observado na análise dos escravos de Antônio José Lopes de Araújo (item a). A mesma prática se repete neste momento, mas com um pequeno diferencial. A relação parece ser mais íntima e casais são escolhidos para apadrinhar todos os filhos, ou a maioria deles. Não parece haver necessariamente uma preferência por casais específicos. Eram famílias inteiras se ligando a outras. Um bom exemplo se percebe no casal de escravos Francisco

e Raimunda. Eles apadrinharam todos os três filhos legítimos de Gregório e Joana, casados em 22 de setembro de 1813. Quatro anos depois, em 18 de novembro de 1817 Francisco apadrinhou Giovana, primeira filha do casal. O segundo filho, chamado Enoch foi apadrinhado por Francisco e Raimunda em 14 de fevereiro de 1819. Já em 15 de agosto de 1823 foram padrinhos da última filha do casal, Adriana. O casal Francisco e Raimundo ainda formaria rede com a família de Antônio Alfaiate e Maria, apadrinhando seu filho Furtuoso, em 4 de abril de 1824.

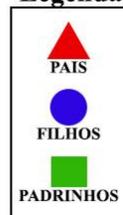
O mesmo perfil de apadrinhamento foi percebido nas relações do casal de escravos Antônio e Clemência. Eles foram padrinhos de três dos quatro filhos legítimos de João e Bibiana. O outro filho foi batizado pelo casal Antônio e Joaquina, que oficializaram união em 29 de junho de 1812. Eles também apadrinharam dois dos três filhos naturais da escrava Josefa: Leonardo, em 9 de novembro de 1814 e Faustino, em 8 de fevereiro de 1818. Estas e outras conexões estão graficamente representados no modelo abaixo.

Organograma 2

Fragmento da rede de compadrio de escravos de Custódio José Teixeira Pinto



Legenda



Fonte: Registros Paroquiais de Batismos.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

c) Rede de apadrinhamento de escravos de Custódio Gomes Braga

Custódio Gomes Braga é citado nos registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves entre os anos de 1810 a 1829 como sendo proprietário de 70 escravos batizados, divididos em 42 inocentes e 28 adultos. Estes números podem ser maiores, pois a contagem se baseou apenas nos registros de batismo. Todos os seus escravos adultos foram batizados por seus próprios cativos. Com relação aos escravos inocentes, a tendência predominante sobre a escolha dos compadres permaneceu, ou seja, quase sempre eram selecionados membros do próprio senhor.

A análise dos registros de batismo da freguesia de Neves aponta que não houve consideráveis conexões de rede de apadrinhamento. Raramente um cativo apadrinhava mais de dois inocentes. No caso dos batismos de adulto, quatro cativos dão conta do cumprimento burocrático de apadrinhar os 28 escravizados de Custódio.

As poucas conexões ramificadas não limitam a sua importância e algumas exceções se destacam nesse cenário. É o caso da escolha constante de uma madrinha forra. Isabel é citada nos registros como negra e forra. Porém estabeleceu relações exclusivamente com algumas famílias desse plantel. Os momentos em que é citada nos registros de batismo ou de casamento está atrelada a escravos de Custódio Gomes Braga. É provável que ela já tenha sido escrava desse senhor até ganhar a alforria, porém, manteve conexões com os outros que não tiveram o mesmo destino. Outra hipótese é a relações estreita com o senhor, que manteve próxima até depois da condição de cativo. Poderia ter sido uma escrava doméstica ou mesmo alguém com relevância na propriedade, que mesmo alforriada permanecia na fazenda.

Isabel estabelece conexão de compadrio com o casal Jacinto e Rita, casados em 29 de novembro de 1811. Eles tiveram três filhos, segundo os registros de batismo. O primeiro foi Marcelino, batizado em 21 de março de 1813 pelos escravos Diogo e Clemencia. Joana nasceu dois anos depois e foi apadrinhada por Felipe José Índio e Isabel Preta Forra. Já o terceiro filho, chamado Pio, nasceu cinco anos depois e foi apadrinhado por Felipe. Ele também foi padrinho de nove cativos adultos de seu senhor.

Felipe José Índio e Isabel Preta Forra também apadrinharam a inocente Jesuína, filha legítima do casal José e Maria, casados em 20 de maio de 1815. Além de ser madrinha do filho do casal, Isabel foi uma das testemunhas do casamento.

O casal de escravos Francisco e Isabel também escolheram Isabel Preta para ser madrinha da sua primogênito, chamada Isabela. O batismo foi anotado como sendo no

dia 26 de março de 1813 e contou com o escravo João como padrinho. A segunda filha do casal, Maria, foi batizada em 12 de janeiro de 1818 por Felipe e Maria Vitória.

Isabel Preta também batizou Martinho, o filho de Domingos e Damázia. O escravo Damázio foi o padrinho. Segundo o registro de batismo, a cerimônia aconteceu no dia 15 de fevereiro de 1813.

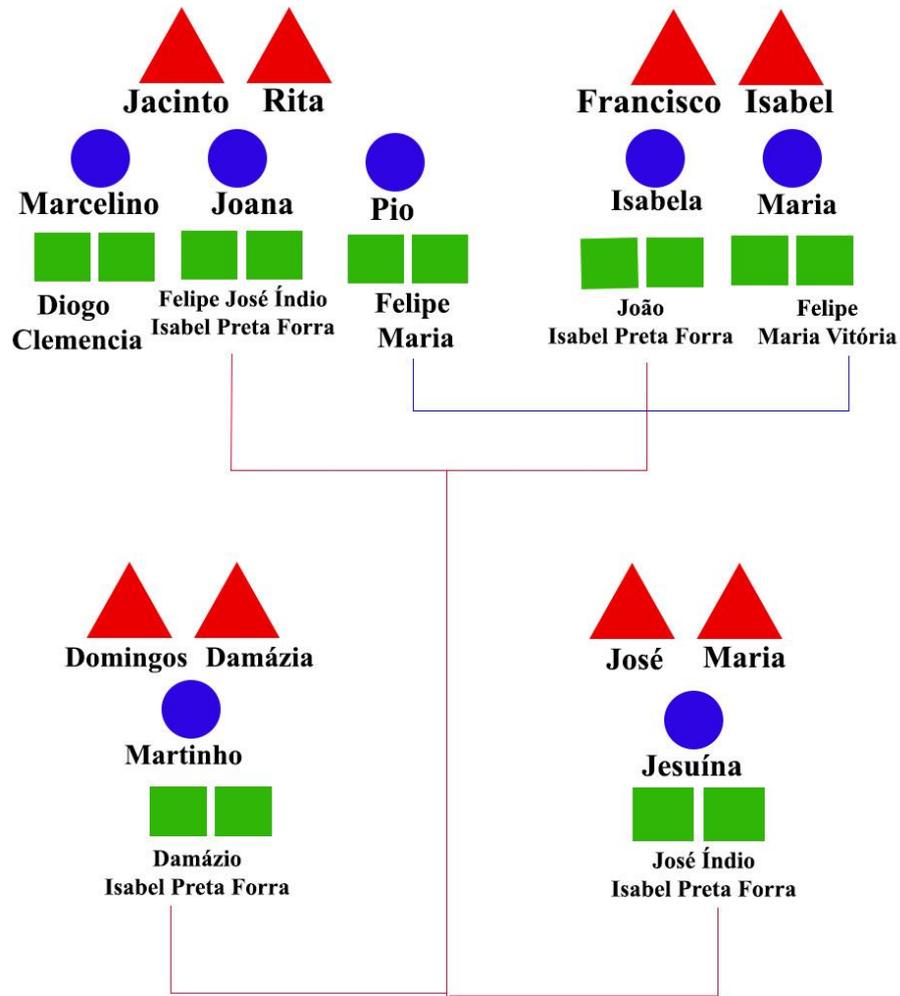
A relação de Isabel não se restringia apenas a função de madrinha. Ela também foi testemunha de casamento de escravos. Além do casal José e Maria, já citados, Isabel foi testemunha do casal Antônio e Ana, em 12 de dezembro de 1812, e da união de Damázio e Antônia, em 28 de junho de 1811.

Os registros de batismo informam que Isabel foi senhora de uma escrava adulta chamada Constância, batizada em 31 de maio de 1824. Nove anos depois, Constância tem uma filha natural chamada Benedita. Seu batismo ocorre no dia 10 de maio de 1833 sem anotação dos nomes dos padrinhos. No mesmo ato, Isabel concede alforria a inocente.

Os documentos de batismo não informam se ela fora senhora de mais escravos. É provável que sim, pois os senhores citados nesses registros não possuíam menos de cinco escravos. A grande oferta de cativos africanos na região, devido a movimentação de traficantes, poderia ter tornado acessível a aquisição. Se havia mais escravos ou não pouco altera a relação que Isabel construiu com a escravaria de Custódio Gomes Braga. Mais do que buscar uma figura já afastada do cativo para estreitar relações, os casais que escolheram Isabel para madrinha poderiam ter estabelecido proximidades sentimentais e respeitosa, sem exclusivamente objetivar facilidades próprias dessas conexões.

O gráfico a seguir mostra as conexões que Isabel Preta Forra estabeleceu com os escravos de Custódio Gomes Braga, entre 1811 a 1824.

Organograma 3
Fragmento da rede de compadrio de escravos
de Custódio Gomes Braga



Fonte: Registros Paroquias de Batismos.
 Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

d) Rede de apadrinhamento de escravos de Antônio Francisco de Figueiredo

Antônio Francisco de Figueiredo é citado nos registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves como sendo proprietário de 117 escravos batizados, divididos em 85 adultos e 32 inocentes. Entre os anos de 1819 a 1836, ele é reconhecido pela patente militares de sargento-mor. Posteriormente, os vigários anotaram como major-mor, permanecendo assim até 1844, quando não é mais citado nos documentos.

Os escravos adultos não foram batizados exclusivamente por cativos da sua propriedade, como ocorria frequentemente, inclusive nos exemplos já citados nesta pesquisa. Houve, na verdade, uma participação bem expressiva de livres que desempenhavam o papel de apadrinhar esses africanos. Delfino José Fernandes, Antônio Francisco, João Francisco e Maria, entre outros são citados pelos vigários como livres. Eles também foram opção de escolha preferencial entre as escravas que tiveram filhos naturais para apadrinharem seus inocentes.

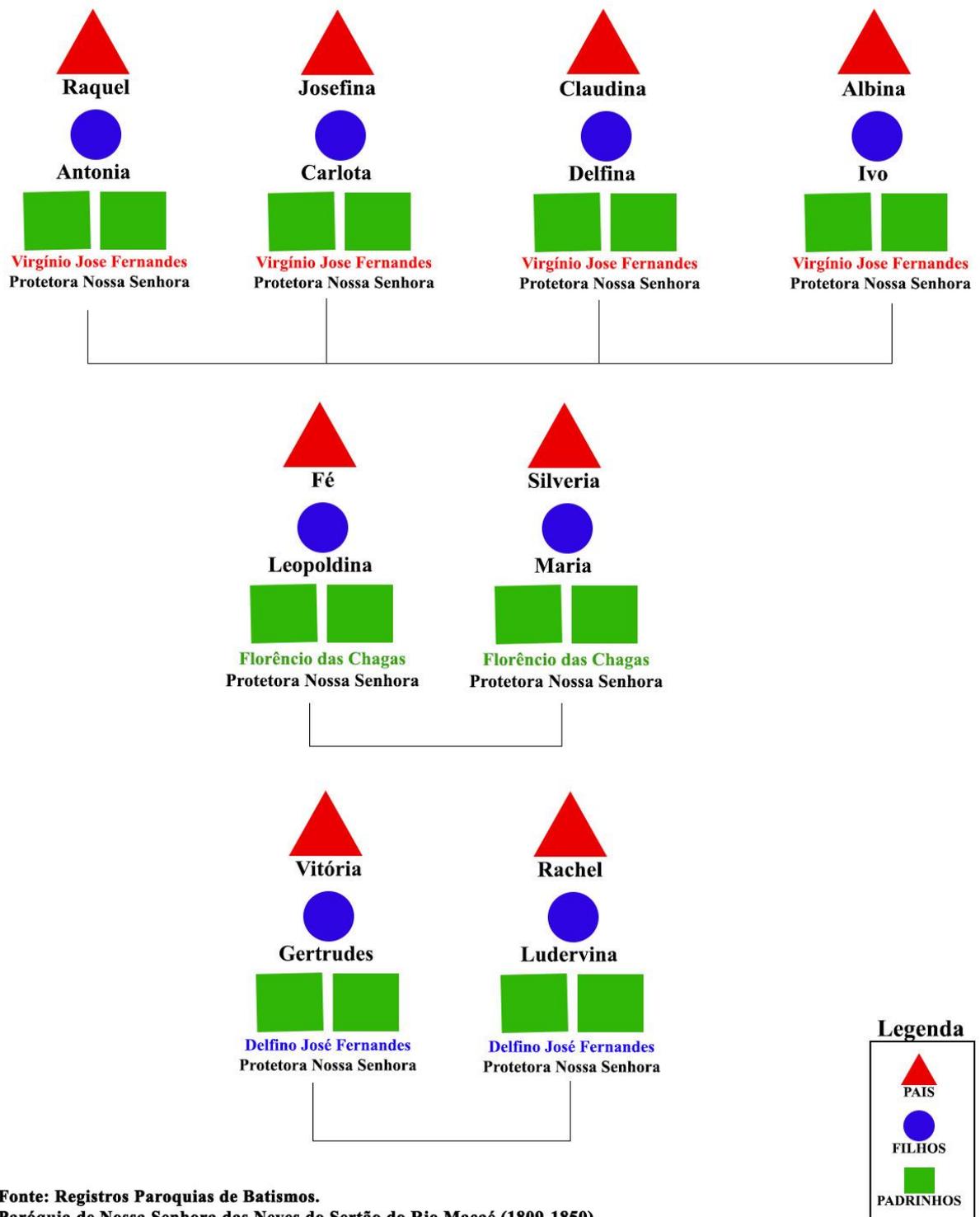
Há de se pensar que estes indivíduos não foram escolhidos de forma aleatória pelo senhor ou suas escravas para cumprirem o papel de padrinhos. É provável que eles residissem na fazenda ou na órbita de extensão das propriedades. Eram pessoas próximas dos escravos e do senhor.

Talvez não seja viável supor que os africanos batizados coletivamente tenham escolhidos propositalmente estas figuras como seus padrinhos. O senhor poderia ter feito essa opção. Mas no caso das escravas, é provável que houve uma escolha objetiva. Garantir um padrinho livre ou forro para seus filhos poderia ser uma estratégia protetiva, já que a mãe nem sempre poderia contar com o amparo de um marido/companheiro, ou mesmo uma família extensa. A condição de filho natural já sugere que esta escrava não concebeu o inocente numa relação constituída de casamento, o que reduz as chances de agregar mais pares a sua rede. Afinal, como já foi observado, os filhos legítimos tinham mais chances de serem apadrinhados por figuras mais destacadas no cativo.

As 12 escravas que tiveram filhos apontadas pelo padre do batismo como natural escolheram madrinhas espirituais. As santas protetoras também estiveram presente em 28 dos 85 batismos de adulto. É provável que a escolha nas cerimônias dos africanos tenha sido feita pelo padre, como era hábito nos casos de escravos “boçais”. Porém, entre as escravas pode ter sido uma escolha deliberada. Talvez por falta de opção de candidatas ou mesmo influência dos vigários. Vejamos como ficaram as redes no gráfico 4. Os nomes dos padrinhos livres estão representados por cor. Assim é possível diferencia-los.

Organograma 4

Fragmento da rede de compadrio de escravos de Antônio Francisco de Figueiredo



Fonte: Registros Paroquias de Batismos.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

e) Rede de apadrinhamento de escravos de Dona Ana Joaquina

Entre os anos de 1817 a 1824, Dona Ana Joaquina é citada nos registros de batismo da freguesia de Neves como sendo proprietária de 31 escravos batizados. Nenhum adulto, contrariando a tendência de muitos senhores que possuíam menor número de escravos. Todos os batismos foram entre escravos. Alguns preferiram estabelecer relações de apadrinhamento com escravos do senhor Custódio José Teixeira Pinto. Porém o inverso não se verificou.

Apesar do número de escravos ser reduzido, em comparação a outros senhores, o perfil de escolha dos compadres se manteve, ou seja, havia preferência por padrinhos também cativos. A alta legitimidade dos inocentes foi justificada pela presença expressiva de casais casados (ou sabidamente estáveis), que, por sua vez, foram padrinhos da prole de outros casais em igual situação. Logo o que se percebe é a repetição de casais de padrinhos em vários batizados. A figura unitária de outro membro apadrinhando frequentemente e separadamente é percebida, mas não se mostrou uma regra.

Os escravos Pedro e Francisca reproduzem bem a lógica de apadrinhamento sem a separação do casal. Eles estabeleceram aliança na cerimônia de batismo de dois dos três filhos de Francisco e Gertrudes, mencionados nos registros de batismo da freguesia de Neves. A primogênita Emerenciana foi batizada no dia 6 de maio de 1816. Já a segunda recebeu o batismo no ano seguinte, em 7 de fevereiro de 1819.

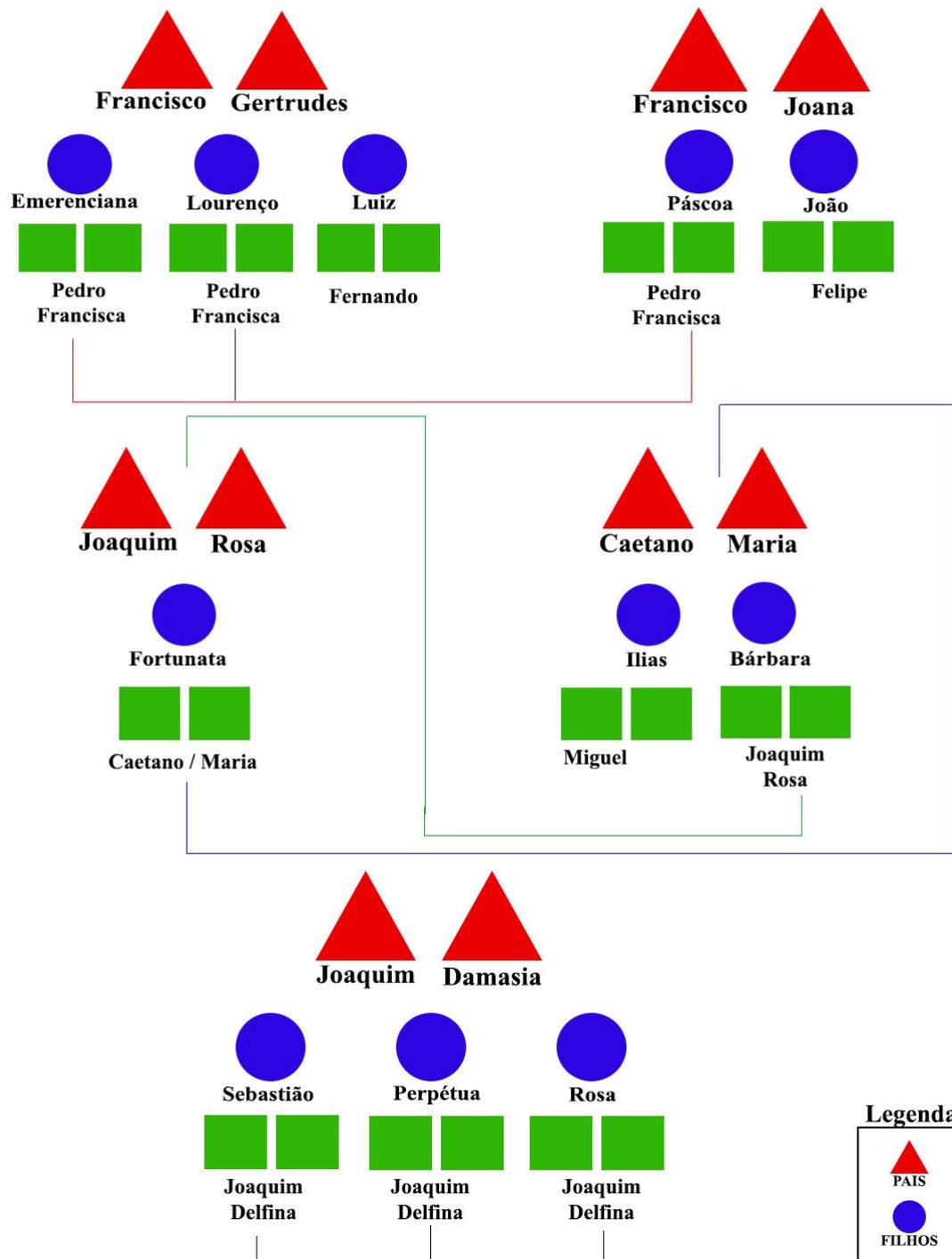
Estes não foram os únicos inocentes que o casal Pedro e Francisca batizaram. No dia 7 de abril de 1822, eles apadrinharam Páscoa, a primeira filha do casal Francisco e Joana. O segundo filho, chamado João, foi apadrinhado por Felipe, escravo de Custódio José Teixeira Pinto, em 29 de março de 1824.

A prática de apadrinhamento cruzado, ou seja, um casal batiza a prole do outro foi bastante visível em todas as redes de batismo. A estratégia poderia privilegiar o fortalecimento das famílias, torna-las mais próximas e unidas. Os laços são mais robustos, configurando uma família extensiva, como no caso entre os casais de escravos Joaquim e Rosa com Caetano e Maria. O casal Joaquim e Rosa é mencionado nos registros como pais de apenas uma inocente, chamada Fortunata. Ela foi batizada em 16 de setembro de 1920 pelo casal Caetano e Maria. Este mesmo casal é citado nos documentos como sendo pais de dois filhos. O casal Joaquim e Rosa apadrinharam o segundo, chamada de Barbara.

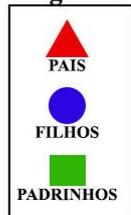
Não é raro também um casal apadrinhar todos os filhos de um outro casal. Joaquim e Damásia tiveram três filhos. Todos foram batizados pelo casal Joaquim e Delfina.

Organograma 5

Fragmento da rede de compadrio de escravos de Dona Ana Joaquina



Legenda



Fonte: Registros Paroquias de Batismos.
Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1850).

Considerações Finais

Analisar as relações de compadrio na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé no período que corresponde a primeira metade do século XIX é quase impossível sem observar o contexto histórico, social e econômico da região. A presença elevada de escravos desde o século XVIII, em número muito superior à de livres e forros, já sugere que havia forte demanda por mão de obra, elevando Macaé a um grau de importância econômica no norte fluminense, principalmente pela forte atividade agrícola, que abastecia as demandas do mercado interno e a corte. O porto de Imbetiba atuou como canal de escoamento até o porto do Rio. O cultivo do café, da cana de açúcar, bem como a extração de madeira movimentou a economia local, o que elevou o nível de enriquecimento de muitos senhores da região.

A freguesia de Neves agrupou condições ideais para o cultivo de lavoura de alimentos, o que despertou a atenção de imigrantes de outras regiões. O crescimento populacional acompanhou o processo de expansão das lavouras e dos engenhos, formando uma elite proprietária de grandes fazendas, mas também agricultores pobres ou médios, que também atuavam no abastecimento local.

Com a necessidade cada vez maior de mão de obra cativa nas fazendas, ergueu o número de escravizados na região. O fluxo foi constante e a integração desses personagens produziu fenômenos distintos e suas relações familiares foram além do parentesco sanguíneo. Nesse ponto, as fontes documentais, como os registros de batismos, foram peças fundamentais para compreender essas relações e o grau de envolvimento de seus membros.

Os documentos da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé possuem alto grau de informação sobre padrinhos, batizados, proprietários e até sobre as fazendas de cada um desses personagens. Não raro, informam até uma pequena genealogia de batizados mais abastados ou com relevância na região. Os três párocos que produziram esses registros no período compreendido da pesquisa foram bem detalhistas, de modo geral. Através do trabalho de tabulação desses dados foi possível fazer uma análise mais fina do comportamento familiar na freguesia, sem excluir o complemento de outras fontes.

Os registros não deixam dúvidas que as relações de compadrio foram mais intensas entre os pares cativos, sem excluir a possibilidade de outras extensões familiares, inclusive com forros, livres, índios e brancos.

Mais do que buscar alforrias, as afinidades com membros próximos ou da mesma condição de cativo poderia ampliar a rede familiar e proporcionar mais apoio político ou mesmo social (no contexto da senzala).

A pesquisa mostrou que o número de filhos legítimos foi superior aos filhos naturais. Este fato sugere que havia um estímulo ou mesmo passividade dos senhores quanto às possibilidades de união formal entre cativos. Este fenômeno foi percebido tanto em fazendas com número elevado de escravo, quanto nas propriedades menores. Era uma prática habitual.

Se havia forte tendência a casamentos e uniões estáveis entre escravos, o mesmo ocorria nas relações de compadrio. A preferência majoritária era por cativos, principalmente os que dividiam o mesmo senhor. O perfil de uniões matrimoniais e de apadrinhamento seguiu um perfil bem fechado, com poucas brechas. Eles escolhiam seus parceiros preferencialmente do mesmo senhor, geravam filhos legítimos, que quase sempre eram apadrinhados por seus pares também cativos. Estes, por sua vez, apadrinhavam a prole de seus pares, que normalmente comungavam da mesma trajetória pessoal. Portanto, o ciclo de uniões era autoalimentado num raio de alcance muito próximo.

Provavelmente esta estratégia foi benéfica para todos os lados. Com a família por perto, havia menos possibilidade de problemas na escravaria, como fuga, rebeliões, etc. Esta estabilidade familiar também agradava aos escravos. Era uma forma bem eficaz de estender laços de solidariedade e reforçar traços culturais com membros que pertenciam as mesmas tradições.

Seria leviano imaginar que essa situação se viu livre de conflitos. Além disso, houve famílias que subverteram este perfil de união e buscaram conexões com indivíduos já afastados do cativo. A complexidade da sociedade escravista não permitiu estabelecer padrões assertivos, mas sim tendências que são seguidas por boa parte dos envolvidos. A freguesia de Neves não foi diferente. Foi observado uma parcela da população escrava que buscou padrinhos livres e forros. Nesse particular, as mães que tiveram filhos naturais encabeçaram essa proporção numérica, mas sem rivalizar com a tendência oposta, que privilegiava a formação de redes de compadrio com também escravos.

As estratégias que envolveram a escolha dos padrinhos sempre partiram da premissa da obtenção de vantagens, sejam elas as mais diversas. No caso da freguesia de Nossa Senhora das Neves, a alforria não foi o objetivo exclusivo desses cativos. Se havia maior tendência em estabelecer redes de compadrio com membros do mesmo estado

jurídico dos compadres, este benefício seria dificilmente acessível. Os 33 escravos inocentes agraciados com a liberdade na pia batismal, durante o período da pesquisa, foram filhos naturais, possivelmente frutos de relacionamentos entre senhores e seus escravos. Diante desse cenário, é possível imaginar que alianças políticas e familiares seriam mais bem vistas nesse contexto.

A partir do final da segunda metade do século XIX, houve aumento considerável de escravos africanos. O tráfico de cativos sempre foi uma atividade presente na região, pois havia um porto em atividade, ficava longe das vistas da corte e havia demanda crescente por mão de obra nas lavouras de café e cana de açúcar.

A presença de africanos em número cada vez maior superava a quantidade de crioulos nas propriedades. Os batismos coletivos, geralmente em proporção elevada, não proporcionavam a chance de formar alianças, pois normalmente os padrinhos eram escolhidos pelo senhor, que exerciam a atividade meramente formal. Muitos deles apadrinham 30 africanos de uma vez.

Os crioulos, por sua vez, raramente estabeleciam alianças com africanos, pelo menos com relação ao batismo. Não foi possível observar número considerável de africanos compadres de crioulos ou numa situação contrária. É provável que teria havido integração pelo casamento, mas este não faz parte da presente pesquisa.

Um dos motivos que poderia explicar a timidez nos registros de batismos nas relações de rede entre africanos e escravos negros brasileiros estaria numa forma de preservar laços culturais já estabelecidos ou mesmo a presença do “outro”, ainda que comungassem de traços ancestrais e religiosos. A pesquisa não aprofundou nessas relações, mas é possível que haja outras explicações.

O estudo das relações de compadrio na freguesia de Neves mostrou o quanto é complexo e difícil estabelecer perfis de apadrinhamento durante o período de escravidão no Brasil. Vários fatores podem ser determinantes para modificar a estrutura dessas relações e o nível de prioridade das agendas de cada grupo. Analisar apenas a documentação não reproduz com qualidade o contexto histórico que leva a formar tendências no perfil de apadrinhamento. Nem sempre os interesses e objetivos são similares. Não há dúvidas que formar redes e escolher estrategicamente padrinhos visa sempre benefícios, possibilidade de vantagens. Mas são sempre subjetivas e quase nunca respeitam padrões.

Observar com detalhes a freguesia de Neves mostrou que formar redes de compadrio tem um conceito mais abrangente, que envolve mais do que a busca incessante

da alforria. A formação familiar, com alcance cada vez maior dentro do mesmo espaço de convivência se mostrou o objetivo desses escravizados. Esta lógica subverte perfis de outras localidades espalhadas pelo Brasil no período colonial. Isso mostra o quanto foi complexo a sociedade escravista e ao mesmo tempo estimulante, pois compreender estes contextos é um saboroso desafio para qualquer pesquisador.

Referências bibliográficas

LIVRO

AMANTINO, Márcia Sueli. *Quilombos em Macaé no século XIX*. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007.

AMANTINO, Marcia. *Macaé nos séculos XVII e XVIII: ocupação e povoamento*. In: AMANTINO, Marcia, RODRIGUES, C., ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis. *Povoamento, Catolicismo e escravidão na Antiga Macaé (séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BRÜGGER, Silvia M. Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del-Rei Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CASTRO, Hebe. *História Social*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

CARDOSO, Vinício Maia. *Fazenda da Colégio: Família, fortuna e escravismo no Vale do Macacu – séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012.

CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de São Tomé*. Campos dos Goytacazes: Typ. e Lith. De Silva, Carneiro & Companhia, 1888.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

CAUTIERO, Gisele Munis dos Santos; FRANCO, Maria da Conceição Vilela; TAVARES, Alice F (Organizadores). *Relatos e Personagens na História de Macaé*. Macaé, RJ, Solar dos Mellos, 2014.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Editora Global, 2004.

FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (século XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e

GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos. A Dinâmica imperial portuguesa (século XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GINZBURG, Carlo. *A micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s/a, 1989.

GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

GUDEMAN, Stephen e SCHWARTZ, Stuart. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*. In: REIS, João José. (org) *Escravidão e invenção da liberdade: estudo sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988. IBGE. *Conselho Nacional de Estatística*. Macaé. Rio de Janeiro. Coleção de Monografias. N° 201, 1959.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 -1808*. São Paulo: Paz e Terra. 1988. p.127 - Carta a Martim Ferreira, de 12 de agosto de 1545. Apud: Alberto Lamego — *A Terra Goitacá à Luz de Documentos Inéditos*. Rio de Janeiro, Garnier, 1913, Vol. I, p. 199, nota 21.

LAMEGO, Alberto. *Macaé à luz de documentos inéditos*. In: Anuário Geográfico do estado do Rio de Janeiro. IBGE, 1958, n.11.

MARCONDES, Renato Leite. *Quem eram os credores? Hipotecários, depositantes e capitalistas paulistanos (1865-1930)*. In: XI Congresso de História Econômica. 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória. ES, 2015.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas; UCAM, 2003.

_____, *The birth of African-American culture: an anthropological perspective*. Boston: Beacon Press, 1992.

NEVES, Guilherme Pereira das. *Constituições Sinodais*. in: VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 145.

PARADA, Antônio Alvarez. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, vol II, 1995.

PENHA, Ana Lúcia Nunes. *A pesquisa histórica e a sua contribuição para a construção da memória macaense*. In: AMANTINO, Marcia, RODRIGUES, C., ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis. *Povoamento, Catolicismo e escravidão na Antiga Macaé (séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAMOS, Donald. *Teias sagradas e profanas. O lugar do batismo na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro*. Revista Varia História. Belo Horizonte, nº 31 p.1-286, janeiro, 2004.

RODRIGUES, H. S. Campos. *Na taba dos Goitacases*. Imprensa Oficial – Biblioteca de Estudos Econômicos. Série Municípios. Niterói, 1988.

RODRIGUES, C. ; FRANCO, M. C. V. . *Notas sobre a presença e a atuação da Igreja católica na Antiga Macaé*. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Claudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis.. (Org.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (Séculos XVII ao XIX)*. 1ªed.Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, v. 1.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *A cidade de Macaé. Viagem dessa cidade aos limites do Distrito de campos dos Goitacazes*. In: *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Leonam de Azevedo Penna, São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 (Capítulo XIX).

SCHWARTZ, S. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.

SEBASTIÃO Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado de Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos de Goitacases, c.1750- c.1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas: Assistência à Criança de Camadas Populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas, Papirus, 1999.

XAVIER, Ângela; HESPANHA, Antônio. *As redes clientelares* In: Hespânia, A M (coord). *História de Portugal. O Antigo Regime, Vol 4*. Lisboa: Ed. Estampa.

ARTIGO DE REVISTAS

AMANTINO, Marcia. *Exposição do Padre Antonio Vaz Pereira acerca da degradação dos Índios do Aldeamento de São Lourenço e de São Pedro. Queixas contra os Padres José dos Reis e Manoel de Andrade da Companhia de Jesus – 1757*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Volume 168, Edição 437.

COSTA, Iraci del Nero da. *Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismos, casamento e óbito*. Lph - Revista de História, Mariana, n.1,1990.

FREIRE, Jonis; SOUSA, Jorge Prata de. *O tráfico ilícito no litoral norte fluminense, c.1831 - c.1858*. Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 9, p. 29-47, 2013.

GUEDES, Roberto. *Notas sobre fontes paroquiais de batismo*. In: Caderno de Estudos e Pesquisas. Ano VIII. Nº19 (janeiro/abril 2004). São Gonçalo, Rio de Janeiro: UNIVERSO, 2004.

TESE E DISSERTAÇÃO

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé (1852-1888)*. Dissertação de Mestrado Universidade Severino Sombra, 2006.

CRISTO, Mirian Siqueira. *A elite imperial entre mulas, bruacas, caixas e faluas: Porto das Caixas (1831) 1874*). Dissertação de Mestrado Universidade Salgado, Niterói. 2017.

FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre*. 2001. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida: sentenciamentos, assassinatos e sepulturas como elementos de construção da memória macaense (1855-1910)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2009.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese de doutorado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PENHA, Ana Lúcia Nunes. *Nas águas do canal. Política e poder na construção do canal Campos – Macaé. (1835-1875)*. Tese de doutorado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

PINTO, Clarice de Paula Ferreira. *O Imperador reina, governa e administra: o Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial (1836-1843)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição. Famílias negras em Paraíba do Sul 1872-1920*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

TEXTO EM ANAIS DE CONGRESSO

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Legitimidade e comportamentos conjugais. São João del Rei, século XVIII e primeira metade do XIX*. X Seminário de Economia Mineira, 1998.

FREITAS, Carlos; PLUHAR, Cristiano. *Mappa Topographico do Districto dos Campos Goiatacaz – 1785*. In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórico, 5, 2011, Paraty RJ. Anais (online).

MARASCHIN, Gabriel de Azevedo. *A organização do espaço produtivo fluminense: a relação entre a ocupação da província do Rio de Janeiro com as vias de comunicação*

(1836 – 1855). In.: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Anais. Niterói, 2017.

SAYD, João Lemos Cordeiro; BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. *Estuário do rio Macaé: o papel das obras hidráulicas na configuração do espaço urbano*. In: XIV Seminário de história da cidade e do urbanismo. Anais. São Paulo, 2016.

SILVA, Sidney Pereira da. *As relações sócio parentais entre escravos: o batismo de escravos em Valença, província do Rio de Janeiro (1823-1885)*. Dissertação de Mestrado. USS: Vassouras, 2005.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

CANNAS, da Silva Anna. *Simetria Passo a Passo: Calçadas de Portugal*. Edições CTT, 2016.

https://people.math.ethz.ch/~acannas/Outreach/ctt_simetria_passo_a_passo_apresentacao.pdf. Acesso em 02 de abril de 2018.

CARVALHO, A., SANTOS, Carlos Pereira, SILVA, Jorge Nunes, TEIXEIRA, Ricardo Cunha. *Pisando Arte e Matemática em Lisboa*. Convocarte, Revista de Ciências da Arte, 2, 136-159.

<https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/4213/1/Pisando%20Arte%20e%20Matem%C3%A1tica%20em%20Lisboa.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2018.

CAVAZZANI, A. L. M; MORAES, J. M. *In extremis causa: exposição e mortalidade numa pequena vila da América portuguesa no século XVIII*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14., 2004, Caxambu. Anais eletrônicos... Campinas: ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp>. Acesso: 04 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, Fernando Correia de. "Calçada portuguesa". In: *Em Lisboa à descoberta da Ciência e da Tecnologia: vagueando pelas ruas*, Pavilhão do Conhecimento Ciência Viva, Câmara Municipal de Lisboa.

http://www.cienciaviva.pt/download/www.roteiro_vagueando_pelas_ruas_1/calçada_pt.html. Acesso em 02 de abril de 2018.

SOUSA, Jorge Prata de. *A rede social do tráfico ilícito: grandes traficantes, comerciantes, fazendeiros e a raia miúda*. XII Congresso Brasileiro de História Econômica. Niterói, 2017

Lott, Miriam Moura. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. FAFICH/UFMG. Texto apresentado no VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, realizado na Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: MG 2005. Disponível em:

http://www.geocities.ws/adarantes/artigos_miriam_lott/CONSTITUI_ES_PRIMEIRAS_DO_ARCEBISPADO_DA_BAHIA.doc. Acesso em 04 de setembro de 2018.

Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu

<http://www.conceicaodemacabu.rj.gov.br/pagina/4857/Hist%C3%B3ria>. Acesso em 20 de março de 2018.

OBRAS DE REFERÊNCIA

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 (1ª ed. entre 1820 e 1822).

CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da capitania de São Tomé*. Campos: Typ. e Lith. De Silva, Carneiro & Comp., 1888.

REIS, Couto. *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reys, 1785* – Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

LIVROS FONTE

SAINTE – HILAIRE. Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas*. Belo Horizonte. Editora Itatiaia Ltda., 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Itatiaia, Belo Horizonte, 2011.

FONTE MANUSCRITA

Arquivo da paróquia de Nossa Senhora Das Neves

Livro de batismo - Nº 1 (1809-1842)

Livro de batismo - Nº 6 (1838-1849)

Livro de batismo - Nº 15 (1849-1851)